

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio-Branco

1977

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO - 1977

.25(058)"1977"



INSTITUTO RIO-BRANCO

1375/99



L0000001408

1375/99

SUMARIO

HISTÓRICO	9
ORGANIZAÇÃO	12
DIA DO DIPLOMATA	
Formatura da Turma de 1976	14
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores	16
ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	20
Programas	28
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Organização do Curso	39
Ano Letivo — 1977	51
Programas	59
Diplomandos de 1977	105
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas	112
Curso de Altos Estudos	112
Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata	122
Programas	129
Biblioteca	147
ANEXOS	
Textos das Provas do Exame Vestibular	
Provas de Seleção Prévia	149
Provas Vestibulares Finais	160
Textos das provas do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata	163
Legislação	183
Pessoal	204
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1977	204
Professores do Instituto Rio-Branco	207
Relações dos ex-Professores do Instituto Rio-Branco	226

INSTITUTO RIO-BRANCO

1977

Diretor:

MINISTRO SERGIO FERNANDO GUARISCHI BATH

Chefe da Secretaria:

SECRETÁRIO MARIA DA NATIVIDADE DUARTE RIBEIRO PETIT

(De 05/07/1973 a 05/10/1977)

CONSELHEIRO OSWALDO BIATO

Coordenação de Ensino:

CLARISSE JEANNE FRANCE FILIATRE FERREIRA DA SILVA(COORDENADOR-ADJUNTA)

Assistentes do Diretor:

SECRETÁRIO LUCIA PATRIOTA DE MOURA

SECRETÁRIO CARLOS HENRIQUE CARDIM

SECRETÁRIO FERNANDO JABLONSKI

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-lei n.º 7.473, ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e lhe regularam o funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, para responder à necessidade de fornecer aos futuros

Diplomatas o treinamento profissional prévio adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas quando o número de vagas na classe inicial da carreira o exija.

Pelo Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, das quais a primeira de provas vestibulares iniciais, a ser aplicada em diferentes Capitais estaduais. O trabalho de seleção passou a ser realizado também em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1977 foram realizados 32 exames vestibulares e, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram formados 606 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1977 elevou-se a 700 número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 94 recrutados mediante Concurso de Provas relativas aos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975 e 1977.

Por despacho de 5 de junho de 1975 o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer n.º 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior e atribui ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior.

Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Como resultado do Plano de Reforma e Transferência do IRBR, aprovado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em fins de 1975, foi possível implementar, já em Brasília, as seguintes inovações:

- a) realização do Exame Vestibular para o CPCD em junho e julho, pela primeira vez coordenado na Capital Federal;
- b) recebimento de bolsistas estrangeiros, provenientes de países em desenvolvimento na América Latina e África, que se destinam à carreira diplomática no respectivo país;
- c) expansão da carga de matérias profissionalizantes;
- d) estágios profissionalizantes em três departamentos;
- e) designação de Orientadores para os alunos.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto são disciplinadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria n.º 456, de 24/10/77 e por Regulamento próprio, aprovado pela Portaria n.º 426, de 26 de dezembro de 1975.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata; e

II — a execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher as suas finalidades, o Instituto Rio-Branco manterá os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE);
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto poderá realizar outros cursos, além dos acima mencionados, no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organizará concursos de provas para ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigirem.

DIA DO DIPLOMATA

Realiza-se, tradicionalmente, a 20 de abril, "Dia do Diplomata", data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco, como parte de suas celebrações, a solenidade de entrega dos diplomas e medalhas aos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel, com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira; foram diplomados, em 1977 os seguintes alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano anterior:

Afonso José Sena Cardoso
Marcus André Rouanet Machado de Mello
Enio Cordeiro
José Antonio Marcondes de Carvalho
Maria Luiza Neves Ribeiro
Luiz Gilberto Seixas de Andrade
José Carlos de Araújo Leitão
Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
Victor Manso de Mello Vianna
Antonio Júlio Cesário de Mello Ciraudó
José Antonio Gomes Piras

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1.º e 2.º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Medalha de ouro: Afonso José Sena Cardoso

Medalha de Prata: Marcus André Rouanet Machado de Mello

O "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", conferido ao 1.º e 2.º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Medalha de prata: Marcus André Rouanet Machado de Mello

Medalha de bronze: José Antonio Marcondes de Carvalho

Na ocasião, discursou o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, cuja oração é transcrita, integralmente, a seguir.

**DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELÊNCIA O
SENHOR EMBAIXADOR
ANTÔNIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA,
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
POR OCASIÃO DAS SOLENIDADES COMEMORATIVAS
DO DIA DO DIPLOMATA, NO PALÁCIO DO
ITAMARATY, EM 20 DE ABRIL DE 1977**

Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel,

Meus colegas diplomatas formados pelo Instituto Rio-Branco em 1976;

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Senhor Presidente da República,

Uma vez mais temos a honra de receber Vossa Excelência no Itamaraty, para comemorar o Dia do Diplomata. Como em anos anteriores, com sua visita festejamos o ingresso na Carreira dos concluintes de mais uma Turma do curso de formação do Instituto Rio-Branco. Trata-se, hoje, da última turma no Rio de Janeiro — antes da transferência do Instituto para a Capital Federal.

Há doze meses, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata começou a funcionar em Brasília, integrado no Itamaraty. Hoje, ele aqui está plenamente instalado, e já em 1978, no dia 20 de abril, será comemorada a nomeação dos primeiros Diplomatas formados na Capital da República.

Os jovens colegas, que hoje se juntam a nós, encontram uma Carreira que dinamicamente se aperfeiçoa e se adapta ao pro-

gresso do país e às circunstâncias novas do mundo contemporâneo. Responde, assim, o Itamaraty, ao desafio que a trama, cada dia mais complexa, das relações internacionais oferece à diplomacia de um país que se afirma na comunidade das Nações.

Vossa Excelência sabe — e o tem dito: o diplomata está na linha-de-frente da defesa dos interesses nacionais. Precisa, por isso, estar preparado para esse desafio constante.

A diplomacia brasileira tem tido a felicidade de contar, nos últimos trinta anos, com um sistema de recrutamento e de formação profissional que é respeitado em todo o mundo pela sua qualidade. Com o apoio de Vossa Excelência, que tanta compreensão tem demonstrado pela nossa Instituição, estamos procurando tornar esse sistema ainda mais adequado, mediante uma série de reformas encetadas no limiar de 1976.

Uma dessas reformas — motivo de orgulho para o Itamaraty — permitiu que pudéssemos compartilhar os benefícios daquele sistema, ainda que limitadamente, com alguns países em desenvolvimento, deste Continente e da África, que nos têm enviado estudantes de diplomacia.

Poderemos agora embarcar em outro esforço, ao qual atribuo grande importância: o aperfeiçoamento profissional sistemático, na Carreira de Diplomata. Agradeço a Vossa Excelência haver atendido a essa aspiração antiga do Itamaraty, que estava formulada em Lei desde 1961. Com a assinatura do Decreto que determina a instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, para Segundos Secretários, e do Curso de Altos Estudos, para Conselheiros — cuja publicação no **Diário Oficial**, de hoje, tenho o privilégio de anunciar — tomamos uma iniciativa que será vista nos anos futuros como uma das importantes realizações do Governo de Vossa Excelência, no Itamaraty. É uma dessas medidas aparentemente simples mas fundamentais, cujos frutos só se fazem visíveis ao longo dos anos, no amadurecer

do tempo, que tocam os fundamentos das instituições, e permitem que elas se desenvolvam e enfrentem, com êxito, as constantes modificações da realidade. Nesta ocasião, desejo, igualmente, expressar meu reconhecimento ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pela prestimosa colaboração que a SEPLAN nos prestou no preparo dos textos que servirão de base para os primeiros cursos.

Como disse o dinamismo da realidade nacional e internacional exige da diplomacia brasileira que ela constantemente se aperfeiçoe e se atualize.

Pelas suas dimensões territoriais e de população, pelos recursos naturais de que dispõe e pelo impulso da sua História, nosso país está destinado a uma crescente projeção no mundo. Não nos podemos esquivar deste mandato, que não deliberamos, mas que nos é postulado, pelo que somos e pelo que podemos ser. Devemos preparar-nos para assumi-lo, procurando expressar essa projeção segundo critérios pautados pela tolerância, pelo espírito de conciliação, pelo respeito aos direitos alheios e pela conformidade com as tradições e a cultura, que fizeram do brasileiro o "homem cordial".

Nossa cultura resiste às seduições do idealismo abstrato e intransigente e à simetria das soluções teóricas. Ela tende para o concreto, para a vida. Conhece um mundo povoado por homens, com suas idéias e aspirações, com limitações e necessidades materiais; um mundo de infinita complexidade, e que não pode ser simplificado sem perigo. Sabemos que talvez nenhum problema internacional pode ser solucionado perfeitamente, mas acreditamos que qualquer problema pode ser abordado e controlado — com prudência e esperança, sem excessos de zelo ou arroubos de otimismo, mas com serena firmeza, sempre que se trate de interesse essencial do país.

Esta nossa cultura, este nosso destino, requerem uma política externa que os reflita. Uma ação diplomática que possibilite a

afirmação nacional dirigida para a harmonia e a complementação de interesses; que valorize o respeito à independência dos Estados, à variedade das suas características, aos anseios dos seus povos; que conduza à negociação das controvérsias, na busca sempre de resultados realistas e equitativos.

A política externa do Brasil é e continuará a ser uma política pela paz. A diplomacia que lhe serve de instrumento é modelada para tal fim: manter-se fiel aos interesses do Brasil e eficiente na busca da harmonia internacional.

Esta é a preocupação que temos nesta Casa, Senhor Presidente, e que quero transmitir, neste "Dia do Diplomata", aos meus mais jovens colegas. É muito o que deles se espera: que contribuam para a eficácia da instituição que tem por tarefa executar a política exterior que o Governo traça para a Nação.

O tempo os dispersará pelos cantos do mundo a serviço do Brasil. Mas todos saberão retemperar-se, nos contatos periódicos com a realidade nacional, sem perder a característica que sói fazer dos que trabalham distanciados da pátria, representando-a no exterior, brasileiros talvez até com maior intensidade.

Muito obrigado, Senhor Presidente, por tudo o que Vossa Excelência tem feito pelo Itamaraty e por sua prestigiosa presença nesta Casa no "Dia do Diplomata".

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

São condições para a inscrição no Exame Vestibular:

a) ser brasileiro e atender o requisito do art. 145, parágrafo único da Constituição Federal; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de bons antecedentes; e) estar vacinado contra varíola a menos de 3 anos, apresentando atestado fornecido por autoridade sanitária; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série ou 4.º período de curso reconhecido de graduação de escola superior ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no CPCD.

Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A divulgação do vestibular é feita, por funcionários da Carreira, nas diferentes capitais onde funcionam os centros de inscrição: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em duas fases:

a) provas vestibulares iniciais e b) provas vestibulares finais.

1.ª fase: Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês (escritas).

São eliminatórias as seguintes provas escritas: Português, Francês ou Inglês.

Exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevistas (eliminatórios).

2.ª fase: Provas Vestibulares Finais (escritas): História do Brasil, (eliminatória) Geografia, História Mundial, Direito (classificatórias).

As provas vestibulares iniciais se realizam, concomitantemente, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes nos Estados que se habilitam nas provas vestibulares iniciais, o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, em Brasília, para se submeterem aos demais exames e provas.

Os candidatos aprovados nas provas Vestibulares são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão designada pelo Diretor do Instituto entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre

a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas são escritas. A de História do Brasil é eliminatória, as de Geografia, História Mundial e Direito são classificatórias.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrição. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

PROVAS VESTIBULARES INICIAIS

As inscrições para o Exame Vestibular permaneceram abertas de 21 de março a 13 de maio de 1977.

As provas vestibulares iniciais efetuaram-se nos dias 1, 2 e 3 de junho no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

A banca examinadora, presidida pelo Ministro Sergio Fernando Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, ficou assim constituída:

Português

Professores

Augusto Estellita Lins

Antônio Salles Filho

Francês

Professores

Michel Hospital

Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva

Inglês

Professores

Sara Burkitt Walter

Iain Alasdair Fairlie Bruce

As provas realizadas fora de Brasília foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Rio de Janeiro — Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit

Belo Horizonte — Marcio Cambraia

Curitiba — Enio Cordeiro

Fortaleza — Carlos Alfredo Lazary Teixeira

Porto Alegre — Victor C. Paim Gobato

Recife — Celina Maria Assumpção do Vale

Salvador — Mario Vilalva

São Paulo — Carlos Henrique Cardim

Movimento Geral

Inscritos	665
Desistentes	227
Submeteram-se às provas	438
Aprovados	56

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os exames da 2.^a Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram início no dia 4 de julho de 1977. Os exames de sanidade e capacidade física foram realizados no Hospital das Forças Armadas de Brasília, presididos pelo General Otavio Mendes de Oliveira, Diretor do Hospital, e efetuados pela equipe do Hospital. Os exames de sanidade e capacidade psíquica foram feitos no Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação, presidido pelo Doutor Geraldo Servo. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Evane Soares, Encarregado do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

A comissão incumbida de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.^o e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Sérgio de Queiroz Duarte, Secretário Carlos Augusto Rêgo Neves e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Convocados	56
Desistentes	01
Inabilitados	10
Habilitados	45

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 18 a 27 de julho. A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Ministro Sergio Fernando Guarischi Bath, e assessorada pela Senhora Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva, Coordenadora de Ensino Adjunta, ficou assim constituída:

História do Brasil

Professor

David Gueiros Vieira

Geografia

Professor

Jean-Louis Boudou

História Mundial

Professor

Amado Luis Cervo

Direito

Professor

José Francisco Rezek

Movimento Geral

Convocados	45
Desistentes	01
Inabilitados	12
Habilitados	32

Foi a seguinte a classificação final:

- * José Soares Junior
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
- * Paulo Roberto de Almeida
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
- George Ney de Souza Fernandes
- Henrique Luiz Jenné
- * George Lamazière
- Mitzi Gurgel Valente
- Mauro Ernesto Schmidt
- Fernando Said Sallum
- Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
- Antônio de Aguiar Patriota
- Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
- Virgílio Raitzin Tavora
- Hermano Telles Ribeiro

* Aprovados também no Concurso de Provas 1977.

Henrique da Silveira Sardinha Pinto
Ligia Maria Scherer
* João de Mendonça Lima Neto
João Inácio Oswaldo Padilha
Ana Lucy Gentil Cabral
Marcos Vinicius Pinta Gama
Ralph Peter Henderson
Mariany Bravo Leite
Maria Edileuza Silva Fontenele
Paulo Cesar de Camargo
Silvana Peixoto Dunley
Carmelito de Melo
Carlos Alberto Ribeiro Reis
Aral Antunes Jara
Paulo Codeiro de Andrade Pinto
Carlos Roberto Bevilaqua Penna
Eduardo Ricardo Gradilone Neto
Appio Claudio Muniz Aquarone Filho
Flávio Silva Rodrigues de Oliveira

(*) Aprovados também no Concurso de Provas 1977.

PROGRAMAS

PROVAS VESTIBULARES INICIAIS

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS

I) A prova de Português constará das seguintes partes:

a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras.

valor: 60 pontos.

b) resumo de um ou mais textos.

valor: 40 pontos.

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação, pontuação) como a sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

II) As provas de Francês e de Inglês constarão de duas partes:

a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras.

valor: 60 pontos.

b) versão de um ou mais textos.

valor: 40 pontos.

III) As demais provas se comporão de:

a) dissertação, no valor de 40 pontos;

b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

IV) Todas as provas serão escritas e terão a duração de quatro horas e meia.

V) Na prova de Direito será admitida a consulta a textos legais não comentados.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

HISTÓRIA DO BRASIL

1.^a PARTE

1. **A Independência e seus Antecedentes:** A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações.

O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2. **O Brasil Imperial — Política e Administração:** A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

3. **O Brasil Imperial — Economia:** A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. **O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura:** A população. A estrutura social. Vida cultural.

5. **O Brasil Imperial — Política Externa:** O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

6. **O Advento da República:** As crises do fim do Império; a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravidão. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2.^a PARTE

7. **O Brasil Republicano — Política e Administração:**

a) **A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado

Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

8. **O Brasil Republicano — Economia:**

a) **A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

9. **O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura:** A população: a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. **O Brasil Republicano — Política Externa:**

a) **A Primeira República (1889-1930)** — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-Americanismo. A primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

1.^a PARTE

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política europeia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2.^a PARTE

7. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.

9. A Segunda Guerra Mundial e suas consequências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Europeia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.

11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.

12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.

13. A emancipação das Nações Africanas.

14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.^a PARTE

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.

16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.

17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhaça.

19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.

21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, vegetação e solo; os grandes ecossistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.

2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população.

3. A Anglo-América. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

4. A Europa Ocidental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

5. A Europa Oriental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

6. A América Latina. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

7. O Continente Africano. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

8. A Ásia e o Pacífico. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

B) O Brasil

1. Quadro natural: Características gerais e principais unidades do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.

2. As grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.

3. Distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização. Estrutura etária e profissional da população.

4. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris; expansão da fronteira agrícola.

5. Características e distribuição espacial da atividade industrial. Principais centros industriais. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transporte.

6. As grandes regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

Direito

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.

2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: A lei e o costume; analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço. Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso de direito.

Direito Civil

10. Direito Civil: conceito — Parte Geral e Parte Especial.
11. Pessoa Natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato: da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio.

14. Dos bens; principais classificações.
15. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos; os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
16. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
17. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
18. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
19. Os direitos reais e limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
20. O Direito das Obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
21. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta-corrente e a abertura de crédito.
22. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
23. Regime de bens.
24. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio Poder. Tutela, Curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.

25. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.

26. A sucessão legítima. Representação.

27. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamentos.

28. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdasções; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções. O plano de estudos no CPCD figura no quadro da página 47.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

SEÇÃO DE LÍNGUAS

As línguas estrangeiras fundamentais são o inglês e o francês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos são os seguintes:

a) desenvolver a expressão oral dos que já têm expressão escrita em inglês ou francês;

b) consolidar o conhecimento básico de um ou de outro idioma, para os que não o tem consolidado, procurando, dentro dos limites do possível, homogeneizar a turma;

c) ensinar (especialmente no 2.º ano) a utilização profissional das duas línguas (no debate, na correspondência diplomática, nos comunicados à imprensa, na exposição oral, nos relatórios, etc.).

As línguas estrangeiras complementares (alemão, árabe, chinês, espanhol, japonês, russo, etc.) têm por objetivo didático mais modesto, dar ao aluno:

a) o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;

b) a capacidade de usar a língua, minimamente, no caso do japonês e do árabe, de forma passiva (alfabetização e conhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais). No caso do espanhol, do alemão e do russo: troca oral de informações práticas e na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais.

SEÇÃO BÁSICA

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico, básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Economia, Direito, Sociologia, Ciência Política e História, distribuídas nos 2 anos de curso.

SEÇÃO PROFISSIONAL

Inclui cursos relacionados com as atividades profissionais, dando ao aluno um conhecimento prático da carreira que futura-

mente irá exercer. No primeiro ano os cursos são: Expressão e Redação Profissional, Organização e Métodos de Trabalho do MRE, e Prática Diplomática. Para o 2.º ano, os cursos são: Assuntos Consulares, Promoção de Exportações e Relações Internacionais. Além dos cursos, os alunos do 2.º ano fazem três estágios, em três departamentos diferentes no MRE, na medida do possível, a escolha do aluno. Estes estágios foram realizados às 3as e 5as feiras, à tarde nos seguintes períodos:

1.º — de 1.º de fevereiro a 15 de abril

2.º — de 18 de abril a 24 de junho

3.º — de 8 de agosto a 7 de outubro.

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Viagem de Estudos

Com a reforma em 1976 no programa do Instituto Rio-Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do currículo regular do curso quatro viagens de estudos pelo Brasil em que os alunos terão oportunidade de visitar diversas regiões do país.

O objetivo dessas viagens é, portanto, inteirar os alunos dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. Além disso, essas viagens são, também, um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a carreira. Por ser parte do currículo, elas são obrigatórias e motivo para trabalhos monográficos e/ou relatórios, no retorno das mesmas.

Em 1977 foram realizadas duas viagens de estudos. A primeira foi no período de 24 a 31 de janeiro, da qual participaram os alunos do 2.º ano do CPCD, acompanhados pelo Secretário Carlos Henrique Cardim e pela Agente Administrativo Irene Andrade Pacheco Amoras. A viagem foi feita aos estados da Bahia e Pernambuco. Em Salvador, visitaram: a Catedral Basílica; Igreja de São Francisco; Mosteiro do Carmo e Pelourinho; Complexo Petroquímico de Camaçari; Companhia Petroquímica do Nordeste — COPENE; o Museu de Arte Sacra; o Museu Costa Pinto; Igreja Senhor do Bomfim; Mercado Modelo; Museu da Cidade e o Centro Folclórico. Foram recebidos pelo Senhor Governador do Estado, Prof. Roberto Santos. Em Recife visitaram: o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Museu do Açúcar; a Sede da SUDENE; Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco; Indústria TECANOR; Cidade Histórica de Igarassu; a Ilha Itamaracá; o Engenho de açúcar na cidade de Ipojuca e fizeram um programa turístico pela cidade. Retornaram a Brasília no dia 31/1/77.

A segunda viagem foi realizada pela turma do 1.º ano do CPCD acompanhada pela oficial de chancelaria Beatriz Corrêa Meyer Sant'Anna. Esta viagem recebeu o nome de "A Rota do Minério", pois seguiram o percurso que o minério de ferro faz desde Itabira, onde é feita a extração, até seu embarque no porto de Vitória, ES. Saíram de Brasília com destino a Belo Horizonte no dia 23 de julho. Seguiram no dia seguinte para uma visita à cidade de Ouro Preto, onde foram recebidos pelo Dr. Alberto Caram, Prefeito Municipal da Cidade. Visitaram os pontos turísticos da cidade e almoçaram a convite da Prefeitura Municipal. No dia 25/7/77, visitaram as instalações da FIAT em Betim onde lhes foi oferecido um almoço. Em Belo Horizonte foram recebidos pelo Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, Dr. Christiano Renault. Foram também recebidos pelo Dr. Luiz Anibal de Lima Fernandes, Presidente do INDI, Instituto de Desenvolvimento Industrial; e pelo Dr. Celso Renato Gilberto, assessor do Presidente da Companhia de Distritos Industriais, CDI, e pelo Dr. Marco Paulo Dani, Presidente da Metamig,

Metais MG. Compareceram a uma reunião no Gabinete do Secretário do Planejamento e outra no Gabinete do Secretário de Ciência e Tecnologia. Tiveram então a oportunidade de visitar a Fundação João Pinheiro, Centro Tecnológico de Minas Gerais. No vale do aço, a programação foi feita pela própria Companhia Vale do Rio Doce. Em Vitória visitaram as instalações do porto; as usinas de pelotização e ouviram palestras sobre as atividades da área a cargo do superintendente, Eng.º Antonio Camarão Sobrinho. Retornaram a Brasília no dia 31/7/77.

Cronograma das Atividades Extracurriculares

1.º semestre, 1.º ano

31/01/77 — Visita ao Palácio Itamaraty

15/04/77 — Palestra do Prof. Guy TERNY — Diretor de Estudos do ENA. "A formação dos altos funcionários na França".

20/04/77 — Dia do Diplomata

29/04/77 — Exposição sobre a Costa do Marfim com projeção de filme pelo aluno Bernard Tano Boutchoué.

03/05/77 — Palestra do comentarista Jean Boissonat da "Europa n.º 1" (grande audiência na França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça) e do "Canal 1" da TV francesa.

05/05/77 — Filmes: "World of a Primitive Painter" (Embaixada de Honduras); "The Song of Ceylon" (Conselho Britânico); "Together" (Conselho Britânico).

06/05/77 — Exposição sobre El Salvador — pelo aluno David Salvador Díaz Arriola.

- 13/05/77 — Exposição sobre Gana — pelos alunos Archie K. Andrew e Kwasi Asante (com apresentação de filmes).
- 19/05/77 — Apresentação de filmes do Conselho Britânico — Prof. Iain A. Bruce.
- 20/05/77 — Exposição sobre Honduras — pela aluna Rita Mirèya Valadares, Bourdette.
- 23/05/77 — “La politique étrangère de la France”; Jean Raphael Dufour, da Embaixada da França.
- 03/06/77 — “Organização Política dos EEUU” e sua importância para a Carreira Consular — Dr. Ernesto Gurgel Valente.
- 03/06/77 — Palestra sobre o Quênia pelo aluno Gerald Kiambih Raichenah.

2.º semestre

- 23/7/77 a 02/08/77 — Viagem de Estudos “A Rota do Minério.
- 09/8/77 a 04/10/77 — Série de palestras sobre “Aspectos da Formação Brasileira” — Dr. José da Costa Porto.
- 18/08/77 — Palestra “Evolução do Conceito “América Latina” nos EEUU” — Rollie E. Poppino, Prof. da Universidade da Califórnia.
- 08/10/77 — Orientação Psicológica — Dr. Geraldo Servo.
— Video Tape sobre Economia — Dr. Galbraith.

- 13/10/77 — “Nem presidencialismo, nem parlamentarismo; sistemas mistos de governo” — Prof. Vamireh Chacon.
- 26/10/77 — Conferência “Do Direito Internacional Clássico ao Direito Internacional Solidário” — Prof. Haroldo Valadão.

2.º Ano

1.º semestre

- 24/01/78 a 31/01/78 — Viagem de estudos a Bahia e Pernambuco.
- 28/02/77 — Seminário. Tema: “Relações Norte-Sul”. Uma abordagem Interdisciplinar.
- Participantes: Ministro Sérgio Bath, Prof. José Carlos Brandi Aleixo, Prof. Francisco Rezek, Prof. Paulo Cesar Timm.
- 15/04/77 — Palestra “A formação dos altos funcionários da França” — Prof. Guy Tenny.
- 20/04/77 — Dia do Diplomata.
- 03/05/77 — Palestra do comentarista Jean Boissonat da “Europa n.º 1” (Grande audiência na França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça) e do “Canal 1” da TV francesa.
- 19/05/77 — Seminário sobre o Fundo do Mar — pelos alunos do 2.º ano, organizado pela Prof.^a Sara B. Walker.

23/05/77 — "La politique étrangère de la France", Jean Raphael Dufour.

24/05/77 — Palestra pelo Dr. Ernesto Gurgel Valente.

10/06/77 — Conferência do Prof. Guy Tenny — Diretor de Estudos da ENA.

2.º Semestre

19/08/77 — Palestra "Evolução do Conceito 'América Latina' nos EEUU". Rollié E. Poppino, Prof. da Universidade da Califórnia.

CPOD — PLANO DE ESTUDOS

VESTIBULAR	SETORES	CPCD			
		1.º ANO		2.º ANO	
		1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE
Português Francês Inglês	Línguas Básicas	— Inglês — Francês — Português (somente para alunos estrangeiros)	— Inglês — Francês — Português (somente para alunos estrangeiros)	— Inglês — Francês — Português (somente para alunos estrangeiros)	— Inglês — Francês — Português (somente para alunos estrangeiros)
	Línguas Complementares	— Alemão — Chinês — Espanhol — Japonês	— Alemão — Chinês — Espanhol — Japonês	— Alemão — Árabe — Espanhol — Russo	— Alemão — Árabe — Espanhol — Russo
Geografia Hist. Brasil Hist. Mundial Direito	Básico	— Ciência Política — Introdução à Economia — Sociologia	— Introdução à Economia — Teoria Geral do Direito Público	— Direito Internacional Público — Teoria do Desenvolvimento Econômico — História Contemporânea	— Direito Internacional Privado — Economia Internacional — História das Relações Externas do Brasil
	Profissional	— Expressão e Redação Profissional — Organização e Métodos de Trabalho do MRE	— Expressão e Redação Profissional — Prática Diplomática	— Assuntos Consulares — Promoção de Exportações — Relações Internacionais — Estágio nos diferentes Dep. do MRE	— Promoção de Exportações — Relações Internacionais — Estágio nos diferentes Dep. do MRE
	Atividades Extra-Curriculares	— Exposições pelos alunos estrangeiros sobre seus países de origem. — Ciclos de conferências	— Aspectos da Formação Brasileira — Viagem de Estudos a Minas Gerais	— Viagem de Estudos a Bahia e Pernambuco	
	Orientação Profissional				

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global, e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente

são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as Cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Nos termos do art. 24 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1.º lugar no CPCD recebe a medalha de ouro (Vermeil) "Prêmio Rio-Branco", e o colocado em 2.º lugar, a medalha de prata "Prêmio Rio-Branco".

Em 1956, foi instituído o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", constante de medalhas de prata e bronze, conferidas ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao CPCD.

Prêmio de Viagem

O Ministro de Estado das Relações Exteriores autorizou a instituição do prêmio de viagem aos alunos do CPCD e concursados do Concurso de Provas, por despacho de 28/4/77, no memorando IRBr/265, de 17/11/76, nas seguintes condições:

- a) haverá um prêmio por 15 candidatos ou fração, em cada turma do CPCD ou do Concurso de Provas;
- b) o prêmio consistirá em estágio, de 30 a 45 dias conforme o interesse da Administração, a ser gozado no exterior, mediante serviço prestado a repartição diplomática ou consular no exterior;

c) o prêmio será gozado cerca de seis meses após a posse, em posto cujas atividades tenham alguma relação com a unidade de trabalho em que o funcionário esteja lotado.

Para a atribuição do prêmio, no caso das turmas do CPCD, foi adotado o critério do rendimento durante o Curso, tomando-se as notas finais do 1.º e do 2.º ano, e tirando-se delas a média.

Os primeiros prêmios de viagem foram entregues aos três primeiros alunos da turma de 1977 do CPCD: José Roberto de Almeida Pinto — nota 86,60, como média do 1.º e 2.º ano do CPCD; Pedro Henrique Lopes Bório — nota 86,47, segundo o mesmo critério; Katia Godinho Gilaberte — nota 86,07, segundo o mesmo critério.

Em 1977, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 24 de janeiro e terminou a 9 de dezembro, com o seguinte desdobramento.

1.º ANO

1.º período — 24 de janeiro a 30 de junho

2.º período — 1.º de agosto a 9 de dezembro
incluídas as provas finais

2.º ANO

1.º período — 23 de janeiro a 7 de outubro
incluídas as provas finais

1.º ANO

Corpo Docente

Pela Portaria n.º 24, de 6 de dezembro de 1976, o Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Português (para estrangeiros)

Dad Abi Chahine Squarisi

Francês

Jean Marie Adam
Michel Hospital
René Blanchard

(professores indicados pela Associação de Cultura Franco-Brasileira de Brasília).

Inglês

Sara Burkitt Walker
Iain Alasdair Fairlie Bruce

(professores indicados pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa).

LÍNGUAS ALTERNATIVAS

Alemão

Andreas Birkholz (Prof. indicado pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha).

Espanhol

Maria José Braga Ribeiro (Prof. indicada pelo Instituto de Cultura Hispânica).

Chinês e Japonês

Moo Shong Woo

SEÇÃO BÁSICA

CIÊNCIA POLÍTICA

José Carlos Brandi Aleixo

ECONOMIA

Adriano Benayon do Amaral

SOCIOLOGIA

Maria Carlota Souza Paula

DIREITO

José Francisco Rezek

SEÇÃO PROFISSIONAL

Expressão e Redação Profissional

Celso Luiz Nunes Amorim
Augusto Estellita Lins

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

Hélio Scarabôtolo

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

Sérgio F. Guarischi Bath

ORIENTADORES 1.º e 2.º Ano

Ministro Álvaro da Costa Franco Filho
Ministro Sérgio da Veiga Watson
Ministro Marcos Castrioto de Azambuja
Conselheiro Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
Secretário Celina Maria Assumpção do Valle Pereira

Corpo Discente

Cursaram o 1.º ano os 27 (*) (**) alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de 1.º de junho a 26 de julho de 1976, e que foram promovidos ao 2.º ano com a seguinte classificação:

Thais Eleonora Guerra Rego
Pedro Fernando Brêtas Bastos
Neith Maria de Almeida Prado Costa
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
Gláucia Silveira Gauch
Eduardo Gastal Affonso Penna
João Solano Carneiro da Cunha
Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
Maria Laura da Rocha
Lúcia Maria Malerá
Francisco Chagas Catunda Resende
José Jorge Alcazar Almeida
Antonio Carlos Lopes
Pedro Luiz Rodrigues
Frederico Salomão Duque Estrada Meyer
Agemar de Mendonça Sanctos
Décio Cavalheiro
Fernando Henrique Oliveira de Macedo

(*) O aluno Pedro Ludovico Estivallet Teixeira trancou a matrícula.

(**) Os alunos Alcir de Carvalho Rebello e Ana Maria Sampaio Fernandes foram aprovados no Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, e, pediram desligamento do curso em 8/11/77.

Alunos Estrangeiros (sem classificação)

Archibald Kwesi Arao Andrews (Gana)
Bernard Tanoh-Boutchoué (Costa do Marfim)
David Salvador Días Arriola (El Salvador)
Gerald Kiambih Raichenah (Quênia)
Grace Bedoya de Achà (Bolívia)
Kwasi Asante (Gana)
Rita Mirèya Valladares Bourdette (Honduras)

2.º ANO

Corpo Docente

Através de Portaria, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Francês

Robert Dominique Jamet
Michel Hospital
René Blanchard
(Profs. Indicados pela Associação de Cultura Franco-Brasileira de Brasília).

Inglês

Sara Burkitt Walker
Iain Alasdair Fairlie Bruce
(Prof. indicado pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa).

LINGUAS ALTERNATIVAS

Alemão

Andreas Birkholz
(Prof. indicado pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha).

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Maria José Braga Ribeiro
(Prof.^a indicada pelo Instituto de Cultura Hispânica).

Russo

Hugo Hortêncio de Aguiar

SEÇÃO BÁSICA

Economia

Paulo Cesar Timm
Dércio Garcia Munhoz

História Contemporânea

Amado Luiz Cervo

Direito

José Francisco Rezek
Anna Maria Villela

SEÇÃO PROFISSIONAL

Assuntos Consulares

Murilo Miranda Bastos Júnior

Relações Internacionais

Ronaldo Sardenberg

Promoção de Exportações

Renato Prado Guimarães

História das Relações Externas do Brasil

Sérgio F. Guarischí Bath

Corpo Docente

A turma que concluiu o CPCD foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

José Roberto de Almeida Pinto
Paulo Joppert Crissiuma
Katia Godinho Gilaberte
Pedro Henrique Lopes Borio
Leda Lúcia Martins Camargo
Maria de Lourdes Vieira Nogueira
João Batista da Costa
Fernando Jablonski
Pedro Scalisse Neto
Flávio Helmold Macieira
Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
Vera Lúcia dos Santos Caminha
Alcides Gastão Rostand Prates
Everton Vieira Vargas
Marcela Maria Nicodemos

Maria-Theresa Lázaro
Vergniaud Elyseu Filho
Cesar de Paula Cidade
Renato Soares Menezes
Ricardo Alonso Bastos
Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto
Luiz Antonio Dubeux Fonseca
Paulo Sérgio Traballi Bozzi
Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
Milton de Freitas Almeida Neto
Orlando Celso Timponi
Eliana de Sampaio Ferraz
Paulo Wangner de Miranda
José Amir da Costa Dornelles
Sidney Pinto Fernandes
Antonio Carlos do Nascimento Pedro
Rolemberg Estevão de Souza
Gladys Ann Garry Facó

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos José Roberto de Almeida Pinto — medalha de Vermeil-ouro, 1.º lugar, Paulo Joppert Crissiuma — medalha de Prata, 2.º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 700 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

Alunos Estrangeiros

Gonzalo Salvador Holguín (Equador)
Narcisse Kouadio Konan (Costa do Marfim)
Richolo Zouingnan (Costa do Marfim)
(primeiros diplomatas estrangeiros que concluíram o Curso).

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

1.º Ano

FRANCÊS

(1.º e 2.º Anos)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês sobre

Política
Política Internacional
Direito Internacional
Economia

Cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte etc.;

b) possa verter para essa língua, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;

c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, no referido idioma;

d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar na língua francesa.

Métodos:

— Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos;

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercício tais como:

sumário de exposições

sumário de leituras

versão

debate

redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

ESPAÑHOL

A expressão oral:

Estudo da pronúncia espanhola, das estruturas gramaticais, e do vocabulário de registro freqüente do espanhol falado, através de exercícios práticos de expressão oral.

Objetivos:

— Levar o aluno a dispor de um corpo de informações que o possibilitem a se expressar na língua espanhola.

Procedimentos Didáticos:

— Utilização do método audiovisual: "Vida y diálogos de España".

— Atividades de enriquecimento da expressão oral e da compreensão oral, (audição de discos, reconstituição de textos, leitura de peças, relatos, poemas e outros).

DIREITO

Teoria Geral do Direito Público:

I — Temas Introdutórios

1. Direito público, direito privado e ordem pública.
2. Direito público interno e internacional.
3. Divisão do direito público interno.

II — O Estado Brasileiro

1. Personalidade jurídica do Estado. Soberania nacional.

2. A população brasileira. A nacionalidade e a cidadania.
3. O território brasileiro em sentido estrito. As extensões legais.

III — A Organização Nacional

1. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
2. A ordem jurídica. A competência da União e dos Estados federados.
3. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura, controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da Administração.
4. O processo legislativo. A iniciativa das leis, o procedimento ordinário e os procedimentos especiais.

IV — A Dinâmica do Regime Representativo

1. Os direitos políticos: gozo potencial e exercício.
2. Alistabilidade e elegibilidade.
3. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.

EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Metodologia

A Divisão do curso em dois semestres aconselha uma ênfase inicial no desenvolvimento das técnicas básicas de redação e

exposição oral em temas vinculados às atividades do diplomata. Dentro de uma metodologia eminentemente prática se solicitará que os alunos realizem trabalhos semanais ou quinzenais em que será testada e desenvolvida sua capacidade de redigir com clareza e objetividade sobre temas da atualidade política, econômica, social e cultural (nacional e internacional) ou, ainda, questões de História recente que ajudem a lançar luz sobre esses temas.

Os alunos deverão fazer, com periodicidade a ser determinada, pequenas exposições orais, sobre temas igualmente relevantes.

Grande parte das aulas será, assim, empregada em exercícios práticos, quer através das exposições orais, quer através dos comentários do professor sobre os exercícios escritos anteriores, quer, ainda, através de observações suscitadas por textos diversos (embora ligados à temática central do curso): artigos de jornal, editoriais, ensaios políticos. Aliás, as próprias deficiências eventualmente registradas com os exercícios práticos é que deverão determinar, em grande medida, o teor das aulas.

Um terceiro tipo de exercício consistirá em "relatórios de leitura" de obras vinculadas a temas políticos, econômicos e culturais, de preferência ligados à realidade brasileira. Com esses exercícios, pretende-se não só estimular a leitura de textos cujo conhecimento é importante em si mesmo para o diplomata, mas verificar a capacidade de condensação, de análise crítica, e de inserção dos fatos em seu contexto-social, econômico, político, nacional e regional por parte dos alunos. Esses mesmos textos poderão também ser objeto de seminários (exposição e debates) em aula.

Assim, o semestre inicial procuraria dar e/ou consolidar instrumentos básicos para o desenvolvimento, no segundo, das técnicas específicas da comunicação diplomática.

Programa

1.^a Parte — Introdução à Comunicação Diplomática

1. Técnicas de Expressão Oral e Escrita. Suas qualidades básicas: lógica, clareza, concisão.

2. As características do "discurso diplomático"

a) Dimensão política; dimensão econômica; dimensão cultural, etc.

b) A Informação diplomática: descrição e análise.

2.^a Parte — Comunicações do MRE. Tipos de comunicação e sua posição no processo de elaboração e execução da política externa. Regras gerais de correspondência oficial e sua tramitação. Normas específicas de redação. Urgência e Sigilo.

3.^a Parte — A Linguagem e a Diplomacia.

1. A linguagem na diplomacia bilateral:

a) troca de notas;

b) comunicados conjuntos;

c) acordos.

2. A linguagem na diplomacia multilateral:

a) a expressão oral;

b) projetos de resolução, declarações, explicação de voto, etc...

c) "informes de relator" e relatórios finais de conferências, "comissões de estilo".

d) convenções internacionais.

e) aspectos semânticos de negociações políticas e aspectos políticos de negociações semânticas.

3. A dimensão interna da linguagem diplomática:

a) a redação e seus "públicos"

b) comunicados à imprensa;

c) informações a outros órgãos e personalidades públicos ou privados;

d) discursos e conferências.

O programa será ministrado através de uma carga relativamente alta de exercícios práticos, (orais e escritos) que serão objeto de comentário durante as aulas. Pretende-se utilizar leitura e interpretação de textos ligados à atividade diplomática, bem como fazer uso intensivo de "exemplos vivos" das várias formas de correspondência oficial.

SOCIOLOGIA

PARTE I

Introdução: As condições históricas do aparecimento da sociologia. A sociedade europeia do século XVIII, suas crises e ambiente intelectual.

PARTE II

A Sociologia como Ciência: O conhecimento sociológico: objeto e método. Modelos e Paradigmas da análise sociológica.

PARTE III

Conceitos Sociológicos Fundamentais: Esta parte é imprescindível em um curso de Introdução à Sociologia, tendo como objetivo familiarizar o aluno com o aparato conceitual que lhe possibilitará compreender a abordagem sociológica mais ampla. Com essa perspectiva, deve abranger os seguintes tópicos:

Estrutura Social: Noção básica de estrutura social, conceito fundamental para a compreensão do que se coloca posteriormente.

Indivíduo e Sociedade: O processo de socialização. Normas, status e papel social. Valores e Instituições.

Grupos Sociais: Conceito e Caracterização. Classificação, estrutura e funcionamento dos grupos.

Estratificação Social e classes sociais: abordagens explicativas. Teorias da classe social. Controle e Conflito Social.

Mudança Social: análise crítica de algumas interpretações.

PARTE IV

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: caracterização do processo de desenvolvimento. O caso brasileiro.

ECONOMIA I

MÉTODO DE ESTUDO

O método de estudo terá os seguintes elementos principais:

1. uso de livro texto, com leitura prévia do capítulo correspondente a cada aula.

2. roteiro de aula previamente distribuído.

3. aula expositiva destinada a:

a. consolidar o conhecimento de matérias contidas no Livro Texto.

b. expor outras matérias relacionadas com o tema do capítulo, de especial interesse para o curso.

c. discussão e eventual esclarecimento de dúvidas originadas na leitura e/ou na aula.

4. avaliação por meio de respostas dos alunos a perguntas selecionadas dentre as formuladas ao fim de cada capítulo do Livro Texto, (além da usual avaliação de fim de semestre).

5. seminários: esta modalidade poderá ser utilizada a partir da Parte II do programa, tendo como objeto temas propostos pelo Professor, e desenvolvendo-se do seguinte modo:

a. três relatores por sessão e discussão na seguinte;

b. os participantes serão, em princípio, voluntários e receberão nota relativa à sua participação;

c. será indicada bibliografia especial para uso dos expositores.

Livro Texto:

SAMUELSON, Paul A. *Introdução à Análise Econômica*. edição internacional, 1970.

Parte I — Introdução à Economia: pp. 1 a 105

1 — 1. A significação de alguns dos grandes temas econômicos. 2. Definição e objeto da economia. 3. O método na ciência econômica.

II — 1. A lei da raridade. 2. Os conceitos de transformação e substituição. 3. O potencial de produção e seu crescimento. 4. Problemas demográficos.

III — 1. O mecanismo dos preços como regra do jogo no sistema de livre empresa e concorrência perfeita. 2. A repartição da renda em consumo e investimento. 3. O sistema de trocas: a) especialização e divisão do trabalho. b) moeda.

IV — 1. Mercado: procura e oferta. 2. Efeitos de modificações na procura e na oferta. 3. O equilíbrio do mercado em concorrência perfeita e imperfeita.

V — 1. Noções básicas sobre as formas das empresas e sobre suas fontes de financiamento. 2. O fator gerencial.

Parte II — Microeconomia

I — 1. Elasticidade de oferta e de procura.

a) direção das curvas; b) conceito de elasticidade; c) variação do equilíbrio no tempo. 2. Elementos dinâmicos na determinação da oferta e da procura e dos preços. 3. Limitações da intervenção no mecanismo dos preços.

II — 1. Oferta e Procura de produtos agrários. 2. Peculiaridades da produção agrícola. 3. O declínio relativo da agricultura. 4. Problemas da intervenção estatal na agricultura.

III — 1. A agregação das "procuras" individuais, das empresas e institucionais. 2. Elasticidade-renda e outras variações. 3. Complementaridade e substituição entre produtos. 4. A lei da utilidade marginal decrescente. 5. O equilíbrio por meio da igualização das utilidades marginais.

IV — 1. A agregação das "ofertas". 2. O custo marginal e sua relação com a maximização do lucro. 3. Síntese do custo marginal e da utilidade marginal. 4. Eficiência.

V — 1. Análise dos custos. 2. A rentabilidade mínima. 3. Custos implícitos e de oportunidade. 4. A maximização da rentabilidade por meio de custos decrescentes e sua tendência à ruptura das condições de concorrência perfeita. 5. Economias e deseconomias externas.

VI — 1. Estrutura de Mercado. 2. A subdivisão de mercados por meio da diferenciação dos produtos. 3. Receita marginal tornada função apenas da demanda. 4. Lucro monopolista: divergência entre preço e custo marginal. 5. Efeito sobre a alocação de recursos.

VII — 1. Concorrência imperfeita. 2. Defesa econômica ou política anti-cartéis. 3. Traços predominantes da estrutura de mercado contemporâneo. 4. As multinacionais. 5. Competição oligopolista. 6. Inovação e dinamismo; monopólios provisorios.

VIII — 1. A procura por fatores de produção. 2. Conceito de função de produção. 3. Produto marginal. 4. Igualização do produto marginal e eficiência.

IX — 1. Remuneração dos fatores de produção. 2. Remuneração dos fatores e eficiência: determinação do emprego de recursos escassos.

X — 1. Remuneração do fator Trabalho: a) pela lei da oferta e da procura em concorrência perfeita; b) Imperfeições de concorrência no mercado de trabalho e demais características deste.

XI — 1. Remuneração do fator capital. 2. A determinação dos juros. 3. A formação do estoque de capital. 4. Os juros e as políticas monetária e anticíclica. 5. Lucros e incentivos.

XII — 1. Síntese dos capítulos precedentes: a) o sistema de preços como resposta às indagações básicas da economia (pressuposto: concorrência perfeita); b) imperfeições da concorrência. 2. O bem-estar como objetivo e a prática de seu atingimento.

CIÊNCIA POLÍTICA

I — Política e Ciência Política

1. Conceitos Básicos — Relações com outras ciências.
2. Sistemas Políticos; Organização Política; Instituições Políticas.

II — Poder Político

3. Poder; Autoridade; Influência; Dominação
4. Legitimidade; Legalidade

III — A Análise de Sistemas Políticos

5. Sistema Social; Sistema Político; Sistema Econômico

IV — Instituições Políticas

6. Formas; Regimes; Sistemas; Tipos de Governo

V — Análise de Elites Políticas

7. Elites Políticas

VI — Desenvolvimento Político

8. O Homem Político
9. Partidos Políticos; Facções Políticas
10. Grupos de Pressão; Grupos de Interesse

VII — Mudança Política

11. Mudança e Conflito Político

VIII — América Latina

12. Colonização — Aspectos e Consequências Políticas
13. Mudanças e Desenvolvimento

IX — Brasil

14. Origens Privatistas do Poder Público Brasileiro; Coronelismo
15. Evolução Política.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

1. O Ministério das Relações Exteriores no quadro da Administração Pública Federal.

— A organização administrativa federal e o papel do Itamaraty.

— A Constituição. Reforma Administrativa: Decreto-Lei 200/1967. Dec.-Lei 900/1969. e Dec.-Lei 991/1969.

2. O Ministério das Relações Exteriores.

A. Organização. Histórico das reformas do MRE. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, as Missões diplomáticas, o Serviço Consular — a representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais. A antiga Delegacia do Tesouro em Nova York e o Escritório Financeiro em NY.

B. Regulamentação. O Regimento Interno da SERE (RISE). Manual de Serviço (1957) e o Tomo Administrativo do Manual

de Serviço (1968). O Manual de Promoção Comercial. Os futuros Manuais, preparados sob a coordenação da AESP: Normas e Rotinas.

C. Pessoal. O estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União — a sua futura reforma. A Lei n.º 618/74. A Carreira de Diplomata. Os oficiais de Chancelaria, os Agentes Administrativos, outros funcionários. Os "Auxiliares locais". Administrativos e Técnicos (I.S. 5/1974). Consulados honorários e privativos. Sistema de remuneração no Brasil e no exterior.

D. Documentos informativos e de Orientação. O Guia de Postos. A Resenha. Obras clássicas sobre a Prática Consular e Prática Diplomática. As publicações do DPR (Departamento de Promoção Comercial). Lista Diplomática. Outras Listas. Anuário do Pessoal etc.

3. Método de Trabalho do MRE.

— Tratamento formal e informal dos assuntos. Tratamento temático e geográfico. Coordenação interdepartamental. Coordenação dentro do Governo. A Imprensa. O Setor Privado. A empresa.

4. A informação. A representação. A negociação. O papel do Terceiro Secretário na SERE e no exterior: assessoria do Chefe da Missão, atividade em organismos internacionais, os SECOM, as delegações a Conferências internacionais.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

I — Conceito de diplomacia e seus objetivos

Sua evolução através dos tempos.

II — Órgãos das Relações diplomáticas

2.1 — Soberanos, Chefes de Estado e Chefes de Governo

2.2 — O Ministro das Relações Exteriores

2.3 — O Ministério das Relações Exteriores e seu pessoal.

III — A Missão Diplomática — categorias, estrutura, funcionamento. Seu pessoal.

IV — O agente diplomático

4.1 Classificação dos Agentes diplomáticos. O Corpo diplomático. O Encarregado de Negócios.

4.2 Nomeação do Chefe de Missão — o "Agreement". Cartas credenciais.

4.3 Deveres e atribuições do Agente Diplomático.

4.4 As qualidades de um bom diplomata. A escola e a tradição.

V — Regras Gerais de precedência

5.1 Precedência no Governo da República Federativa do Brasil

5.2 Precedência entre as Missões diplomáticas

5.3 Precedência entre os Chefes de Missão

5.4 Precedência dos membros de uma Missão diplomática

5.5 Lista Diplomática

5.6 Precedência do Corpo Consular

- 5.7 Equivalência de cargos civis e militares
- 5.8 Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias públicas.
- 5.9 Precedência de cortesia;
- 5.10 Conflitos entre a precedência oficial e a de cortesia
- 5.11 Precedência em mesas de conferências.

VI — Usos e costumes diplomáticos

- 6.1 Importância dos detalhes protocolares
- 6.2 Modelos de convites
- 6.3 Respostas e agradecimentos a convites
- 6.4 Sobrescritos de envelopes
- 6.5 Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras
- 6.6 Planos de mesa
- 6.7 Discursos
- 6.8 Filas de recebimento em recepções
- 6.9 Cortejo para o salão de banquetes
- 6.10 Cortejo de automóveis
- 6.11 Obrigações da mulher do diplomata.

VII — Atividades sociais de uma Missão diplomática

- 7.1 Almoços, jantares, cocktails e recepções
- 7.2 Recebimento do Presidente da República no Brasil e no exterior

- 7.3 Recebimento do Ministro de Relações Exteriores no Brasil e no exterior
- 7.4 Recebimento do Chefe de Estado estrangeiro
- 7.5 Recebimento de Príncipe ou Cardeal
- 7.6 Recebimento do Chefe da Missão e dos colegas de carreira.

VIII — Festas nacionais, luto ou calamidades públicas

- 8.1 Comemorações em uma Missão diplomática
- 8.2 Cortesias de Governo a Governo
- 8.3 Decretação de luto oficial
- 8.4 Cerimônias religiosas.

IX — Condecorações e medalhas

- 9.1 Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras
- 9.2 Concessão e aceitação de condecorações. Regulamentos
- 9.3 Uso de condecorações

X — Privilégios e imunidades

- 10.1 Convenção de Viena sobre relações diplomáticas
- 10.2 Inviolabilidade
- 10.3 Imunidade de jurisdição
- 10.4 Isenção de impostos e taxas
- 10.5 Isenção de obrigações de caráter público
- 10.6 Renúncia de imunidades

- 10.7 Privilégios aduaneiros
- 10.8 Privilégios dos familiares
- 10.9 Privilégios relativos ao automóvel
- 10.10 Lisura na utilização de privilégios.

2.º Ano

ENGLISH — 2nd YEAR PROGRAMME

GROUP A:

Written:

comprehension
summary-writing
essay-writing
comparison of passages
aspects of British History, culture, life, etc.
selected passages of particular interest for summary, discussion and translation.
official letters and telegrams, forms of address, translation of written speeches.

Oral:

discussion
debates
role-playing
speeches
listening comprehension ("Varieties of Spoken English")

GROUP B:

Written:

comprehension
summary-writing
essay-writing
translation
language: grammar revision, register and use of English.

Oral:

discussion
speeches
communicative use of English ("Speak Up")
Listening comprehension.

ALEMÃO

O seguinte programa será oferecido à turma do 2.º ano do CPCD. Março-Maio: Conclusão do Curso Básico I.

Junho-Outubro: Básico II, incluindo:

- a) correspondência diplomática;
- b) textos referentes à Constituição e Leis;
- c) textos jornalísticos;
- d) Informações sobre a Alemanha;
 - composição do Governo e Parlamento;
 - União e Estados;
 - Partidos;
 - Imprensa;
 - Sistema educacional.

ESPAANHOL

- A compreensão e a expressão escrita.
- Estudo das estruturas gramaticais e do vocabulário do espanhol através da análise contrastiva e de exercícios de mecanização e de tradução.
- Iniciação à expressão escrita.

Objetivos:

- Tornar disponível um corpo de informações que levem o aluno a compreensão da língua escrita.
- Levá-lo a expressar-se em língua espanhola mais elaborada.

Procedimentos Didáticos:

1. Exercitar a compreensão escrita: apresentando textos de interesse geral sobre temas da atualidade;
 - explicando, através da análise contrastiva, as estruturas que dificultem a sua compreensão;
 - aplicando exercícios que mecanizem o emprego dessas estruturas;
 - aplicando exercícios que controlem as aquisições.
2. Estimular a expressão escrita:
 - através de exercícios simples de redação;
 - exercícios práticos de correspondência diplomática.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Unidade I — As Fontes do Direito Internacional

Introdução — A classificação sumária das fontes no direito positivo.

1. O tratado internacional.

Teoria geral. O direito dos tratados após a Convenção de Viena (1969).

Tratados em sentido escrito. Acordos executivos (estudo de direito comparado).

Tratados bilaterais e multilaterais. Tratados contratuais, normativos e institucionais.

2. Gênese do tratado internacional.

Negociação e assinatura. Ratificação; fórmulas variantes. As ratificações imperfeitas.

Adesão; fórmulas variantes. Reservas. Registros e publicidade.

3. Efeitos do tratado internacional

A obrigatoriedade do tratado internacional e a hipótese de concorrência de obrigações convencionais. Efeitos entre as partes contratantes. Extensão de efeitos a terceiros.

4. Extinção do tratado internacional

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). A superveniência do estado de guerra e a alteração radical das circunstâncias (teoria da cláusula "rebus sic stantibus").

5. O costume internacional

O elemento objetivo. A *opinio juris*.

6. Os princípios gerais do direito no ordenamento jurídico internacional

Unidade II — **Condição Jurídica dos Estados e das Organizações Internacionais.**

Introdução — A personalidade jurídica de direito internacional.

1. **Elementos constitutivos do Estado**

O território. Delimitação. Competências territoriais. Aquisição e perda do território.

A população e o governo.

2. **Sucessão de Estados**

Teoria geral. O princípio da continuidade do Estado. Sucessão nos bens públicos. Sucessão na dívida pública.

3. **As organizações internacionais**

Teoria geral. A personalidade jurídica "derivada". Competência. Estrutura orgânica usual. Espécies de organizações internacionais.

4. **A Sociedade das Nações (1919) e a Organização das Nações Unidas. (1945).**

Origens e objetivos. Estrutura jurídica e divisão de competências. Organismos especializados. Avaliação crítica.

5. **O sistema interamericano**

Precedentes históricos, evolução e estado atual da Organização dos Estados Americanos.

A América Latina: doutrinas regionais em direito internacional público; atualidade e perspectivas do direito comunitário.

Unidade III — **Estatuto Jurídico do Mar e do Espaço Aéreo**

Introdução — Estado atual dos conceitos de **res communis** e de **res nullius** em direito internacional público.

1. **O alto mar**

Teoria geral. Condição jurídica dos navios em alto mar. Policiamento. Utilização econômica.

2. **Mar territorial; zona contígua; plataforma continental.**

3. **Águas internas; canais, estreitos e rios internacionais**

4. **O espaço aéreo**

Unidade IV — **A Responsabilidade Internacional**

Introdução — A responsabilidade internacional como relação entre Estados e a configuração da responsabilidade indireta.

1. **Elementos essenciais**

O ato ilícito. A imputabilidade. O dano.

2. **A proteção diplomática**

Teoria geral. Condições do endosso. Efeitos do endosso. Renúncia prévia à proteção diplomática (a "cláusula Calvo").

3. **Responsabilidade por atos do poder público.**

Atos administrativos. Atos legislativos. Atos jurisdicionais.

4. **Responsabilidade por atos de particulares.**

Caráter especial e interpretação limitativa. Os deveres estatais de prevenção e repressão. Responsabilidade internacional em caso de guerra civil.

5. A reparação do dano como efeito da responsabilidade internacional.

Natureza. Extensão. Formas.

Unidade V — A Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais

Introdução — Visão panorâmica do chamado “direito de guerra” e justificativa de sua exclusão do programa.

1. Os meios diplomáticos.

Entendimento direto. Sistema de consulta. Bons ofícios e fórmulas variantes. Mediação e fórmulas variantes.

2. A solução política.

Noções fundamentais. O problema das competências concorrentes. A experiência do Conselho da Sociedade das Nações.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Conselho da Organização dos Estados Americanos.

3. A arbitragem

Síntese histórica. O compromisso *ad hoc* entre as partes. A sentença arbitral: natureza jurídica; efeitos.

4. A solução judiciária

A Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça: estrutura e competência. Atividade atual e perspectivas do judiciário internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Unidade I — Apresentação do Direito Internacional Privado (Stricto Sensu)

Introdução — O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais.

1. Projeção do direito interno no plano internacional

1. As pessoas
2. Os bens
3. Os atos jurídicos
4. Os fatos jurídicos

2. A questão do objeto do Direito Internacional Privado:

1. Os conflitos de lei
2. Os conflitos de jurisdição
3. A condição dos estrangeiros
4. A nacionalidade

3. Fontes do Direito Internacional Privado

1. Fontes internacionais e fontes internas
2. Importância da Jurisprudência e da Doutrina.

4. Noções históricas

1. As principais escolas de Direito Internacional Privado.
2. Suas influências no Direito Contemporâneo.

Unidade II — Método Específico do Direito Internacional Privado

Introdução — A indicação de circunstâncias de conexão.

1. A nacionalidade como circunstância de conexão

1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro
2. Aplicação no Direito Estrangeiro
3. Aplicação em convenções internacionais.

2. O domicílio como circunstância de conexão

1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro
2. Aplicação no Direito Estrangeiro
3. Aplicação em convenções internacionais.

3. A regra "locus regit actum"

1. Evolução histórica
2. Aplicação à forma e prova dos atos
3. Outras aplicações importantes da idéia de localização.

4. Controvérsia sobre a autonomia da vontade em Direito Internacional Privado

1. Origem da questão
2. O Direito Brasileiro Antigo
3. O Direito Brasileiro Atual.

Unidade III — Casos de não Aceitação do Direito Aplicável

Introdução — Corretivos à aplicação do Direito indicado.

1. Defesa da ordem social

1. Domínio de intervenção da ordem pública
2. O problema da definição de ordem pública
3. Caráter evolutivo da noção.

2. A fraude à lei

1. Noção geral
2. Utilização voluntária das regras de conflito
3. As conexões fraudulentas
4. A fraude à lei brasileira.

3. Aplicação da lei mais favorável

1. A proteção dos nacionais no Brasil
2. Estado atual do problema

Unidade IV — Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução — Os chamados conflitos de jurisdição

1. A competência internacional dos tribunais brasileiros

1. Principais reguladores da competência internacional
2. A competência exclusiva e a competência concorrente
3. A competência direta e a competência indireta.

2. Peculiaridade do processo contendo elementos estrangeiros

1. Competência da lei do foro
2. Prova de meios de defesa
3. Tramitação de cartas rogatórias.

3. Homologação de sentenças estrangeiras

1. Importância, fundamento e alcance do reconhecimento de sentenças estrangeiras.
2. Principais obstáculos opostos ao reconhecimento das sentenças estrangeiras.
3. O sistema brasileiro de homologação das sentenças estrangeiras.

Unidade V — Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução — Nacionais X estrangeiros

1. A nacionalidade e a ordem internacional

1. Fontes internacionais do Direito de nacionalidades
2. Conflitos nacionais.

2. A nacionalidade e o Direito Brasileiro

1. Princípios gerais
2. Aquisição e perda da nacionalidade brasileira
3. Contencioso da nacionalidade

3. A condição dos estrangeiros no Brasil

1. As pessoas físicas e o gozo e o exercício dos direitos no Brasil
2. Direito Público X Direito Privado
3. Tratados internacionais e assimilação aos nacionais.
4. As pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil
1. As pessoas jurídicas de Direito Público
2. As pessoas jurídicas de Direito Privado
3. A condição das sociedades estrangeiras no Brasil
4. A condição das associações e fundações no Brasil.

ECONOMIA II

Introdução:

1. Conteúdo

O presente curso foi estruturado para os alunos do 2.º ano do CPCD do IRBr. Supõe-se como dadas as noções fundamentais de Análise Econômica, objeto de estudo no primeiro ano do curso. Confere-se pois, maior ênfase aos aspectos de política econômica, notadamente de instrumentos e processos voltados para o comércio internacional e de formação e problemas de economia brasileira. Dispõe-se, para tanto, de 3 unidades básicas, das quais duas serão desenvolvidas simultaneamente (I e II).

I — Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico

II — Relações Econômicas Internacionais

III — Problemas Econômicos Brasileiros.

2. Metodologia de trabalho

Estão previstas durante o curso aulas expositivas em três sentidos:

- a) Síntese das questões a serem elaboradas;
- b) Explicação de tópicos de maior densidade teórico-econômica;
- c) Problematização de questões.

A consolidação da matéria, entretanto, será levada a efeito, através de um esforço sistemático de leitura, complementado por seminários freqüentes, a serem posteriormente demarcados. A Unidade III será de proposições de sínteses (com problematizações) e maior número de seminários, enquanto que nas Unidades I e II deverão ser mais insistentes as aulas expositivas de caráter explicativo.

Exigências:

O volume de leitura semanal deverá situar-se em torno de 100 páginas, incluindo-se aí tanto a bibliografia de seminários como a de leitura base.

Unidade I — Teoria e Política do Desenvolvimento (20 hs.)

- 1.1 Cooperação e Divisão Social do trabalho como fundamentos da acumulação capitalista. (2 hs.)
- 1.2 Acumulação de capital, progresso técnico e distribuição de renda no pensamento clássico. (2 hs.)
- 1.3 O crescimento econômico com excedente estrutural de mão-de-obra e oferta limitada de tecnologia. (4 hs.)

1.4 O marco histórico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento: metrópole-colônias, centro-periferia, diversificação do centro-diversificação de periferia. (2 hs.)

1.5 O confronto econômico contemporâneo: capitalismo X socialismo. (2 hs.)

1.6 Política econômica: processo e instrumentos. (4 hs.)

1.7 A política do desenvolvimento e o planejamento no processo de mudança. (2 hs.)

1.8 Teorias do desenvolvimento: Modelo Harrod-Domar; Myrdal; Relatório Prebisch; Relatório Pearson; Relatório do Clube de Roma. (2 hs.)

Unidade II — Relações Econômicas Internacionais (30 hs.)

2.1 Teoria das vantagens comparativas (2 hs.)

2.2 A moderna teoria do comércio internacional: Elsworth, Bertyl-Ohlin, Kindleberger e outros. (2 hs.)

2.3 O papel do setor externo no crescimento econômico: nacional e internacional.

2.4 Política de Comércio Exterior: Câmbio, Tarifas, Controle, Acordos Internacionais (GATT, UNCTAD) (6 hs.)

2.5 O Balanço de Pagamentos: Estrutura e Desempenho, Discussão Central: — A transferência de tecnologia e o "gargalo externo" dos países em desenvolvimento (Brasil). (2 hs.)

2.6 A ordem econômica internacional.

2.6.1 Gênese e evolução da divisão internacional do trabalho. (2 hs.)

2.6.2 Integração econômica: Aspectos teóricos e realizações.

2.6.3 Os novos agentes de integração econômica internacional (6 hs.):

- Agências de financiamento: FMI, BIRD, BID.
- Empresas multinacionais.
- Cooperação técnica: Aliança p/o Progresso:

FEAD, CIPE, CICON, CIES, CECON. (2 hs.)

2.6.4 A integração regional. (4 hs.)

Países da OCDE, MERCADO COMUM

Grupo dos 77

OPEP

Blocos Socialistas

África

América Latina: ALALC.

2.7 Os conflitos internacionais e suas repercussões no equilíbrio econômico do mundo atual, (1946 — 1976). (2 hs.)

2.8 O sistema monetário internacional: origem e perspectiva (2 hs.)

Unidade III — (30 hs.)

3.1 Formação econômica do Brasil (2 hs.)

3.2 séc. XVI, XVII, XVIII — colonização
séc. XIX — Modelo primário exportador.
séc. XX — Industrialização.

3.2 Características do Processo de Substituição de Importação. (2 hs.)

3.3 Problemas da Industrialização retardatária: dependência tecnológica, dinâmica contraditória da acumulação, tensões básicas, persistência da heterogeneidade estrutural. (4 hs.)

3.4 Estado e Planejamento no Brasil. (8 hs.)

3.5 A questão agrária, modernização do campo e o papel da agricultura no desenvolvimento nacional. (4 hs.)

3.6 Emprego, salários e distribuição de renda.

3.7 Os dilemas da desnacionalização e da estatização crescentes. (2 hs.)

3.8 Desequilíbrio regionais e concentração urbana. (4 hs.)

ECONOMIA INTERNACIONAL

1. Teorias do Comércio Internacional:

1.1 Custos do Comparativo

1.2 Procura recíproca

1.3 Custos de oportunidade

1.4 Teoria sueca

1.5 Interpretações modernas.

2. Balanço de Pagamentos:

2.1 Conceituação e objetivos

2.2 Registro de transações

2.3 Diferentes conceitos de equilíbrio

2.4 Relação do BP com a economia.

3. Mercado Cambial

3.1 Características, funções e instrumentos

3.2 Determinação das taxas de câmbio: Sistemas de taxas fixas e flexíveis. Interferências no mercado

3.3 Efeitos da taxa de câmbio s/o balanço de pagamentos.

4. Mecanismos de Ajuste do Balanço de Pagamentos

4.1 Origens e soluções para o desequilíbrio do BP

4.2 Ajustamento do BP com variação da Taxa de câmbio: Regime do padrão-ouro; regime de taxas flexíveis. A "condição" de Marshall-Lerner

4.3 Alteração da taxa de câmbio: Teoria do BP; o critério do nível de reservas; Teoria da Paridade do Poder de Compra

4.4 Ajustamento com controle de divisas, com tarifas, com contingenciamento

4.5 Ajustamento via efeito-renda.

5. Renda e Comércio Internacional

5.1 Relação entre renda e importação — diferentes critérios: propensão a importar, elasticidade-renda das importações, função-importação.

5.2 A função-exportação

5.3 O multiplicador em economia aberta.

6. Política Comercial

6.1 Conceltuação de política comercial

6.2 Política tarifária

6.3 Regimes tarifários especiais: Armazéns alfandegários, zonas francas, "Draw-back"

6.4 Restrições não-tarifárias: controle cambial, contingenciamento de importações, outras restrições diretas e indiretas

6.5 Restrições às exportações

6.6 Acordos bilaterais e multilaterais

6.7 Integração econômica.

7. Organismos Internacionais na Área de Comércio e Pagamentos

7.1 A economia internacional até a 2.^a guerra

7.2 Os acordos internacionais de pós-guerra

7.2.1 Na área financeira (EMI, BIRD, etc.)

7.2.2 Na área de comércio e desenvolvimento (GATT)

7.3 Tentativas de liberalização comercial (Sistema Geral de Preferências, UNCTAD, "Diálogo" sobre matérias-primas)

8. Movimento Internacional de Capitais

8.1 Financiamento Internacional

8.1.1 O sistema de Bretton Woods

8.1.2 Outras fontes de financiamento

8.2 Os Investimentos Diretos

8.3 O "modelo" internacional de desequilíbrios externos e fluxos de capitais — uma visão crítica.

9. Relações Econômicas Internacionais do Brasil

9.1 Retrospecto das contas externas no pós-guerra

9.2 Fontes explicativas dos desequilíbrios externos

9.3 Perspectivas.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA — SÉCULO XX

I — Evolução da Economia Mundial

1. Guerras, crises e revoluções.
2. Transformação do capitalismo, origem e expansão do coletivismo
3. Evolução do sistema monetário
4. Evolução do comércio internacional
5. Evolução da população mundial
6. Hegemonia e dependência econômica.

II — A Política Interna de Alguns Estados

7. Grã-Bretanha
8. França
9. Alemanha
10. Itália
11. Japão
12. U.R.S.S.
13. Estados Unidos.

III — Evolução da Política Externa

14. O sistema de alianças e a primeira guerra mundial
15. Um período de paz ilusória (1919-1933)
16. A época de Hitler. (1933-1945)

17. O novo equilíbrio mundial. (1945-1947)
18. Guerra fria e conflitos localizados
19. O terceiro mundo: descolonização e tendências.

IV — Evolução da Arte e da Cultura

20. Pensamento e Literatura
21. As fontes da arte.

Metodologia

As partes I, III e IV do programa serão desenvolvidas pelo professor, através de conferências, permitindo-se debate dos temas. A parte II será desenvolvida pelos alunos, sob a forma de seminários de estudo. Além de preparar seus seminários, os alunos farão leituras complementares e um trabalho escrito de pesquisa bibliográfica.

CURSO SOBRE ASSUNTOS CONSULARES

O curso intitulado "A Função Consular" será dado em 25 aulas com o seguinte roteiro básico: uma introdução e metodologia para situar os alunos no contexto da matéria. Buscar-se-á, seguidamente, realizar-se uma breve síntese histórica da Instituição no mundo e no Brasil, para entrar-se na organização consular e no seu serviço consular honorário. Os privilégios e imunidades precederão o estudo do cerimonial consular, terminando assim a base introdutória do curso. A etapa seguinte abrangerá todas as atividades de uma Repartição consular, começando pela sua abertura, pelas atividades não-consulares que realiza, entrando a seguir na rotina de serviço, emolunen-

tos, estampilhas, renda consular, proteção e assistência a nacionais. Não foram esquecidas, também, as grandes linhas da função consular, tais como nacionalidade, matrícula, repartição, serviço militar, atos de registro civil e notariais, legalização de relações de bens e bagagens, os fatos relativos à navegação, a emissão de passaportes, os problemas de imigração e concessão de vistos de saída, onde avulta o exame da Lei dos 12 mil cruzeiros (depósito prévio), que criou algumas restrições ao turismo nacional com vistas a equilibrar nosso balanço de pagamentos. Finalmente, julgou-se interessante examinar a atividade consular em tempo de guerra e o término da sua função. Os 36 alunos do curso serão divididos em grupos de trabalho com seis componentes cada, que deverão escolher seus dirigentes e relatores para tratar dos seguintes temas a serem sorteados:

1. História da Instituição Consular no Brasil
2. A problemática da nacionalidade
3. O atual alcance do Regulamento de Passaportes
4. Vantagens e desvantagens do sistema de imigração nacional
5. Privilégios e imunidades consulares
6. Estabelecimento de relações consulares: criação, abertura e atribuições das Repartições.

A FUNÇÃO CONSULAR

1. Metodologia

- 1.1 — Explicação do desenvolvimento do curso
- 1.2 — Métodos de trabalho a adotar.
- 1.3 — Visualização do programa a cumprir.

2. Evolução histórica da Instituição Consular no mundo

- 2.1 — Na Antiguidade Clássica
- 2.2 — Na Idade Média
- 2.3 — Nos Tempos Modernos
- 2.4 — Na atualidade.

3. Evolução histórica da Instituição Consular no Brasil

- 3.1 — No Império
- 3.2 — Na República
- 3.3 — Na atualidade.

4. Organização Consular

- 4.1 — Estabelecimento de relações consulares
- 4.2 — Criação de Repartições consulares
- 4.3 — Situação jurídica do Cônsul
- 4.4 — Atribuição das Repartições Consulares
- 4.5 — Legislação nacional.

5. O Serviço consular honorário

- 5.1 — Legislação
- 5.2 — Subordinação
- 5.3 — Nomeação
- 5.4 — Dispensa
- 5.5 — Deveres
- 5.6 — Renda e meação.

6. Privilégios e imunidades consulares

- 6.1 — Privilégios financeiros
- 6.2 — Inviolabilidade consular
- 6.3 — Imunidade de jurisdição civil e criminal
- 6.4 — Liberdade de comunicação
- 6.5 — Outros privilégios e imunidades.

7. Cerimonial consular

- 7.1 — Fundamentos
- 7.2 — Precedência
- 7.3 — Corpo consular
- 7.4 — Visitas protocolares.

8. Repartições consulares

- 8.1 — Abertura de uma repartição consular
- 8.2 — Passagem de direção
- 8.3 — Organização interna
- 8.4 — Divisão setorial
- 8.5 — Lotação de funcionários
- 8.6 — Funcionamento

9. Atividades políticas, econômicas e culturais da Repartição

- 9.1 — Observação e informação política
- 9.2 — A missão de promoção comercial
- 9.3 — A proteção comercial
- 9.4 — As atividades culturais da Repartição

10. Emolumentos, estampilhas e renda consular

- 10.1 — A função arrecadadora da Repartição
- 10.2 — A cobrança de emolumentos consulares
- 10.3 — A requisição de estampilhas
- 10.4 — A legalização consular
- 10.5 — A mecânica da renda consular
- 10.6 — Problemas práticos

11. Proteção e assistência a nacionais

- 11.1 — Noções gerais
- 11.2 — Modalidades
- 11.3 — Pressupostos básicos
- 11.4 — Casos práticos

12. Nacionalidade

- 12.1 — Normas gerais
- 12.2 — Convenção de Viena
- 12.3 — Dupla nacionalidade
- 12.4 — Aquisição e perda

13. Matrícula

- 13.1 — Noções gerais
- 13.2 — Fins
- 13.3 — Títulos de nacionalidade
- 13.4 — Casos práticos

14. Repatriação

- 14.1 — Noções gerais
- 14.2 — Navios que gozam de regalias de pacote
- 14.3 — Requisição de passagens
- 14.4 — Casos práticos
- 14.5 — Disposições sobre repatriados

15. Serviço militar

- 15.1 — Justificativas
- 15.2 — Convenção de Viena
- 15.3 — Legislação nacional
- 15.4 — Procedimentos consulares

16. Atos de registro civil

- 16.1 — Nascimentos
- 16.2 — Casamentos
- 16.3 — Óbitos
- 16.4 — Inventários
- 16.5 — Testamentos

17. Atos notariais

- 17.1 — Procurações
- 17.2 — Reconhecimentos de firma
- 17.3 — Certidões

17.4 — Traduções

17.5 — Revalidação de diplomas

18. Legalização de bens e bagagem

- 18.1 — Legislação nacional
- 18.2 — Funcionários civis e militares
- 18.3 — Portadores de visto temporário
- 18.4 — Imigrantes
- 18.5 — Armas e munições
- 18.6 — Vegetais
- 18.7 — Encomendas e amostras
- 18.8 — Mercadorias em trânsito

19. Navegação

- 19.1 — Legislação nacional
- 19.2 — Despacho de embarcações
- 19.3 — Mudança de bandeira
- 19.4 — Inquéritos e acidentes marítimos
- 19.5 — Fatos relativos à navegação aérea
- 19.6 — Deserção de tripulantes

20. Passaportes

- 20.1 — Legislação
- 20.2 — Passaportes comuns

- 20.3 — Passaportes para estrangeiros
- 20.4 — Passaportes de serviço
- 20.5 — Passaportes diplomáticos

21. Imigração

- 21.1 — Legislação nacional
- 21.2 — Vistos de trânsito
- 21.3 — Vistos de turista
- 21.4 — Vistos temporários
- 21.5 — Vistos diplomáticos
- 21.6 — Vistos oficiais

22. Vistos de saída

- 22.1 — Legislação nacional
- 22.2 — Lei dos 12 mil cruzeiros (depósito prévio)
- 22.3 — Certificados de dispensa de recolhimento
- 22.4 — Considerações finais

23. Atividades consulares em tempo de guerra

- 23.1 — Ocupação estrangeira
- 23.2 — Áreas ocupadas
- 23.3 — Países em guerra

24. Término da função consular

- 24.1 — Modos

- 24.2 — Extinção de repartição

- 24.3 — Interrupção de seu funcionamento

- 24.4 — Fim da missão do Cônsul

25. Encerramento do curso

Palavras finais e avaliação dos trabalhos em grupo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade I — As Relações Internacionais como campo de estudos

1. Conteúdo e limites do campo de estudos
2. As Relações Internacionais e as Ciências Sociais. Enfoques
3. Afinidades metodológicas e temáticas com a Ciência Política
4. Os diferentes níveis de análise. Implicações substantivas das opções metodológicas.

Unidade II — Teoria das Relações Internacionais

1. Evolução. Proto-teorias. Teorias clássicas. Teorias contemporâneas. Novas abordagens. Métodos e técnicas de análise.
2. Avaliação crítica. Fragmentação do campo. Relevância.

Unidade III — O Sistema Internacional

1. Metáfora ou realidade. Dimensões. Especificidade com relação aos sistemas nacionais.

2. Atores. Sistema interestatal ou sistema internacional. Atores transacionais e supranacionais.
3. O Poder internacional. Conceituação de Poder. Relações internacionais como relações de Poder. Modos de organização do sistema internacional. Balança de Poder.
4. As macroestruturas internacionais do século XX
5. Os subsistemas político, econômico e militar

Unidade IV — A Ação e a Interação dos Estados

1. O papel do Estado nas Relações Internacionais. Soberania. Nacionalismo. Interdependência. Sobrevivência ou desaparecimento do Estado como principal ator das Relações Internacionais.
2. O Poder nacional. Elementos. Avaliação. Exercício do Poder no plano externo. Pressões. Ameaça ou uso da força.
3. Política externa. Fontes. Processo decisório. Planos de abordagem.
4. Segurança externa. Interesse nacional
5. Programação. Formulação. Execução.

Unidade V — Organizações Internacionais e os esforços pela Paz

1. Origens
2. A Liga das Nações
3. A organização das Nações Unidas
4. Os grandes temas multilaterais
5. Outras organizações.

ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan.

ANA ELISA DE MAGALHÃES PADILHA PUPO NETO (Estado de São Paulo)

Bacharel em Língua e Literatura Inglesa pela Faculdade de Sedes Sapientiae. TOEFL — Certificado de proficiência em língua inglesa pela Universidade Americana. "Certificat Pratique de Langue Française" pela Universidade de Nancy (1er degré).

ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO (Estado do Rio de Janeiro)

Cursou de 1968 a 1972 a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CESAR DE PAULA CIDADE (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso pelo Instituto de Idiomas Yázigi.

ELIANA DE SAMPAIO FERRAZ (Estado do Rio de Janeiro)

Aluna do 3.º ano do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Certificado de conclusão do 5.º ano Literário expedido pela Associação de Cultura Franco-Brasileiro. Curso pela Aliança Francesa.

EVERTON VIEIRA VARGAS (Estado do Rio Grande do Sul)

Aluno do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. "Certificat Pratique de Langue et Civilisation Françaises (1er degré) Université de Nancy".

FERNANDO JABLONSKI (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Certificat Pratique de Langue et Civilisation Françaises (1er degré) Université de Nancy". Diploma de Professor da língua inglesa para o curso secundário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Certificado de Curso de Formação de Professores pelo Instituto Brasil-Estados Unidos.

FLAVIO HELMOLD MACIEIRA (Estado do Rio de Janeiro)

Formado no Curso de Direito pela Universidade Federal Fluminense.

GLADYS ANN GARRY FACÓ (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Associação Universitária Santa Úrsula. Bacharel pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge.

JOÃO BATISTA DA COSTA (Estado de Pernambuco)

Bacharel em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Brasília. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Teacher's Course" pela Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos. Curso pela Sociedade Cultural Germano Brasileira com duração de 4 anos. "ZEUGNIS — Grund Kentuisse der Deutschen Sprache" com duração de 2 anos.

JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELES (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 5.º semestre do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

JOSE ROBERTO DE ALMEIDA PINTO (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aluno do 1.º ano de Literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Prêmio Rio-Branco — medalha de ouro (Vermeil) 1.º lugar. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata — 1.º lugar.

KATIA GODINHO GILABERTE (Estado do Rio de Janeiro)

Aluna do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. Certificado de conclusão do curso Básico de Alemão pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) Université de Nancy". Certificado de conclusão do curso de inglês pelo Instituto Brasil-Estados Unidos.

LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LUIZ ANTONIO DUBEUX FONSECA (Estado de Pernambuco)

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "Certificat of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) Université de Nancy". Diplôme d'Études Françaises (2 ème degré) pela Universidade de Nancy. Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3 ème degré) pela Universidade de Nancy. "Certificat in Traduction" da Aliança Francesa. "Certificat d'Études Pratiques" (CEPAL) da Aliança Francesa. Curso de extensão sobre "Problemas Internacionais Americanos" promovido pelo Instituto Cultural Brasil—Argentina. Curso de Língua Inglesa no "International Language Centre" — London. Curso de Economia, Constituição Britânica, História Econômica Britânica e Língua Inglesa pelo "Furnell Tutorial Establishment" — London. Curso sobre "História Internacional desde 1914" pelo City Literary Institute, University of London".

MARCELA MARIA NICODEMOS (Estado do Rio de Janeiro)

Aluna do 4.º ano de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. Certificado de conclusão do 5.º ano do Curso do Instituto Brasil—Estados Unidos.

MARIA DE LOURDES VIEIRA NOGUEIRA (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Católica de Direito de Santos. Licenciatura em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré), Diplôme Supérieur d'Études Françaises (2 ème degré), Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3 ème degré) pela Université de Nancy".

MARIA TERESA LAZARO (Estado do Rio de Janeiro)

Aluna do Curso de Economia da Universidade Cândido Mendes. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) Université de Nancy.

MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP (Estado do Rio de Janeiro)

Cursou até o 4.º ano da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Oxford. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Oxford.

MILTON DE FREITAS ALMEIDA NETO (Estado de São Paulo)

Aluno do 4.º ano de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Certificate of Advanced English — International Language Center — London".

ORLANDO CELSO TIMPONI (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 8.º período de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Certificado de conclusão do 6.º ano do curso de Inglês do Instituto Brasil—Estados Unidos. "Certificat d'Études Pratiques de l'Alliance Française. CEPAL. Certificado de conclusão do 5.º ano da "Alliance Française du Brésil".

PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 3.º ano de Português-Inglês da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Lower Certificate of Proficiency in English". Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. Curso Prático da Aliança Francesa.

PAULO JOPPERT CRISSIUMA (Estado do Rio de Janeiro)

Prêmio Rio-Branco — medalha de prata — 2.º lugar. Diplomado no Curso Superior de Economia pela Faculdade Cândido Mendes. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de Bronze — 2.º lugar.

PAULO SERGIO TRABALLI BOZZI (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, Conjunto Universitário Cândido Mendes.

PAULO WANGNER DE MIRANDA (Estado de Minas Gerais)

Diplomado pela Universidade Federal de Minas Gerais em Letras e em Geografia. Curso de Língua e Literatura Americana do Instituto Brasil—Estados Unidos.

PEDRO HENRIQUE LOPES BÓRIO (Estado do Paraná)

Aluno do 4.º período de Direito do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. "Lower Certificate of English" pela Universidade de Cambridge. "Diplôme Supérieur d'Études Françaises (2 ème degré) Université de Nancy".

PEDRO SCALISSE NETO (Estado de São Paulo)

Aluno do 4.º ano de Direito da Fundação Vale Paraibana de Ensino de São José dos Campos. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) Université de Nancy".

RENATO SOARES MENEZES (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 8.º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de História na Universidade Federal Fluminense. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) e Diplôme Supérieur d'Études Françaises (2 ème degré) pela Université de Nancy".

RICARDO ALONSO BASTOS (Estado do Rio de Janeiro)

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. Proficiência em Francês pela Universidade de Nancy.

ROLEMBERG DE SOUZA (Estado do Mato Grosso)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso em Administração de Recursos Humanos e Direito do Trabalho da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

SIDNEY PINTO FERNANDES (Estado do Rio de Janeiro)

Diplomado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Curso de Inglês pelo Instituto Brasil—Estados Unidos. Curso de Francês pela Aliança Francesa.

VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA (Estado do Pará)

Licenciatura em Português-Inglês pela Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará. Especialização em Literatura Norte-Americana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. English Teaching — USIS — CCBEU — SEDUC Yázigi Method — Yázigi.

VERGNIAUD ELYSEU FILHO (Estado de São Paulo)

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie. Cursos de Extensão: curso da Academia de Direito Internacional de Haia. Cursos da "Association Internationale de Droit Comparé". Curso de Direito Público pela Universidade de São Paulo.

Bolsistas Estrangeiros que completaram o CPCD em 1977.

RICHOLO ZOUINGNAN — Costa do Marfim

NARCISSE KONAN LOUADI — Costa do Marfim

GONZALO SALVADOR HOLGUIN — Equador

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

Texto do Decreto n.º 79.556, de 20/4/1977; das Portarias ns. 450 e 451, de 20/4/1977, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e de Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco relativos ao Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e ao Curso de Altos Estudos (CAE), cuja instituição foi anunciada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores na data de 20 de abril de 1977, por ocasião das comemorações do "Dia do Diplomata".

O CAD e o CAE constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

"A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo".

São também antigas aspirações do Itamaraty, como recordou, no Dia do Diplomata de 1976, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, e correspondem à necessidade, sentida agora de forma imperiosa, de institucionalizar o aprimoramento profissional dos Diplomatas.

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei n.º 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto n.º 71.323, de 1972. Assim a inovação trazida pelo Decreto n.º 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei n.º 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, **ex-vi** do Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 1970, acima citado.

Vale notar que o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, ora implantado, nada tem a ver com o antigo "CAD", criado pelo Regulamento de 1946 do Instituto Rio-Branco (aprovado pelo Decreto n.º 20.694 daquele ano) e extinto pelo Regulamento Posterior do Instituto (aprovado pelo Decreto n.º 5.413), havendo mera coincidência de nomes.

Quanto ao CAE, há dezesseis anos que se vem tentando implantá-lo, o que só será possível fazer agora dado o formato flexível que se adotou. Em verdade, as tentativas anteriores, com a abordagem convencional — um curso de preleções e trabalhos de classe —, tornariam o CAE proibitivo em termos de ônus direto e indireto para o Itamaraty. Basta lembrar que uma turma de apenas 25 Conselheiros, fazendo o Curso durante vários meses de dedicação integral, retiraria simultaneamente de suas funções mais de 20% dos funcionários dessa Classe, composta de 110 Diplomatas. De outro lado, seria ponderável o custo de manutenção na Secretaria de Estado, por longo período, dos funcionários lotados no exterior. Dificuldades análogas encontraria um CAD instituído em modelos clássicos.

A fórmula escolhida obvia tal dificuldade. Assim, o CAD será fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados receberão textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito doze meses mais tarde em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames. Haverá, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora aprovada pelo Presidente da República e nomeada pelo Ministro das Relações Exteriores. Algum tempo depois o Conselheiro terá a oportunidade de defender oralmente seu trabalho perante a mesma Banca. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, etc. — propiciando atualização com os principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas e a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não haverá publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação será por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

Os projetos do CAD e do CAE foram desenvolvidos pelo Instituto Rio-Branco em 1976, havendo participado desse trabalho vários Diplomatas de outros Setores do Itamaraty. A SUBIN, da SEPLAN, deu apoio financeiro ao empreendimento; a DDO, do DCD, está colaborando com a edição dos textos para estudo.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto n.º 79.556 e pelas Portarias ns. 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados poderão conter imperfeições e deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. A experiência dirá em que medida será preciso proceder a ajustamentos, a fim de aperfeiçoá-los. Por isso as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com o lançamento dos Cursos, finalmente, se dá forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro, cumprindo antigos propósitos cuja realização não mais podia tardar.

PRIMEIRO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

Poderão solicitar matrícula no I CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior, bem como os agregados. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às repartições no exterior.

Dependendo do número de candidatos à matrícula e com o propósito de formar turma de tamanho razoável, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas. A seleção dos candidatos ao I CAD far-se-á, neste caso, com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

É a seguinte a relação das disciplinas do I CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira
- vii) Organização do MRE.

A partir de 1.º de agosto de 1977 o Instituto Rio-Branco fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo, sobre as disciplinas acima relacionadas, bem como orientação para seu estudo. O Curso terá início, oficialmente, no dia 15 de agosto de 1977 e haverá exames escritos dessas matérias, previstos para julho de 1978.

A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

No caso dos Segundos Secretários lotados no exterior, o exame será realizado em condições a serem determinadas oportunamente, provavelmente mediante o envio de aplicadores.

Está prevista a abertura de matrículas para o II CAD a ter lugar, em princípio, em junho e julho de 1978.

PRIMEIRO CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Poderão solicitar matrícula no I CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros e os Primeiros Secretários com pelo menos 3 anos de classe, lotados no Brasil ou no exterior, bem como os agregados. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às repartições no exterior.

Dependendo do número de candidatos à matrícula, e com o propósito de formar turma de tamanho razoável, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas. Salvaguardada a preferência dada aos Conselheiros, a seleção dos candidatos ao I CAE far-se-á, neste caso, com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

É a seguinte a relação das disciplinas do I CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Organização Política do Brasil
- v) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico.

A partir de 1.º de agosto os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas e o Curso terá início, oficialmente, no dia 15 daquele mês. Essas disciplinas serão desenvolvidas no Estágio previsto para a parte final do Curso. Os alunos receberão também, complementarmente, os textos básicos referentes às disciplinas que integram o I CAD.

Ao solicitar matrícula, o requerente deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito fazendo constar de sua proposta, esquema estrutural, resumo, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões do trabalho. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará, se for o caso, as alterações a serem obedecidas no preparo do trabalho.

Até o último dia de outubro de 1978 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação da Banca Examinadora prevista no Artigo 4.º da Portaria n.º 451 do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. Essa avaliação será realizada nos meses de novembro e dezembro de 1978, devendo efetuar-se entre janeiro e março de 1979, a defesa oral a que se refere o Artigo 4.º daquela Portaria, bem como o Estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com a duração aproximada de 6 semanas, cujas características serão oportunamente anunciadas.

A aprovação no CAE será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em Curso posterior.

Está prevista para meados de 1978 a abertura das matrículas para o II CAE, com o que a finalização dos trabalhos desse curso teria lugar no decorrer de 1980.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os alunos matriculados no I CAD e no I CAE deverão acompanhar, durante o Curso, o desenvolvimento das matérias que estudam, atualizando os textos básicos referentes às várias disciplinas — trabalho em que o Instituto Rio-Branco procurará assisti-los — especialmente os alunos lotados no exterior. A aferição do aproveitamento dessas disciplinas será feita à luz de tal atualização da matéria.

Para os fins previstos no Artigo 3.º do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, o dia 15 de agosto de 1977 será considerado como a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos.

Brasília, em 20 de abril de 1977.

No primeiro CAD inscreveram-se os 24 diplomatas a seguir:

- 1) S. Abelardo da Costa Arantes Jr. — Brasemb — Varsóvia
- 2) S. Abílio Machado Cantuaria — Bruxelas — Cee
- 3) S. Antonio Carlos Vereza Coutinho — Brasemb — Cairo
- 4) S. Antonio José Rezende de Castro — Brasemb — Roma
- 5) S. Armando Victor Boisson Cardoso — Brasemb — Buda-
peste
- 6) S. Artur Vivacqua Corrêa Meyer — Consbras — Chicago
- 7) S. Carlos Alberto Ferreira Guimarães — Brasemb — Mos-
cou
- 8) S. Fausto Fernando Rocha Cardona — Consbras — Los An-
geles
- 9) S. Haroldo Teixeira Valladão Filho — Delbrasonu — N.
York
- 10) S. Isnard Penha Brasil Jr. — Brasemb — Madri
- 11) S. João Carlos Aguiar Gay — Dcn
- 12) S. José Alfredo Graça Lima — Delbrasgen
- 13) S. Luiz Tuppy Caldas de Moura — DPC

- 14) S. Mario Ernani Saade — Consbras — Los Angeles
- 15) S. Orlando Galvêas Oliveira — De-I
- 16) S. Renate Stille — Brasemb — Paris
- 17) S. Ronaldo Edgard Dunlap — Brasemb — Lisboa
- 18) S. Sergio Luiz Bezerra — Cavalcanti — Brasemb — Sofia
- 19) S. Sérgio Tutikian — Brasemb — Coveite
- 20) S. Sônia Maria de Castro — Brasemb — Varsóvia
- 21) S. Valdemar Carneiro Leão Neto — Brasemb — Londres
- 22) S. Vital Fernando Lopes de Souza — Consbras — Marselha
- 23) S. Vitória Alice Cleaver — Brasemb — Tóquio
- 24) S. Wilmary Maciel Penna — Dpb

No primeiro Cae inscreveram-se os 28 diplomatas a seguir:

- 1) C. Adriano Benayon do Amaral — Dctec
- 2) C. Antonio Amaral de Sampaio — Brasemb — México
- 3) C. Antonio Ferreira da Rocha — Missão do Brasil Junto à Cee
- 4) C. Arnaldo Carrilho — Vatem
- 5) S. Brian Michael Fraser Neele — Brasemb — Londres
- 6) C. Carlos Noberto de Oliveira Pares — Brasemb — Bucarest
- 7) S. Dinah Flusser Price — Brasemb — Londres

- 8) C. Edmundo Radwanski — Brasemb — Haia
- 9) C. Gilberto Ferreira Martins — Delbrasgen
- 10) S. Helder Martins de Moraes — Brasemb — Georgetown
- 11) S. Heloísa Vilhena de Araujo — Embaixada em Londres
- 12) C. Itajuba de Almeida Rodrigues — Brasemb — Belgrado
- 13) C. Italo Miguel Mastrogiovanni — Delbrasgen
- 14) C. Jorge Alberto Nogueira Ribeiro — Consbras — Marselha
- 15) S. José Ferreira Lipes — Brasemb — Tóquio
- 16) S. José Guilherme Merquior — Brasemb — Londres
- 17) S. Livieto Justino de Souza — Brasemb — Roma
- 18) S. Luciano Ozório Rosa — Brasemb — Bruxelas
- 19) S. Marcelo Didier — DPB
- 20) C. Marco Aurelio dos Santos Chaudon — Dj
- 21) C. Mario Andrade Correia — Brasemb — Oslo
- 22) C. Mario Augusto Santos — Brasemb — Camberra
- 23) C. Moacir Moreira Martins Ferreira — Brasemb — Manila
- 24) S. Raphael Valentino Sobrinho — Brasemb — Londres
- 25) S. Regina Vitoria Castello Branso — Die
- 26) S. Sérgio de Souza Arruda — Sei
- 27) S. William Agel de Mello — Consbras — Londres
- 28) C. Paulus da Silva Castro — Consbras — Liverpool

CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

A existência de vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata levou o Instituto Rio-Branco a realizar, em 1977, o Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira. Trata-se do 6.º Concurso de Provas realizado desde a criação do Instituto em 1946, sendo que os demais foram efetuados em 1954, 1955, 1962, 1967 e 1975.

Regeu-se o Concurso de Provas para ingresso na Carreira de Diplomata pela Portaria Ministerial n.º 439, de 12 de agosto de 1976, que aprova as instruções e programas. Compreendeu três fases:

1.ª Fase — provas eliminatórias escritas de Português, Francês e Inglês e orais de Francês e Inglês, sendo de 50 (cinquenta) a nota mínima para aprovação em cada uma delas.

2.ª Fase — exames de sanidade e capacidade física e psíquica; investigação acerca dos costumes e do conceito corrente do candidato e entrevista;

3.ª Fase — Provas escritas subdivididas em 2 grupos:

* Os candidatos inscritos em Fortaleza e em Belo Horizonte foram transportados até Recife e Brasília, respectivamente, dado o reduzido número de candidatos inscritos.

a) eliminatórias: História Mundial e do Brasil, Economia, Direito Internacional Público e Privado. Nota mínima de 50 (cinquenta) para aprovação em cada uma delas.

b) classificatórias: Geografia, Direito Civil, Comercial e Constitucional, Ciência Política e Relações Internacionais.

Ciência Política e Relações Internacionais que entram pela primeira vez, exigem apenas conhecimento geral de conceitos teóricos políticos e familiaridade com os principais fatos e temas do cenário internacional contemporâneo.

As condições exigidas para a inscrição no Concurso de Provas foram as mesmas exigidas para o Exame Vestibular ao CPCD com a exceção do nível de escolaridade, onde, para o concurso de provas, a condição é de ser formado em curso reconhecido de graduação de estabelecimento de nível superior.

1.ª Fase:

As provas se efetuaram nos dias 16, 17 e 18 de agosto, no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo.

A banca examinadora presidida pelo Ministro Sérgio F. Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria do IRBR, ficou assim constituída:

PORTUGUÊS

Professores

Augusto Estellita Lins

Antonio Salles Filho

FRANCÊS

Professores

Michael Hospital
Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva

INGLÊS

Professores

Sara Burkitt Walker
Iain Alasdair Fairlie Bruce

As provas realizadas fora de Brasília foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Porto Alegre — Vitor Cândido Paim Gobato
Recife — Augusto Estellita Lins
Salvador — José Carlos Leitão
São Paulo — Flávio Miragaia Perri
Curitiba — Gilberto de Almeida Ferreira
Rio de Janeiro — Maria da Natividade D. R. Petit

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	181
Desistentes	102
Submeteram-se às provas	79
Aprovados	27

N.º de inscritos Belo Horizonte 5, Brasília 26, Curitiba 10, Fortaleza 4, Porto Alegre 24, Recife 10, Rio de Janeiro 40, Salvador 12, São Paulo, 50.

As provas orais de Francês e Inglês tiveram início em 26 de setembro na sede do Instituto Rio-Branco.

Foram mantidos os mesmos examinadores das provas escritas.

MOVIMENTO GERAL

Desistente	1
Submeteram-se às provas	26
Reprovados	2
Aprovados	24

2.ª Fase

Os exames da 2.ª Fase tiveram início em 3 de outubro: compreenderam exames de sanidade e capacidade física, realizados no Hospital do IPASE, e exames de sanidade e capacidade psíquica realizados no Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação, sob a direção do Doutor Geraldo Servo. Participaram da Banca Examinadora os Doutores: Vitorino Modesto dos Santos, do Hospital das Forças Armadas e João Paulo Silva, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Evane Soares, Encarregado do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

A comissão incumbida de avaliar a aptidão profissional dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro Adolfo Cor-

rêa de Sá e Benevides e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit. Submeteram-se a esses exames os 24 candidatos aprovados nas provas da 1.^a Fase do concurso.

Convocados	24
Inabilitados	6
Habilitados	18

3.^a Fase

A 3.^a Fase do Concurso de Provas iniciou-se em 17 de outubro e prosseguiu até 31 de outubro.

A banca examinadora presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco Ministro Sérgio F. Guarischi Bath e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, foi constituída dos seguintes professores:

PROVAS ELIMINATÓRIAS

HISTÓRIA MUNDIAL E DO BRASIL

David Gueiros Vieira

ECONOMIA

Carlos Eduardo Paes de Carvalho

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

José Francisco Rezek

PROVAS CLASSIFICATÓRIAS

GEOGRAFIA

Jean-Louis Boudou

DIREITO CIVIL, COMERCIAL E CONSTITUCIONAL

José Francisco Rezek

Ana Maria Villela

CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ronaldo Mota Sardenberg

Compareceram à primeira prova os 18 candidatos aprovados na 2.^a Fase do Concurso.

MOVIMENTO GERAL — PROVAS ELIMINATÓRIAS

Convocados	18
Inabilitados	5
Habilitados	13

Foi a seguinte a classificação final:

George Lamazière

Paulo Roberto de Almeida

Eduardo Botelho Barbosa

José Soares Júnior

Ana Maria Sampaio Fernandes

Alcir Carvalho Rebello

Monica Renata Salski

Eduardo Lobo Botelho Gualazzi

Fernando Paulo de Mello B. Filho

Sérgio Frederico Dantas da Cunha

Ana Lélia Benicá Beltrame

João de Mendonça Lima Neto

Sérgio Maurício da Costa Palazzo

Os seguintes candidatos aprovados: George Lamazière; José Soares Junior; João de Mendonça Lima Neto, Paulo Roberto de Almeida, foram aprovados também no vestibular de 1977. Os candidatos: Alcir Carvalho Rebello e Ana Maria Sampaio Fernandes eram alunos do 1.º ano do CPCD em 1977.

Os candidatos aprovados são nomeados para a classe inicial da Carreira de Diplomata de acordo com a classificação final e fazem estágio intensivo de treinamento profissionalizante no Instituto Rio-Branco.

PROGRAMAS

PROVAS DA 1.ª FASE

Características das Provas:

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará das seguintes partes:

a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 450 a 600 palavras.

Valor: 60 pontos

b) Resumo de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxica, ortografia, acentuação, pontuação) como a sua estrutura, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

a) Redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de, no mínimo, 400 palavras.

Valor: 60 pontos

b) Versão de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos

As provas orais de Francês e Inglês constarão de duas partes:

a) Exposição sobre tema de atualidade e perguntas sobre o assunto. (O candidato terá 10 minutos para preparar a exposição).

Duração: cerca de 10 minutos.

Valor: 50 pontos

b) Leitura e tradução de texto em linguagem corrente e respostas a perguntas relativas a este texto.

Duração: cerca de 10 minutos

Valor: 50 pontos

O candidato deverá poder utilizar com suficiente desembaraço e correção a língua escrita e a falada.

PROVAS DA 3.^a FASE

Características das Provas:

As provas escritas se comporão de:

a) Dissertação, no valor de 40 pontos

b) Quatro pequenas dissertações no valor de 15 pontos cada uma.

ECONOMIA

I — Análise Microeconômica

1 — Teoria do Consumidor

1.1 — A procura dos bens de consumo. O conceito de elasticidade, relações entre elasticidade, receita total e receita marginal.

1.2 — O conceito de utilidade e o de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. O equilíbrio do consumidor. Os efeitos preço, renda e substituição.

2. Teoria da Produção

2.1 — Função de produção

2.1 — Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. Curva de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementariedade e substituição.

2.2 — As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e longo prazo. A curva de oferta de firma.

3. A Formação dos Preços

3.1 — A formação dos preços em concorrência perfeita e em regime de monopólio. Distorções típicas do monopólio. Os monopólios naturais.

4. Preços dos Fatores de Produção

4.1 — A noção de procura derivada.

II — Contabilidade Nacional

1. Noções básicas de Contabilidade Nacional. Os grandes agregados: Produto, Renda, Despesa.

2. Sistema de Contas Nacionais no Brasil.

3. Medição do crescimento econômico. Índice de Produto Real.

III — Moeda e Política Monetária

1. Funções e evolução da moeda.

2. O conceito de meios de pagamento.

3. O papel dos bancos na criação da moeda.

4. Estrutura do sistema monetário no Brasil.

5. Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios etc.

IV — Análise Macroeconômica

1. Teoria Neoclássica do Equilíbrio Agregativo a Curto prazo.

1.1 — Lei de Say

1.2 — Função de produção de curto prazo.

1.3 — O mercado de trabalho.

1.4 — Teoria quantitativa da moeda.

1.5 — O conceito de equilíbrio a pleno emprego.

1.6 — Mecanismo Cumulativo de Wicksell.

2. Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.

2.1 — Fundamentos da teoria keynesiana.

2.2 — Tipos de desemprego.

2.3 — Princípios da demanda efetiva.

2.4 — As funções Consumo e Poupança. A propensão marginal a consumir e a poupar.

2.5 — Teoria da Preferência pela Liquidez.

2.6 — Modelo Keynesiano simplificado.

2.7 — O multiplicador.

V — Política Fiscal

1. O papel do Governo no sistema econômico.

2. Tipos de impostos. Impostos diretos e indiretos.

3. Progressividade e Regressividade.

4. Orçamento Público. Receita, Despesa, Deficit e Superavit.

5. Efeitos econômicos da política fiscal.

VI — Desenvolvimento Econômico

1. Desenvolvimento econômico: conceito, medidas estatísticas, comparações internacionais.

2. Fatores de crescimento econômico: a acumulação de capital: os recursos humanos; o papel da tecnologia.
3. Teorias do crescimento econômico: teoria do crescimento equilibrado; teoria do crescimento desequilibrado; o modelo Harrod/Domar.
4. Problemas do desenvolvimento: industrialização, comércio exterior, inflação.

VII — Comércio Internacional

1. Teoria das Vantagens Comparativas.
2. Estrutura do Balanço de Pagamentos.
3. Proteção Tarifária X Integração Econômica.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Sociedade Internacional e Direito Internacional Público. A relevância do Direito Internacional Público nas relações internacionais. A norma internacional. O princípio da efetividade. Os novos Estados e o Direito Internacional Público.
2. Direito Internacional e Direito Interno.
3. Fontes do Direito Internacional Público. Tratados. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Decisões das organizações internacionais. Atos unilaterais.
4. Pessoas internacionais.
5. Estados. Características. O aspecto formal da noção de Estado e a realidade da vida internacional. Classificação. Reconhecimento de Estado e Governo: aspectos jurídicos e políticos.
6. Direitos Fundamentais dos Estados e suas restrições. Intervenção: direito e política.

7. Responsabilidade internacional.
8. Coletividades não estatais.
9. Organização das Nações Unidas. Aspectos jurídicos e políticos.
10. Organizações internacionais especializadas e organizações regionais.
11. O homem na ordem jurídica internacional. Asilo.
12. Território do Estado. Relevância jurídica e política.
13. Direito do Mar. Aspectos jurídicos e econômicos.
14. Direito do Espaço Aéreo e Espaço Exterior. Telecomunicações.
15. Direito Internacional Fluvial.
16. Órgãos do Estado nas relações internacionais. Os diferentes tipos de diplomacia.
17. Modos de solução dos litígios internacionais.
18. Sanções. Eficácia. Aspectos jurídicos e políticos.
19. Segurança coletiva.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais, etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Fi-

liação combinada com Serviço Público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito Intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.

3. Naturalização. Espécies. Condições. Processos. Efeitos. Revogação.

4. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.

5. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.

6. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.

7. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.

8. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio, Reconhecimento. Funcionamento.

9. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à Lei. A teoria dos direitos adquiridos.

10. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Do casamento consular.

11. Desquite, divórcio e anulação do casamento.

12. Direito das Sucessões. Testamentos. Do testamento consular.

13. Direito Processual Civil Internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.

14. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

HISTÓRIA DO BRASIL

1.^a Parte

1. **A Independência e seus antecedentes:** A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2. **O Brasil Imperial — Política e Administração:** A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

3. **O Brasil Imperial — Economia:** A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. **O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura:** A população. A estrutura social. Vida cultural.

5. **O Brasil Imperial — Política externa:** O reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

6. **O Advento da República:** As crises do fim do Império; a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2.^a Parte

7. **O Brasil Republicano. Política e Administração:**

a) **A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

8. O Brasil Republicano — Economia:

a) **A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômica-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

9. O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura: A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. O Brasil Republicano — Política externa:

a) **A Primeira República (1889-1930):** O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-Americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) **A Segunda República (a partir de 1930):** Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.ª Parte

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.

3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências, na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.

5. A política européia do Congresso de Berlim, de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O Pensamento Político, Social e Econômico do Século XIX. O Progresso Científico e Tecnológico.

2.ª Parte

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.

8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.

9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.

11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.

12. A Guerra Fria e a formação de blocos, o problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.

13. A emancipação das Nações Africanas.

14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.ª Parte

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.

16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.

17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhaça.

19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.

21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

22. As Américas, de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO CIVIL, COMERCIAL E CONSTITUCIONAL

I — Direito Civil

1. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Parte Especial.

2. Pessoa Natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.

3. Pessoas jurídicas: noção, constituição e extinção; classificação.

4. Domicílio. Dos bens: principais classificações.

5. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.

6. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.

7. O direito das obrigações. Conceito e elementos de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de crédito.

8. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.

9. Regime de bens do casamento.

10. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.

11. Direito das Sucessões; conceito e espécies de sucessão. A sucessão legítima.

12. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento. Herdeiros necessários. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

II — Direito Comercial

1. Fontes. O comerciante.

2. Empresa e estabelecimento.

3. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas.
4. As sociedades estrangeiras.
5. A sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.
6. Navio e aeronave: conceito.
7. A figura do Capitão ou Comandante.
8. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo.
9. A cláusula de não indenizar ou irresponsabilidade.
10. O conhecimento de transporte.
11. Noções fundamentais sobre títulos de crédito.

III — Direito Constitucional

1. O constitucionalismo brasileiro. Suas principais características. Suas fontes e sua evolução histórica.
2. Constituição: conceito e classificação. Poder constituinte. Os principais sistemas constitucionais.
3. A Organização Nacional. A União, os Estados e os Municípios. A evolução e a problemática atual do federalismo.
4. O sistema tributário. Orçamento e fiscalização financeira.
5. O Poder Legislativo, sua competência, suas funções. O processo legislativo.
6. O Poder Executivo, sua competência, suas funções. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
7. O Poder Judiciário. Papel e atribuição do Supremo Tribunal Federal. O controle jurisdicional.
8. Direitos e garantias individuais. Direitos políticos. Partidos políticos e sistemas eleitorais.

9. A ordem econômica e social. A ação do Estado e suas finalidades.
10. As Forças Armadas e sua missão constitucional. A Segurança Nacional. Os princípios constitucionais da integração nacional.

GEOGRAFIA

I — O Sistema Homem-Terra

1. Os componentes naturais. Interrelações do relevo, clima, vegetação e solo: os grandes ecossistemas da superfície terrestre.
2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população mundial.
3. Condições naturais e culturais do desenvolvimento da Agricultura. Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
4. Condições geográficas, características e distribuição espacial do desenvolvimento industrial moderno.
5. Fontes de energia: reservas e aproveitamento. Seu papel na industrialização e no comércio internacional.
6. O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

II — Os Grandes Conjuntos Regionais

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.

4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente Africano: características gerais. A África do Norte. A África ao Sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia. O Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

III — O Brasil

1. Características gerais e principais unidades morfo-estruturais do relevo. Os recursos do sub-solo.
2. Grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
3. Distribuição geográfica da população: o povoamento, o crescimento vegetativo e as migrações internas. Estrutura etária e profissional da população.
4. O processo de industrialização: condicionamentos geográficos. Características e distribuição espacial. Principais centros industriais.
5. Processo de urbanização: seus fatores e suas características. Tipos de cidades. O sistema urbano do país.
6. Características da Agricultura: estrutura fundiária e a utilização da terra. A modernização da atividade. A expansão da fronteira agropastoril.
7. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transportes.
8. As grandes regiões: o quadro natural e a ocupação humana. Elaboração do sistema espacial e regionalização do desenvolvimento do país.

CIÊNCIA POLÍTICA

1. **Ciência Política:** Objeto e natureza. Questões metodológicas na Ciência Política.
2. **Conceitos Básicos:** Poder, Autoridade, Divisão de Poderes; Sistemas Políticos; Instituições Políticas; Organização Política; A Legitimidade do Poder e a Ordem Legal; Formas de Governo; Regimes; As Elites Políticas; Partidos e Facções; Grupos de Pressão; Mudança Política; Teoria do Conflito; Burocracia; Opinião Pública.
3. **História do Pensamento Político:** O absolutismo; Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; A Revolução Francesa e suas conseqüências; Burke; Hegel; Fichte; Tocqueville; O Liberalismo: Stuart Mill e Herbert Spencer; O Nacionalismo: Sorel; o Fascismo e Nacional-socialismo. Pensamento Político Contemporâneo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. **Conceitos Básicos de Relações Internacionais:** O âmbito das Relações Internacionais; Poder e seus componentes; Soberania e interdependência; A estrutura da sociedade internacional; O Direito Internacional; Diplomacia e Política Externa; Teoria dos Conflitos; Alianças; Equilíbrio Internacional; Balança de Poder; Intervenção; Propaganda; Isolamento; Neutralidade; O processo decisório nos Estados.
2. **Organização Internacional:** A Liga das Nações; As Nações Unidas; Organismos não-governamentais; organismos regionais interamericanos e latino-americanos: OEA e SELA.
3. **Principais problemas contemporâneos Internacionais:** Guerra Fria e distensão Leste-Oeste; O conflito Norte-Sul e o problema do desenvolvimento; O problema do Oriente Médio; Política Externa das Potências; O modelo de mundo bipolar e sua evolução; O policentrismo socialista; O "eurocomunismo";

A reforma das Nações Unidas; A Antártida; A África do Sul e o problema racial; O neo-colonialismo; a UNCTAD, a Nova Ordem Econômica Internacional; Controle de Armamentos e não proliferação nuclear; A Transferência de Tecnologia; O Meio-Ambiente.

BIBLIOTECA

A transferência do acervo da biblioteca do Instituto Rio-Branco teve início em março de 1976, junto com a transferência de todo o Instituto Rio-Branco do Rio de Janeiro para Brasília. Desde então, as obras continuam sendo reclassificadas e enviadas para a Biblioteca Geral do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Em 1977 foram transferidos 1.800 volumes.

[illegible]

On 12/11/1964, the following information was received from the Bureau of the Federal Bureau of Investigation, Washington, D.C.:

ANEXOS

**TEXTOS DAS PROVAS DO
EXAME VESTIBULAR E DO
CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO
NA CARREIRA DE DIPLOMATA**

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES INICIAIS

PORTUGUES

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Redação

Valor: 60 pontos.

Guia de avaliação:

1. Estrutura e desenvolvimento — 15 pontos
2. Correção da expressão — 30 pontos
3. Propriedade da expressão — 15 pontos

Número de palavras: 450 a 600

Discorra sobre o seguinte tema:

Do desconhecimento entre os homens nasce o preconceito, do silêncio a desconfiança, do fanatismo a intolerância.

B — Resumo

Leia o trecho a seguir e faça dele um resumo, salientando os objetivos, linhas de ação e áreas prioritárias da política exterior

brasileira, ali mencionados, dando destaque aos princípios em que se fundamenta.

Valor: 40 pontos

Número de palavras: 150 a 200

Trecho do discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, por ocasião do Banquete que lhe foi oferecido pelo Corpo Diplomático no Clube Naval de Brasília em 10 de maio de 1977.

.....

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A atmosfera deste banquete é bem representativa do espírito com que o Brasil tem procurado conduzir a sua política externa — um espírito de cordialidade, de convivência ecumênica e de atenta solidariedade.

Sinto-me feliz em poder dirigir-me a todos para reafirmar esses sentimentos que entretemos para com a comunidade internacional em seu conjunto, bem como, individualmente, para com todas as nações amigas.

Não sou dos que acreditam que a diplomacia tradicional tenha sido superada pela eficiência dos modernos meios de comunicação. Ao contrário, creio que a própria eficiência desses meios pode iludir-nos, levando-nos a confundir publicidade com negociação. As relações internacionais processam-se numa trama complexa, que não aceita simplificações, sem que se incorra em riscos à própria segurança dos países. É claro que uma visão histórica dessas relações pode reduzir, a proporções menores, este ou aquele problema de hoje. Mas, para os países atingidos, não será consolo admitir que a História permita subestimar os desafios de agora. Para a geração que vive o presente, o homem de visão não é o que antecipa o juízo da

História, mas o que sabe tirar o melhor proveito da realidade, para que a sociedade se encaminhe, em boa ordem, na direção de um futuro promissor.

A diplomacia tradicional, a que se exerce através das chancelarias e dos diplomatas profissionais, sabe que são, precisamente, as diferenças entre Estados que permitem valorizar as composições de interesses, a serviço de benefícios coletivos. Função precípua do diplomata é, assim, também, a de apreender corretamente a realidade do país onde exerce sua missão pois seria desservir a seu Governo fornecer-lhe uma avaliação inadequada que certamente falsearia as condições para um entendimento frutuoso.

A política externa do Brasil, terão apreendido os Senhores, é um instrumento para a realização do objetivo máximo do país que é o de ver seu povo prosperar em ordem e alcançar, no mais curto prazo possível, melhor justiça social e desenvolvimento político mais perfeito. Funda-se ela em valores éticos superiores, incorporados pela História à nossa cultura e enriquecidos pela contribuição, tão nossa, de tolerância racial e cordialidade social. Povo naturalmente predisposto ao convívio, o brasileiro aceita influências construtivas e estende, espontaneamente, sua cooperação a outros povos, sem motivações escusas, sem inclinações para o servilismo, sem preocupações de preponderâncias. Na medida em que o país cresce e seus interesses se diversificam, e na medida, também, em que as nações se tornam mais interdependentes, é natural que a política externa do Brasil se universalize. A esse universalismo, procuramos dar um cunho prático, fazendo com que sirva aos interesses do Brasil e aos da comunidade internacional.

O Brasil se tem empenhado, continuamente, para que as relações internacionais se encaminhem num sentido construtivo que faça da paz, da justiça e da prosperidade um patrimônio comum.

Sabemos que nossos recursos para isso são limitados, mas sabemos, também, que só com a conjugação dos esforços de todos são possíveis as grandes realizações coletivas.

Nosso primeiro campo de ação diplomática é, obviamente, o das relações que entretemos com as Nações do Continente, relações que atestam, melhor do que tudo, o espírito de solidariedade a que me venho referindo. A cooperação com países vizinhos ressalta, de maneira muito especial, o princípio de igualdade soberana entre os Estados, a que nos aferramos com a mesma dedicação com que defendemos o do respeito mútuo e o da não-intervenção nos assuntos internos ou externos de outros países. Com o mesmo espírito, procuramos fazer, da cooperação regional, um instrumento de progresso solidário.

Idêntica atitude estendemos aos países de fora do Continente com os quais se tornam, constantemente, mais estreitos e frequentes os nossos contactos. Nos últimos três anos, 26 novas Embaixadas do Brasil foram criadas fora do nosso Hemisfério, o que atesta o dinamismo com que empreendemos a diversificação das nossas relações diplomáticas.

Índices expressivos do vigor emprestado à cooperação internacional, encontramos no número e na qualidade dos Acordos bilaterais assinados durante o mesmo período — 240 atos com 56 países, 193 deles já se encontrando em pleno vigor.

A atitude cooperativa levamo-la também aos foros universais. Não nos agradam as conceituações dos países que estimulam dissensões e confrontos. Antes, tudo fazemos para que uma visão esclarecida dos fenômenos internacionais conduza os Governos, na construção de uma nova ordem política e econômica mundial, a preferirem as soluções pacíficas, às que poderiam ser tentadas com recurso à violência.

Assim, a contribuição do Brasil tem visado à solução equilibrada dos problemas globais da humanidade, daqueles que afetam o homem nos seus direitos fundamentais de viver em paz,

de construir uma sociedade justa, de prosperar material e culturalmente, de se realizar na plenitude de suas faculdades e de usufruir do bem supremo da justiça e da liberdade.

Não é minha intenção fazer aqui um inventário dos grandes problemas que afligem a humanidade e ocupam as atenções dos nossos respectivos Governos. A própria experiência que os Senhores terão retirado das respectivas missões já os terá levado a concluir que é inquestionável o desejo do Brasil de conviver com os demais países na busca de soluções justas e harmoniosas para todos aqueles problemas.

Essa é a mensagem que espero levem daqui, esta noite, a seus Governos. O Brasil — como já tive a oportunidade de dizer a todos os Senhores Chefes de Missões diplomáticas, ao agradecer-lhes os votos de boas festas em dezembro do ano passado — “é um país amante da paz, da ordem, do bom relacionamento, da interdependência com os demais países do mundo, porque bem sabemos que ninguém pode viver isolado”. E continuaremos a “luta pela paz e pela compreensão entre os homens para que este mundo seja um mundo melhor”.

Agradeço a oportunidade que me deram de, mais uma vez, estar com cada um dos Senhores. A todos desejo que sejam felizes em suas missões no Brasil.

Ergo um brinde pela prosperidade dos povos dos países que representam e pela saúde dos respectivos Chefes de Estado e de Governo.

FRANCÊS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Rédaction

Valeur: 60 points

Instructions aux correcteurs

1. Plan et développement: 15 points

2. Correction grammaticale: 30 points

3. Style: 15 points

Nombre de mots: 400 mots au minimum

Dans quelle mesure la coopération des pays développés avec les pays en voie de développement favorise-t-elle le tiers monde, et dans quelle mesure compromet-elle leur indépendance?

B — Thème

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Os dotes naturais que fizeram a superioridade de Joaquim Nabuco haviam já feito a de seu pai, o terceiro senador Nabuco. Vinham-lhe dele, sem falar na estatura e na bela presença, a esplêndida inteligência, a palavra eloquente e a inalterável bondade. Da mãe, costumava dizer que herdara a imaginação. É pouco em comparação, mas basta esse elemento novo para dar um aspecto totalmente diverso aos predicados comuns dos dois Nabuco. Do cérebro lúcido e da argumentação sem falha de que o primeiro se serviu como jurista, o segundo se aproveitou como artista. Na oratória, a frase do filho se enfeita de imagens e a impetuosidade do apóstolo da abolição substitui a prudência refletida do "oráculo" do Senado. O terceiro característico, a bondade, é menos suscetível de se transformar, mas ainda nisso a imaginação de Joaquim Nabuco se traía, pelo inesperado e a graça das atenções com que sempre cultivou a amizade, ou pelos seus gestos de generosidade.

Pelo lado paterno, pertencia a uma família de políticos cujo nome honrado seu pai tornara ilustre. Os Nabuco de Araújo, de boa origem portuguesa, estabeleceram-se na Bahia no meio do século dezoito. O primeiro senador do nome foi o Chanceler José Joaquim, Barão de Itapoã, que representou o Pará no Senado vitalício desde o primeiro momento. Era tio-bisavô de

Joaquim Nabuco. Seu avô e seu pai em seguida, ambos José Tomás, ocuparam cadeiras no Senado, o primeiro sem brilho, votando sistematicamente com os governos, o segundo com a autoridade e o prestígio que cabiam a uma das primeiras figuras de sua época.

Pela mãe, descendia Joaquim Nabuco de uma estirpe brasileira três vezes secular, e já antiga em Portugal, os Pais Barreto ... João Pais Barreto que fundara este morgado * (do Cabo) no ano de 1560, terceiro de sua chegada a Pernambuco, não somente se ilustrou por sua santidade, que lhe vale figurar no Agiológio Lusitano, como também soube distinguir-se nas coisas temporais, chegando, segundo se lê nessa obra, a possuir "tantos bens que não sabia conta".

NABUCO, Carolina — "A Vida de Joaquim Nabuco".

INGLÊS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Composition

Value: 60 marks

Evaluation:

1. Structure and development: 15 marks
2. Grammatical accuracy: 30 marks
3. Suitability of language (vocabulary and usage): 15 marks

Write a composition of approximately 400 words on the following subject:

MAN AND THE BALANCE OF NATURE

* morgado — ne pas traduire.

B — Translation

Value: 40 marks

INGLESES ANALISAM INSTABILIDADE

O grande problema enfrentado pelas autoridades econômicas brasileiras é conseguir fazer com que um sistema naturalmente instável cresça com regularidade, proporcionando a todos frutos que sejam, pelo menos, proporcionais aos seus esforços para o desenvolvimento. A revista **Business Week**, de 20 de outubro de 1975, mostra a contribuição dos economistas keynesianos ingleses, chefiados por Joan Robinson, para a análise da instabilidade do sistema capitalista. Baseando-se no trabalho de Michal Kalecki, contemporâneo de Keynes, nascido na Polônia, sua análise segue aproximadamente a seguinte linha:

O crescimento é a característica fundamental do capitalismo. Para que haja crescimento, uma empresa precisa investir em instalações e equipamentos. Por sua vez, o desejo de investir é determinado em grande parte pela expectativa de lucro. O investimento leva ao lucro, e estes lucros são necessários para fazer novos investimentos. Isto significa que os lucros — a parte da renda total que se destina ao capital — devem aumentar em relação aos salários. O crescimento econômico, pois, acha-se inextricavelmente ligado à distribuição da renda. Quanto mais rápido o crescimento econômico, tanto maior a parte destinada ao negócio e tanto menor a destinada à mão-de-obra.

O resultado é uma luta entre os trabalhadores, que querem salários cada vez mais altos, e os proprietários do capital, que pretendem manter seus lucros a fim de crescer. Esta batalha será resolvida não pelas forças da oferta e da demanda, como diz a teoria dos keynesianos americanos, mas pelo poder de barganha, no mercado, das empresas e dos sindicatos.

A luta entre a empresa e os trabalhadores aumenta a incerteza de lucros futuros e desalenta os investimentos. Isto provoca acentuadas flutuações no crescimento econômico: às vezes, a economia cresce vertiginosamente enquanto os lucros aumentam e os homens de negócios se mostram confiantes; em outras ocasiões, pode ocorrer o contrário.

Esta instabilidade pode aparecer não apenas na produção total, mas poderá revelar-se também na inflação, quando sindicatos fortes e monopolistas poderosos aumentam salários e preços às custas de seus colegas mais fracos dentro da economia. Quando a inflação começa a subir, a luta pela participação poderá até intensificar-se e levar a flutuações ainda mais acentuadas da atividade empresarial.

“O que Joan Robinson fez”, afirma o economista Edward Nell, “foi reunir crescimento econômico, inflação e distribuição de renda entre mão-de-obra e capital numa única análise macro”. A falha do sistema de livre empresa, segundo Robinson, é que para que a economia cresça deve gerar lucros, provocando uma luta, em relação à participação, que solapa o sistema. Robinson simplesmente rejeita a posição dos keynesianos americanos de que existiria poupança suficiente dos consumidores a ser captada pelos homens de negócios para se tornar investimento.

Tom Asimakopilos, da Universidade McGill, de Montreal, diz: “Robinson insiste em colocar sua teoria no seu ambiente social adequado, onde o conflito entre sindicatos e grandes companhias continua sem solução”. O que é significativamente contrário, argumenta, à maioria dos economistas americanos que, num nível teórico, operam como se salários e lucros fossem determinados pelo sistema de livre iniciativa.

VISÃO — Vol. 47 — n.º 11 de 4 de novembro de 1975.

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS

DIREITO

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

O processo de elaboração das leis ordinárias no âmbito federal.

Valor: 40 pontos

Extensão: 60 linhas

B — Pequenas Dissertações

1. O que é direito real, e qual o conceito que se lhe opõe?
2. Quais os elementos do ato jurídico?
3. O que se entende por incapacidade civil relativa?

Valor de cada questão: 20 pontos.

Extensão: aproximadamente 15 linhas por questão.

HISTÓRIA MUNDIAL

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

A expansão colonial européia no século XIX.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Limite máximo: 2 folhas (4 páginas) incluindo o roteiro.

B — Pequenas Dissertações

1. Causas econômicas e sociais da guerra de secessão nos Estados Unidos da América.
2. A formação da Comunidade Econômica Européia.
3. A Argentina na época de Perón.

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão: aproximadamente 15 linhas por questão.

HISTÓRIA DO BRASIL

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

A presença inglesa no Império.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Limite máximo: 2 folhas (4 páginas) incluindo o roteiro.

B — Pequenas Dissertações

1. O reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal.
2. O positivismo no Brasil.
3. A participação do Brasil na II Guerra Mundial.

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão: aproximadamente 15 linhas

GEOGRAFIA

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

O êxodo rural no Brasil: formas, causas e conseqüências.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Limite máximo: 2 folhas (4 páginas incluindo o roteiro.)

B — Pequenas Dissertações

1. Analisar o peso do fator "relevo" na distribuição da população mundial.
2. Ecologia humana na Amazônia.

3. Condicionantes naturais e organização espacial da economia japonesa.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: máximo de 30 linhas.

Seja completo, conciso, claro e lógico.

Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata.

PORTUGUÊS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Redação

Valor: 60 pontos

Estrutura e desenvolvimento: 15 pontos.

Correção da expressão: 30 pontos.

Propriedade da expressão: 15 pontos.

Número de palavras: 450 a 600

Discorra sobre o seguinte tema:

"A tradição — seu valor e sua força; suas falácias e potencialidades estimulantes ou obstrutivas, numa sociedade dinâmica".

B — Resumo

Resumir o seguinte texto, pelo critério da relevância relativa, sem acrescentar comentários ou conceitos que não se encontrem no original.

Valor: 40 pontos

Número de palavras: 150 a 200

Trecho do Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil — Cabo Verde, assinado ao final da visita ao Brasil do Ministro da Educação Cabo-Verdiano, Carlos Reis, e divulgado em Brasília, em 28 de abril de 1977.

A convite do Governo brasileiro, visita oficialmente o Brasil Missão da República de Cabo Verde, chefiada por Sua Excelência o Senhor Carlos Reis, Ministro da Educação e Cultura e integrada pelos Senhores Lisboa Ramos, do Ministério da Saúde, Emanuel Pereira, do Ministério do Desenvolvimento Rural, Jorge Custódio, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Humberto Moraes, do Ministério dos Transportes e Comunicações, Senhora Ester Sequeira, do Ministério da Educação e Cultura e Senhor Adão Rocha, da Secretaria de Estado da Cooperação e Planejamento.

A Missão cabo-verdiana veio ao Brasil estabelecer contatos com autoridades de diferentes setores da administração brasileira, a fim de verificar as possibilidades de consolidação e expansão da cooperação entre os dois países em diversas áreas de interesse comum. Nesse sentido, a missão dá prosseguimento a entendimentos iniciados por ocasião da visita de missão técnica brasileira a Cabo Verde, em junho de 1976, quando foi assinado um "Memorandum de Entendimento" sobre a cooperação entre os dois países.

Recebida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a Missão manteve conversações com Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, e com Sua Excelência o Senhor

Ministro de Estado da Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga.

[.....]

ampliar a cooperação bilateral

No curso das conversações no Ministério das Relações Exteriores, foi examinado o desenvolvimento das atividades previstas no "Memorandum de Entendimento" de junho de 1976, exprimindo ambas as partes satisfação pelos resultados já alcançados. Concordou-se na conveniência de ampliar-se a cooperação entre os dois países, na medida das possibilidades e interesses mútuos.

Após troca de idéias a respeito do assunto, foram definidos, em "Memorandum de Entendimento", os pontos de cooperação a serem desenvolvidos, em futuro próximo, entre o Brasil e Cabo Verde nas áreas de educação e cultura, agricultura, saúde, transportes, comunicações e previdência social. Será estudada, ainda, a possibilidade de abertura de uma linha de crédito brasileiro a fim de incrementar o fluxo comercial entre os dois países.

Nas conversações sobre o assunto, verificou-se identidade de pontos de vista entre o Governo brasileiro e o Governo cabo-verdiano sobre o interesse dos países ribeirinhos de oceanos comuns em promoverem, na zona oceânica que partilham, esforços no sentido do desenvolvimento autônomo em campos como a ecologia, os transportes e o aproveitamento econômico dos recursos oceânicos, em bases do mais estrito respeito mútuo e livre de ingerências externas.

Acordo de previdência social

A Missão cabo-verdiana manifestou interesse em iniciar negociações para a conclusão de um Acordo de Previdência Social,

que atenderia aos cabo-verdianos residentes no Brasil e aos brasileiros residentes em Cabo Verde. A parte brasileira acolheu a proposta cabo-verdiana. Conversações sobre o assunto deverão iniciar-se em futuro próximo.

Durante o encontro foi reafirmada a realidade dos laços culturais, de amizade e da solidariedade que unem os povos de Cabo Verde e do Brasil, e a necessidade e o desejo, com fundamento no princípio do respeito da soberania de cada um, de se lançarem bases concretas para a consolidação e intensificação desses laços. Assim, a parte brasileira propôs à Missão cabo-verdiana o início de negociações para a celebração de um Acordo-Geral de Amizade, Cooperação e Comércio que formalizasse essas intenções e possibilitasse, pela instituição de uma Comissão Mista, o exame periódico dos assuntos de interesse mútuo dos dois países. A Missão cabo-verdiana tomou nota da proposta, com satisfação, devendo transmiti-la a seu Governo.

Repulsa à discriminação racial

Ambas as partes reafirmaram a firme adesão de seus Governos aos princípios de não-intervenção e autodeterminação, e nesse sentido, seu apoio às resoluções da ONU relativas à autodeterminação e soberania dos povos da Namíbia e do Zimbábue. Reiteraram, enfim, a repulsa de seus Governos a todas as formas de discriminação racial e, em especial, ao "apartheid".

Durante a visita da missão de Cabo Verde, os Ministros Azeredo da Silveira e Carlos Reis assinaram um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, primeiro convênio bilateral entre os dois países. O documento permitirá estimular ainda mais as relações mútuas nessas duas áreas, tão auspiciosamente iniciadas desde o ano passado.

A delegação cabo-verdiana manifestou a maior satisfação pelo fraternal acolhimento que lhe foi dispensado e pelo calor e

espírito de compreensão que caracterizaram os contactos tidos durante a sua permanência no Brasil e traduzem sobremaneira a amizade existente entre os dois povos. A delegação cabo-verdiana deixou patente a grande honra de ter sido recebida por Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil.

FRANÇÊS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Rédaction

Valeur: 60 points

Plan et développement: 15 pontos.

Correction grammaticale: 30 pontos.

Style: 15 pontos.

Sujet: Commentez, dans une rédaction de 400 à 500 mots, les idées développées par l'auteur dans le texte ci-dessous et dites quelles sont, selon vous, les solutions susceptibles d'écarter les dangers qui menacent le monde.

"NÉCESSITÉ

D'UNE CONSCIENCE PLANÉTAIRE

René Duchet

Bilan de la Civilisation Technicienne

Privat Éd., 1955

Lucidement ou non, nous aspirons à une culture mondiale, à une conscience planétaire. Dans un monde extraordinairement mouvant et changeant, la photographie, le cinéma, le microfilm, le microdisque prolongent merveilleusement la mémoire collective et apportent une nouvelle forme d'immortalité. Par le progrès des techniques l'homme est ainsi de plus en plus relié à l'humanité tout entière, à celle d'hier et à celle d'aujourd'hui. Le champ de la connaissance et celui de l'action s'étendent prodigieusement.

L'accroissement de la densité sociale sur une terre dont les dimensions ne changent pas, faisant monter la tension interne, multipliant contacts et relations, créant d'innombrables possibilités de confrontation, de dialogues, de participation, multiplie ainsi, par jeu d'inter-réflexion, le pouvoir de réflexion individuelle. À la réflexion proprement dite s'ajoute une sorte de co-réflexion. On comprend réuni ce que l'on ne serait jamais arrivé à comprendre isolé. La conscience individuelle tend ainsi non seulement à s'approfondir mais aussi à s'élargir en conscience universelle, conscience dans laquelle la personne, loin de se dissoudre, se réalise pleinement. La véritable unité ce n'est pas l'uniformité, le nivellement, c'est la complémentarité, l'harmonie vivante des êtres et des fonctions.

Cet approfondissement et cet élargissement de la conscience qu'appelle l'extension de nos pouvoirs et que rend possible notre nouvelle condition, il faut qu'ils se réalisent avant qu'il ne soit trop tard. Il n'est que trop évident que les institutions et les mœurs, les forces spirituelles, la nature et la conscience humaine n'ont pas progressé à la même allure que les techniques. Nous nous sommes laissés prendre de vitesse et nous poursuivons notre route en nous référant à des cartes périmées sur lesquelles les écueils qui nous menacent ne sont pas indiqués. Il est urgent de s'en rendre compte, de mobiliser toutes les ressources intellectuelles et morales, de promouvoir une véritable sagesse et un nouvel art de vivre. Pour équilibrer le progrès technique nous avons besoin de davantage de prudence, de clairvoyance, de maîtrise de nous-même, de force d'âme.

Il faut que nous prenions enfin conscience des problèmes de la solution desquels dépend notre sort et celui de notre espèce. Nous sommes pris dans les formidables transformations en cours. Les bouleversements qui s'annoncent ne s'arrêteront pas au seuil de notre porte. Bien fou celui qui croit pouvoir, dans un monde en constante accélération, continuer à mener sa vie habituelle, dans son petit canton. Le temps ne travaille pas pour nous, chaque jour qui passe augmente les périls."

B — Thème (Traduire en français)

UMA DISPARIDADE QUE SE TORNOU FLAGRANTEMENTE
INSUSTENTÁVEL

Senhor Presidente,

É tristemente significativo que hoje se considere lugar-comum a afirmativa de que a disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se tornou flagrantemente insustentável e de que urge negociar medidas concretas para corrigi-la. Já se realizaram quatro conferências mundiais sobre comércio e desenvolvimento e, ironicamente, não uma, mas duas décadas seguidas foram declaradas décadas de desenvolvimento.

Variados formatos de negociação foram tentados, durante esse período. Participamos, no plano internacional, de abordagens caso a caso; negociamos programas de trabalho sobre diferentes temas; estivemos presentes à aprovação de inúmeras declarações genéricas: Todos esses esforços conduziram a resultados de tal forma escassos que sua parcimônia é hoje universalmente reconhecida.

O que se percebe, tanto no plano prático quanto no teórico, é que uma frustração crescente cobre toda a vasta e essencial temática do comércio internacional e do desenvolvimento eco-

nômico e social dos países menos desenvolvidos. Se excluirmos os países produtores de petróleo de nossa análise, fácil é verificar que a transferência líquida de capitais das áreas desenvolvidas para as menos desenvolvidas, vai-se tornando um mito. Em termos líquidos, esse fluxo logo poderá correr do Sul para o Norte. E enquanto minguar a participação relativa dos menos desenvolvidos no comércio mundial, cresce de forma desproporcional a sua presença na geração do superávit que se acumula na balança de pagamentos dos principais parceiros mundiais.

Tudo isso é mais surpreendente ainda quando é possível comprovar que as transferências financeiras dos desenvolvidos para os países em desenvolvimento, se orientadas para setores produtivos, não se fazem em detrimento das possibilidades de crescimento econômico dos próprios países desenvolvidos. Estudos preparados por setores técnicos das Nações Unidas demonstram que se, por hipótese, os fluxos líquidos de capital destinados aos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo chegassem a atingir, nos próximos anos, montantes compatíveis com os objetivos da II Década do Desenvolvimento — isto é, uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto de pelo menos 6 por cento — a renda dos próprios países desenvolvidos membros da OCDE cresceria mais rapidamente. Ao contrário do que um raciocínio superficial poderia indicar, a efetiva implementação de medidas destinadas a manter o poder internacional de compra dos países em desenvolvimento não teria efeito negativo sobre os países desenvolvidos, mas os beneficiaria com aumentos em sua renda e taxa de emprego. Ainda mais é possível prever que essa expansão ocorreria precisamente nos setores menos inflacionários de suas economias.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, ao abrir os debates da XXXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em 27 de setembro de 1976 in "Resenha de política exterior do Brasil" n.º 10/1976.

INGLÊS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Composition

Value: 60 marks

Structure and development: 15 marks

Grammatical accuracy: 30 marks

Suitability of language:

(vocabulary and usage) 15 marks

Write a composition of approximately 400 words on the following subject:

"I consider that a member of the foreign service must be endowed with four essentials: integrity, common sense, versatility and imagination". (Sir Ernest Satow: **A guide to Diplomatic Practice**). Discuss the relevance of these four characteristics to Diplomatic Life, and Suggest Situations in Which a Diplomat Might be called upon to use them".

B — Translation

Value: 40 marks

Translate into English:

O Empreendedor é essencialmente uma figura do sistema capitalista, de iniciativa privada. O consenso geral é de que se caracteriza pela imaginação, pela iniciativa, pela aceitação do risco e pela importância "relativamente" secundária dos lucros.

Há uma grande diferença entre o empreendedor e o administrador, o qual também constitui uma grande figura do sistema econômico de empresa privada. Mas o campo de ação do administrador é, precipuamente, o de capacidade de direção, de organização, de liderança e de produtividade. Não é, como o empreendedor, um criador.

Schumpeter, cujos estudos sobre a figura do empreendedor são clássicos, escreve: "O empreendedor se preocupa pouco com os frutos hedonísticos de seus atos. Ele cria incessantemente porque não pode (por temperamento) fazer outra coisa; ele não vive para gozar voluptuosamente do que já adquiriu".

Nesse mesmo sentido Keynes escreveu que se o lucro fosse o objetivo único dos investimentos, muitos dos grandes empreendimentos nunca se teriam realizado.

A figura do empreendedor não se confunde com a do inventor senão raramente. O empreendedor é geralmente o realizador das invenções dos outros, o que não lhe tira o grande mérito da inovação e da coragem. Por vezes, as figuras se conjugam como no caso de Henry Ford em 1909, imaginando e construindo o seu célebre automóvel Modelo-T pelo processo das linhas de montagem.

O empreendedor congrega o inventor, os capitalistas, os "promotores", os técnicos e os administradores.

A figura do empreendedor tal como a consideravam os "clássicos", vamos dizer, do século XIX, carece de umas tantas adaptações para se entrosar no sistema econômico atual.

No caso dos países desenvolvidos, isto é, já amplamente industrializados, a inovação tecnológica perde uma parte do caráter de individualismo e de aventura que tinha no século XIX. As grandes empresas industriais do mundo moderno formaram organizações especiais de pesquisas tecnológicas. A invenção passou em muitos casos a ser o produto de um trabalho coletivo em que a margem de risco e de imprevisto fica consideravelmente reduzida.

Nos países desenvolvidos os novos investimentos podem ser de duas naturezas: "Autônomos" ou "induzidos". "Autônomos", quando constituem o fruto de uma inovação, de um novo produto ou pelo menos de um novo método de produzir melhor e mais barato um produto já existente. "Induzidos", quando os investimentos resultam de aumento da procura das mercadorias ou serviços, seja em consequência do aumento da população ou do maior poder de compra da população existente.

Podemos considerar a quase totalidade dos nossos investimentos como "induzidos", sejam realizados para atender ao aumento da procura ou para a transplantação de fábricas ou usinas de manufatura de produtos importados.

Isso não tira ao empreendedor dos países subdesenvolvidos o seu merecimento. Porque, se de um lado ele deixa de ser essencialmente um inovador, tem, de outro lado, a imensa tarefa de vencer, para realização de seu empreendimento, obstáculos e empecilhos muito maiores que os que se encontram nos países de técnica, de governo e de organização mais adiantados.

Apud Eugenio Gudín, Análise de Problemas Brasileiros. 1958-1964.

HISTÓRIA MUNDIAL E DO BRASIL

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

A POLÍTICA EXTERIOR DE D. JOÃO VI NO BRASIL

Valor:

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Total: 40 pontos

B — Pequenas Dissertações

1. A Questão do Acre.
2. O advento do fascismo na Itália.
3. O Plano Marshall para a Europa.
4. O Porfiriato no México.

Valor: 15 pontos cada questão

ECONOMIA

Valor: 40 pontos

A — Dissertação

Dizia-se que o Brasil era um país **essencialmente** agrícola. Hoje, após intenso processo de industrialização, o Brasil é o segundo exportador mundial de produtos agrícolas. Explicar esse falso paradoxo através de análise das relações intersetoriais na economia brasileira a partir dos anos de 1950.

B — Pequenas Dissertações

Valor: 15 pontos cada uma

1. Comparar as características do modelo de concorrência perfeita com as do modelo de monopólio e demonstrar por que, num dos modelos, há desperdícios sociais e desvantagens para o consumidor.
2. Definir inflação de demanda e de custos e indicar alguns mecanismos de contenção desses tipos de inflação.

3. Caracterizar uma situação de déficit no balanço de pagamentos e resumir as formas pelas quais é possível financiá-lo.
4. Qual a diferença entre renda nacional e produto nacional bruto?

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

Valor: 40 pontos

Soluções pacíficas dos litígios internacionais: a arbitragem e a via judiciária.

B — Pequenas Dissertações

1. A propósito do **reconhecimento de governos**, é notável o acervo doutrinário formulado na América Latina, neste século. Cite as duas doutrinas que lhe pareçam fundamentais, dando, de cada uma delas, uma descrição sumária.
2. Determine a influência da **nacionalidade** e do **domicílio** das partes sobre a homologação, no Brasil, de uma sentença estrangeira de divórcio.
3. Pode o juiz brasileiro, na apreciação de caso concreto, aplicar norma estrangeira de Direito internacional privado?
4. Mencione as principais diferenças entre a **extradição** e a **expulsão** do estrangeiro, à luz do Direito brasileiro vigente.

Valor: 15 pontos cada uma.

GEOGRAFIA

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

Valor:

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Total: 40 pontos

O problema energético do Brasil: a necessidade da opção nuclear.

A decisão brasileira de realizar um importante programa nuclear de finalidades pacíficas fundamenta-se em avaliação cuidadosa das necessidades energéticas do país e das opções possíveis para satisfazê-las.

2. País de grandes dimensões territoriais e com 110 milhões de habitantes, o Brasil, para o seu desenvolvimento econômico e para o bem-estar da sua população, necessita garantir um suprimento de energia seguro e constante. A análise da estrutura do balanço energético do país revela tendência ao uso crescente do petróleo. Entre 1940 e 1973, o consumo do petróleo passou de 9% para 46% do balanço energético nacional e o da hidreletricidade de 7% para 21%. Do ângulo da dependência do suprimento externo, a análise revela, ademais, que, enquanto no início daquele período, mais de 85% da energia produzida no país eram de origem doméstica, em 1973, 40% passaram a ser importados. Essa crescente dependência do petróleo decorreu de conhecidos fatores de mercado que, em todas as partes do mundo, desestimularam o uso de outras fontes de energia.

3. A crise do petróleo veio demonstrar que o Brasil não poderia continuar a programar o seu desenvolvimento econômico à base de um combustível que se tornara caro e de disponibilidade duvidosa. Com efeito, o petróleo, além de seus novos custos elevados (o que por si só já recomenda que se lhe dê um uso mais racional e nobre), tornou-se, por razões de vária índole, de abastecimento incerto, o que obriga os consumidores à constituição de vultosos e onerosos estoques estratégicos. A longo prazo, enfrenta-se ainda a perspectiva de um progressivo esgotamento das reservas mundiais, o que está levando mesmo importantes exportadores de petróleo a empreender significativos programas de abastecimento energético alternativo, centrados na opção nuclear. O Brasil pretende poder suprir, no futuro, suas necessidades energéticas, livre de dependências externas, a fim de evitar que volte a ocorrer o que está ocorrendo hoje, quando o País tem de impor pesadas cargas a sua população para se prover de uma das principais fontes energéticas de que necessita.

4. A utilização de novas fontes de energia, o que certamente caracterizará o mundo neste final de século, constitui, portanto, um imperativo de ordem geral. No contexto de uma inegável crise energética mundial, coloca-se, para grande número de países, a decisiva questão de encontrar alternativa a custos competitivos, confiável tecnicamente e que seja, sobretudo, garantida quanto ao suprimento. Esses são os fundamentos da definição da política energética do Brasil.

5. Na definição de um novo balanço energético, o Governo considerou conveniente fazer uso crescente da eletricidade. As mesmas razões, porém, que militam contra o aumento da dependência do petróleo afastam a hipótese de desenvolvimento em escala considerável da produção termelétrica convencional. Quanto à opção hidrelétrica, que tem sido prioritária no desenvolvimento da produção da eletricidade no Brasil, aproxima-se ela dos seus limites econômicos naturais. Na previsão de uma vigorosa taxa nacional de crescimento do consumo, que dobra a cada sete anos, as perspectivas são de exaustão, ainda

na próxima década, do aproveitamento hídrico nas regiões mais industrializadas do país, onde se localizam cerca de 80% da demanda nacional, e no nordeste. Ao final do século, o que se pode prever é a necessidade de uma potência instalada de geração de eletricidade da ordem de 180.000.000 kw a 200.000.000 kw, demanda de qualquer modo superior ao potencial hídrico existente em todo o país, ainda que este fosse integralmente aproveitável do ponto de vista econômico e técnico.

6. Tendo em vista o grau de confiabilidade técnica já alcançado em escala comercial e a competitividade de seus custos de produção no novo quadro da economia de petróleo, considera o Governo ser a energia nuclear a única alternativa realmente viável. A existência em perfeito e continuado funcionamento, em 18 países, de cerca de 150 usinas núcleo-elétricas, com mais de 900 reatores-ano de serviço comercial, e de planos para aumento dessa capacidade instalada de 70.000.000 kw para 400.000.000 kw, em todo o mundo, até 1985, constitui indicação precisa do grau de economicidade e confiabilidade técnica já atingido pela geração nuclear de eletricidade. Somente nos Estados Unidos existem atualmente mais de sessenta centrais. Segundo a "Energy Research and Development Administration — ERDA", desse país, será necessária a instalação de quatrocentos e cinquenta usinas nucleares de 1.000.000 kw, cada uma, apenas nos EUA, por volta do ano 2.000.

7. Trata-se, pois, para o Brasil, de promover a utilização articulada dos recursos hídricos e da energia nuclear: a médio prazo, na forma de complementação das centrais hidrelétricas pelas centrais núcleo-elétricas; a mais longo prazo, na década dos noventa, pela utilização crescentemente preponderante da energia nuclear em termos de eletricidade gerada.

Resenha de Política Exterior do Brasil — n.º 12.

Janeiro — fevereiro — março de 1977 — p. 9 e 10.

Comentar o texto de um ponto de vista **Geográfico**

Valor:

Roteiro: 05 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Total: 40 pontos

Extensão: máximo 3 páginas.

B — Pequenas Dissertações

Valor: 15 pontos cada uma

Extensão: máximo de uma página para cada questão.

1. O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo.
2. Problemas atuais da agricultura na faixa inter-tropical.
3. Analisar as relações entre as condições naturais e a organização espacial da economia dos países andinos.
4. O quadro natural e a ocupação humana no Nordeste do Brasil.

**DIREITO CIVIL, DIREITO COMERCIAL E
DIREITO CONSTITUCIONAL**

Duração da prova: 4 h. 30 min.

A — Dissertação

Valor: 40 pontos

O Presidente da República no Processo Legislativo:

B — Pequenas Dissertações

Valor: 15 pontos cada uma

1. Enumere os direitos que as pessoas físicas integrantes de uma pessoa jurídica de direito privado têm sobre o patrimônio desta.

2. Compare o **dolo** e a **coação** como vícios do consentimento.

3. Os administradores de uma sociedade anônima brasileira resolveram mudar-lhe a nacionalidade. Convocaram uma assembléia geral dos acionistas durante a qual os que representavam 51% do capital social optaram pela mudança sugerida, enquanto que os restantes se mantiveram contrários.

Determine os efeitos da decisão da referida assembléia geral, fundamentando a resposta em texto da lei.

4. A que fenômeno relativo aos títulos de crédito os autores se referem quando denominam **abstratos** alguns deles?

CIÊNCIA POLITICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Duração da prova: 4 h 30 min.

A — Dissertação

Valor: 40 pontos

As relações recentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (relações Norte — Sul): diálogo e confrontação.

B — Pequenas Dissertações

Valor: 15 pontos cada uma

1. O processo político no Oriente Médio depois do conflito de 1973.

2. A contribuição de Maquiavel ao desenvolvimento do pensamento político moderno.

3. Os sistemas partidários contemporâneos: organização e número de partidos.

4. As doutrinas racistas contemporâneas: o nazismo e o **apartheid**.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL N.º 444, DE 10 DE SETEMBRO DE 1976

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das Atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo Decreto,

RESOLVE:

Aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular de 1977 para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco, divulgará, por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Antonio F. Azeredo da Silveira

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 21 de março a 13 de maio de 1977, a) na sede do Instituto Rio-Branco Ministério das Relações Exteriores, em Brasília e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, as inscrições para o exame vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 444, de 10 de setembro de 1976, que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do ano letivo de 1978, a serem providas pelos candidatos aprovados no exame vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Brasília, em 10 de setembro de 1976.

(Publicada no Diário Oficial de 7 de outubro de 1976).

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO

Mediante Portaria n.º 456, de 24 de outubro de 1977, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores resolveu alterar o regimento interno da Secretaria de Estado (RISE).

Encontra-se no Anexo único cap. 15 arts. 146 a 152 a parte referente ao Instituto Rio-Branco:

CAPITULO 15

Do Instituto Rio-Branco

Art. 146. Compete ao Instituto Rio-Branco incumbir-se:

- I — do recrutamento, seleção e formação de pessoal para a Carreira de Diplomata;
- II — da execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 147. O Instituto Rio-Branco compreende:

- 1. Coordenação de Ensino (CEBR);

(Publicada no Diário Oficial de 27 de outubro de 1977).

2. Secretaria (SER).

Art. 148. Cabe ao Diretor do Instituto Rio-Branco:

I — orientar as atividades das unidades administrativas que integram o Instituto Rio-Branco;

II — assinar correspondência dirigida a autoridades de nível equivalente em órgãos federais, estaduais ou municipais, autarquias ou outras entidades;

III — assegurar ligações com entidades de ensino ou pesquisa que se ocupem de assuntos de interesse para o Instituto;

IV — submeter à Comissão de Coordenação do Ministério das Relações Exteriores projetos de convênios com outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, relativos a cursos ou programas de estudo do Instituto;

V — apresentar o relatório anual do Instituto;

VI — elogiar, aplicar pena disciplinar a Aluno e propor, na forma regulamentar, sua exclusão do Instituto;

VII — assinar diploma ou certificado de conclusão do curso;

VIII — julgar em última instância recurso sobre nota atribuída a exercício, prova ou exame;

IX — requisitar entrega de adiantamentos, autorizar despesas e ordenar pagamentos à conta dos créditos distribuídos ao Instituto;

X — conceder, mediante portaria, bolsas de estudo e de pesquisa;

XI — apresentar à Comissão de Coordenação do Ministério das Relações Exteriores o programa anual de estudos e atividades do Instituto;

XII — baixar, autorizado pelo Ministro de Estado, os currículos do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos, os programas das disciplinas e o planejamento de execução de cada Curso;

XIII — elaborar e divulgar, por edital, as normas complementares para a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos.

Art. 149. Compete à Coordenação de Ensino do Instituto Rio-Branco:

I — organizar o Plano Anual de Cursos, para a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;

II — em articulação com a Divisão do Pessoal, organizar cursos de treinamento, aperfeiçoamento ou especialização válidos para efeitos de ascensão ou progressão de funcionários do Ministério das Relações Exteriores não pertencentes à Carreira de Diplomata;

III — planejar viagens de instrução de Alunos do Instituto;

IV — opinar sobre problemas de ensino; e

V — organizar o Plano Anual de Pesquisas e Publicações do Instituto.

Art. 150. Cabe ao Coordenador de Ensino do Instituto Rio-Branco:

I — fiscalizar o funcionamento dos cursos;

II — controlar o rendimento do ensino e, se necessário, sugerir medidas que visem a seu aprimoramento;

III — acompanhar o aproveitamento individual dos Alunos;

IV — opinar sobre propostas de pesquisa apresentadas no Instituto;

V — opinar sobre a concessão das bolsas de estudo ou pesquisa;

VI — exercer a função de relator das comissões constituídas pelo Diretor para opinar sobre recurso interposto por Aluno ou candidato e relativo à nota atribuída em exercício, prova ou exame; e

VII — opinar, do ponto de vista do interesse do ensino, sobre designação ou dispensa de professor ou instrutor.

Art. 151. Compete à Secretaria do Instituto Rio-Branco:

I — elaborar a proposta orçamentária relativa às dotações necessárias ao funcionamento do Instituto Rio-Branco;

II — providenciar a publicação dos editais de abertura, encerramento, aprovação e homologação de concursos e de cancelamento de inscrições;

III — tomar as providências necessárias para o funcionamento de todos os cursos;

IV — providenciar a expedição de diplomas ou certificados de conclusão de cursos;

V — providenciar a publicação do "Anuário do Instituto Rio-Branco" e de livros ou monografias de interesse do Instituto;

VI — transferir para a Divisão de Sistematização da Informação, por intermédio da Divisão do Pessoal, a documentação individual constante de seu arquivo referente aos egressos do Instituto que devam ser nomeados para a Carreira de Diplomata;

VII — organizar as viagens de instrução de Alunos do Instituto;

VIII — manter registro das notas atribuídas nos concursos e cursos e proceder a cálculo de média e estabelecer as classificações;

IX — providenciar a lavratura das atas das provas e exames orais, das reuniões do Corpo Docente, das bancas examinadoras e das comissões para apreciação de recursos;

X — assistir o Corpo Docente nos assuntos de caráter administrativo; e

XI — em articulação com a Divisão de Documentação Diplomática da Secretaria de Estado, organizar a biblioteca do Instituto.

Art. 152. Cabe ao Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco:

I — exercer a supervisão das atividades de natureza administrativa necessárias ao funcionamento do Instituto;

II — opinar sobre a concessão de bolsas de estudo; e

III — propor ao Diretor a aplicação de pena disciplinar a Alunos.

CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

PORTARIA MINISTERIAL N.º 439, DE 12 DE AGOSTO DE 1976

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo Decreto,

RESOLVE:

Aprovar as instruções e programas do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata de 1977, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco divulgará por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 12 de agosto de 1976.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

(Publicada no Diário Oficial de 20 de agosto de 1976).

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 1.º de junho a 29 de julho de 1977, na sede do Instituto, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nos Centros Regionais de Inscrição em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, as inscrições do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 439, de 12 de agosto de 1976, que acompanham o presente Edital.

2. É fixado em 20 (vinte) o número de vagas e os candidatos aprovados serão nomeados para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, na ordem da classificação final.

Brasília, em 12 de agosto de 1976.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS — CAD

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias ns. 450 e 451, de 20 de abril de 1977, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas no período 1.º de junho a 8 de julho de 1977 as matrículas para o Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (I CAD) e para o Primeiro Curso de Altos Estudos (I CAE).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 450, DE 20 DE ABRIL DE 1977

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o que dispõe o Art. 27 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria n.º 426, de 26 de dezembro de 1975, bem como o Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, resolve baixar as seguintes Normas para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD):

NORMAS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) será mantido pelo Instituto Rio-Branco como parte integrante de sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos funcionários da Carreira, em especial de aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exerci-

das por Primeiros Secretários e Conselheiros, no exterior e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

§ único — O diploma do CAD constituirá cumprimento do requisito constante do Art. 3.º do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, para a progressão funcional do seu titular a Primeiro Secretário.

TÍTULO II

Dos Alunos

Art. 2.º — Poderão matricular-se no CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados.

§ único — A matrícula será voluntária, podendo ser feita na época determinada, para cada Curso, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

TÍTULO III

Do Curso

Art. 3.º — Autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o currículo do CAD, os programas das várias disciplinas e o planejamento da execução de cada Curso.

Art. 4.º — O aluno prestará exames escritos no prazo de doze meses a contar da data da matrícula, em data indicada pelo Instituto Rio-Branco.

§ único — No caso dos alunos lotados em postos no exterior os exames serão realizados através do sistema de malas diplo-

máticas, mediante o envio de aplicadores ao exterior ou pela chamada a serviço à Secretaria de Estado, conforme for mais conveniente, em cada caso, para a Administração.

Art. 5.º — A aprovação no CAD será por conceito, não havendo divulgação de notas ou de classificação.

Art. 6.º — O aluno que não houver logrado aprovação nos exames poderá requerer ao Diretor do Instituto Rio-Branco nova matrícula em Curso posterior.

Art. 7.º — Para cada Curso serão divulgadas normas complementares, por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco.

Disposição Final

Art. 8.º — As presentes Normas entrarão em vigor na data da sua publicação.

Antonio F. Azeredo da Silveira

CURSO DE ALTOS ESTUDOS — CAE

PORTARIA MINISTERIAL N.º 451, DE 20 DE ABRIL DE 1977

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o que dispõe o Art. 28 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria n.º 426, de 26 de dezembro de 1975, bem como o Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, resolve baixar as seguintes Normas para o Curso de Altos Estudos (CAE):

NORMAS DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1.º — O Curso de Altos Estudos (CAE) será mantido pelo Instituto Rio-Branco como parte integrante de sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos funcionários da Carreira, e em especial de aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive Chefia de Missão diplo-

mática e Chefia de Departamento na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

§ único — O diploma do CAE constituirá cumprimento do requisito constante do Art. 3.º do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, para a progressão funcional do seu titular a Ministro de Segunda Classe.

TÍTULO II

Dos Alunos

Art. 2.º — Poderão matricular-se no CAE os Conselheiros lotados na Secretaria de Estado ou no exterior, bem como os agregados.

§ 1.º — A matrícula será voluntária, podendo ser feita na época determinada, para cada Curso, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 2.º — No Primeiro CAE, em caráter excepcional, serão aceitas inscrições de Primeiros Secretários que tenham pelo menos 3 anos de Classe.

TÍTULO III

Do Curso

Art. 3.º — Autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o currículo do CAE, os programas das várias disciplinas e o planejamento da execução de cada Curso.

Art. 4.º — As disciplinas do CAE integrarão duas Seções, de Estudos Brasileiros e de Estudos Internacionais. No ato da matrícula o aluno proporá tema de trabalho para a Seção de Estudos Internacionais, a ser apresentado por escrito ao Instituto e defendido oralmente em prazo e condições a serem estabelecidos pelo seu Diretor.

§ único — O tema do trabalho exigido, aprovado pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, deverá ser formulado precisamente, ter relevância funcional e representar contribuição útil para o acervo de documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5.º — Além da apresentação de trabalho escrito e da sua defesa oral, o aluno do CAE deverá, em condições e prazo estabelecidos pelo Diretor do Instituto, realizar Estágio de Atualização, organizado pelo Instituto.

Art. 6.º — A defesa oral a que se refere o Art. 4.º será prestada diante da Banca Examinadora designada, para cada turma, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, autorizado pelo Presidente da República. A Banca será presidida por Ministro de Primeira Classe e integrada por dois Ministros de Primeira ou de Segunda Classe e uma personalidade estranha ao Quadro do Itamaraty, na qualidade de Membros.

Art. 7.º — Caberá à Banca Examinadora prevista no Artigo anterior a avaliação do trabalho escrito, apresentado pelo aluno com anterioridade à sua defesa oral.

Art. 8.º — A aprovação no CAE será por conceito, não havendo divulgação de notas ou de classificação.

Art. 9.º — Os alunos lotados em postos no exterior serão chamados a serviço à Secretaria de Estado para a defesa oral do trabalho e o Estágio de Atualização.

Art. 10.º — O aluno que não houver logrado aprovação poderá matricular-se em Curso posterior, sendo-lhe facultado propor novo tema ou apresentar versão revista e aperfeiçoada do trabalho originalmente apresentado.

Art. 11.º — Para cada Curso serão divulgadas normas complementares, por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco.

Disposição Final

Art. 12.º — As presentes Normas entrarão em vigor na data da sua publicação.

Antonio F. Azeredo da Silveira

DECRETO N.º 79.556, DE 20 DE ABRIL DE 1977

Institui, na Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, sistema de treinamento e qualificação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, considerando que o Decreto n.º 71.323, de 7 de novembro de 1972, instituiu na Carreira de Diplomata a Classe de Conselheiro, e dando cumprimento ao disposto no Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

DECRETA:

Artigo 1.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (CAD) a que se refere o Artigo 16.º do Decreto n.º 71.323, de 7 de novembro de 1972, e o Curso de Altos Estudos (CAE) a que faz referência o Artigo 37.º da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, passam a constituir, no âmbito da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, sistema de treinamento e qualificação na forma do Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Artigo 2.º — O sistema de que trata o Artigo anterior será implantado e administrado pelo Instituto Rio-Branco.

Artigo 3.º — Decorridos cinco anos da instalação dos Cursos constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário e a Ministro de Segunda Classe, respectivamente, a aprovação no CAD e no CAE.

Artigo 4.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de abril de 1977;

156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1977

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Embaixador	28-04-1945 a 13-01-1947
Hélio Lobo	Ministro	15-01-1947 a 24-04-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-04-1947 a 26-01-1956
Antônio Camillo de Oliveira	Embaixador	28-01-1956 a 21-06-1966
Antônio Corrêa do Lago	Embaixador	21-06-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador	17-11-1969 a 31-07-1972
Frederico Carlos Carnaúba (*)	Ministro	31-07-1972 a 24-05-1973
Alfredo Teixeira Vialadão	Embaixador	31-05-1973 a 30-12-1975
Sergio Fernando Guarischi Bath	Ministro	30-12-1975 a
COORDENADOR DE ENSINO		
Raphael Valentino Sobrinho (*)	Secretário	05-07-1973 a 14-10-1974
Adhemar Gabriel Bahadim	Secretário	31-07-1975 a 08-09-1976
Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva	Coordenadora Adjunta	01-06-1976 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	01-09-1945 a 03-06-1946
Jacome Baggi de Berenguer César	Ministro	03-06-1946 a 07-01-1947
João Guimarães Rosa	Secretário	24-01-1947 a 07-08-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-08-1947
Raul Bopp	Ministro	17-09-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-05-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-05-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago	Ministro	11-11-1953 a 01-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto	Cônsul	06-10-1954 a 26-05-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Ministro	26-05-1955 a 22-08-1962
Arnaldo Rigueira (*)	Secretário	24-09-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabóto	Conselheiro	22-08-1962 a 01-08-1964
Arthur Pimenta Valente	Secretário	12-08-1964 a 01-04-1965

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Isócrates de Oliveira	Secretário	25-06-1965 a 01-07-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães	Ministro	01-07-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	28-12-1966 a 31-05-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*)	Conselheiro	01-06-1967 a 31-07-1967
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	01-08-1967 a 12-09-1969
Othon Guimarães	Conselheiro	12-09-1969 a 27-08-1972
José Olympio Rache de Almeida	Conselheiro	27-08-1972 a 05-07-1973
Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit	Secretário	05-07-1973 a 05-10-1977
Oswaldo Biato	Conselheiro	05-10-1977 a

ASSISTENTE DO DIRETOR

Carlos Henrique Cardim	Secretário	15-03-1976 a 17-10-1977
Lucia Patriota de Moura	Secretário	04-02-1977 a 21-12-1977
Fernando Jablonski	Secretário	17-10-1977 a

COORDENAÇÃO DE ENSINO

Luciela Junqueira	Assist. Com.	19-03-1973 a 12-09-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	19-03-1973 a 17-02-1975
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 20-08-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Ag. Administrativo	19-03-1973 a 22-10-1976
Maria da Glória Pizzi	Ag. Administrativo	23-11-1973 a 22-10-1976
Risette da Penha Travassos de Figueiredo	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 27-08-1974
Sandra Maria Mello Rocha	Of. de Chancelaria	26-03-1974 a 08-10-1976
Zuleide de Souza Pessoa	Of. de Chancelaria	19-04-1974 a 12-05-1975
Ika Vianna de Moura	Of. de Chancelaria	09-10-1974 a 22-10-1976
Felicy Ludmila Wotzassek de Carvalho	Ag. Administrativo	02-01-1975 a 22-10-1976
Beatriz Corrêa Meyer Sant'Anna	Of. de Chancelaria	01-12-1976 a

SECRETARIA

Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Therézinha Castro Lima	Contador	19-03-1973 a 22-10-1976
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 17-06-1976
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Esther Guitmann	Of. de Chancelaria	09-10-1973 a 22-10-1976
Irene Paternot Rodrigues	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 01-07-1974
Lúcia Maria do Couto Bastos	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 22-10-1976
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 20-10-1976
Maria Aparecida Fonseca	Ag. Administrativo	28-01-1974 a 22-10-1976
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	17-02-1975 a 22-10-1976
Alair da Silva Langsdorff	Ag. Administrativo	02-01-1975 a 22-10-1976
Benedicta Izabel Gonçalves	Arquivista	02-01-1975 a 08-08-1975
Lygia Nanni Langsdorff	Of. de Chancelaria	02-01-1975 a 07-11-1975
Maria de Lourdes Almeida Ribeiro	Téc. Contabilidade	02-01-1975 a 12-09-1976
Ordina de Castro Ferreira	Bibliotecária	02-01-1975 a 22-10-1976
Irene Andrade Pacheco Amorais	Ag. Administrativo	02-01-1976 a
Vera Lúcia Rodrigues de Faria	Eventual	10-02-1976 a
Helena Margarida Leipner Gomes	Postalista	01-04-1976 a 25-01-1977
Sylvia Lima de Abreu Garcia de Oliveira	Of. de Chancelaria	28-07-1976 a
Margareth Salgado Costa	Eventual	03-11-1976 a 13-05-1977
José Luiz Porto de Magalhães	Of. de Chancelaria	08-11-1976 a
Namara Gíbram Fonseca Ribeiro	Of. de Chancelaria	01-12-1976 a
Ana Maria da Costa Souza	Of. de Chancelaria	20-12-1976 a
Marilêia Leite	Of. de Chancelaria	16-05-1977 a

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO 1977

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
BIBLIOTECA		
Heloisa Behring Tonello	Of. de Chancelaria	15-03-1955 a 22-10-1976
Laura Moura de Aquino	Ag. Administrativo	02-05-1967 a 22-10-1976
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque	Bibliotecária	19-11-1971 a 22-10-1976
Aida Roca Dleguez	Taquigrafa	02-01-1975 a 14-07-1976
Maira Luiza Migliora dos Santos	Bibliotecária	02-01-1975 a 27-08-1975

CONTABILIDADE

Denise Maria Karl	Eventual	28-04-1976 a
Loretta Maria Francisca Montenegro Lopes da Cruz	Of. Chancelaria	01-12-1976 a
Stella Maris da Costa Manhães	Téc. Contabilidade	09-09-1977 a

PORTARIA

Wilson Teixeira	Impressor	01-11-1945 a 22-10-1976
Ivan Teixeira	Porteiro	01-04-1947 a 22-12-1969
Antônio Jorge dos Santos	Servente	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva	Porteiro	(até 12-04-1963)
Adilson de Miranda Miguel	Servente	(até 02-12-1963)
Joaquim Francisco da Costa	Servente	(até 02-09-1963)
Gilberto de Jesus	Servente	(até 01-04-1965)
Waldir Teixeira	Ag. de Portaria	De 17-11-1966 a 31-08-1974
João Francisco Tenda	Impressor	01-09-1971 a 22-10-1976
Zeferino Eugênio Filho	Impressor	02-01-1975 a 22-10-1976
Luiz Paixão de Souza Costa	Ag. de Portaria	06-04-1976 a
José Carlos Dias	Ag. de Portaria	06-07-1977 a
Francisco Henrique Duarte	Ag. de Portaria	05-10-1977 a

CENTRO REGIONAL DE INSCRIÇÕES DO IRBR NO RIO DE JANEIRO

Alair da Silva Langsdorff	Ag. Admin.	22-10-76 a
Anna Maria Teixeira Nunes (*)	Tec. Contab.	22-10-76 a
Esther Gultmann	Of. Chanc.	22-10-76 a
Laura Moura de Aquino	Ag. Admin.	22-10-76 a
Lucia Maria do Couto Bastos	Of. Chanc.	22-10-76 a
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. Chanc.	22-10-76 a
Maria da Glória Pizzi (*)	Ag. Admin.	22-10-76 a
Mara Paletta de Alencar (*)	Of. Chanc.	22-10-76 a
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo (*)	Of. Chanc.	22-10-76 a
Mariana Iliama de Figueiredo Pessoa (*)	Ag. Admin.	22-10-76 a
Naura Teixeira Lopes da Cruz (*)	Of. Chanc.	22-10-76 a
Ordina de Castro Ferrelra	Bibliotec	22-10-76 a
Solange Therezinha Viana de Almeida e Albuquerque	Bibliotec	22-10-76 a

* Ver Anuário 1976 — Funcionários lotados em Seções extintas, págs. 151k52.

ALEIXO, José Carlos Brandi

(CPCD) — Ciência Política — 1976

Estudos e Títulos Universitários — Doutorado (Ph.D.) em Ciência Política, Georgetown University, Washington, D.C. Estados Unidos da América do Norte, 09 de junho de 1968, após cinco anos de pós-graduação em estudos de Ciência Política. Este diploma de doutorado foi revalidado pela Universidade Católica de Minas Gerais em 29-04-1970 e registrado na Universidade Federal de Minas Gerais em 3-7-1970 por delegação de competência da Diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura. Neste período de cinco anos foi também obtido o mestrado (Master's Degree) em Ciência Política na referida Universidade.

Licenciatura em Teologia, Pontifícia Universidade de Camillas, Santader, Espanha, Junho de 1962.

Curso de 4 anos licenciatura em Letras Clássicas. Pontifícia Universidade Católica — Rio de Janeiro — 11 de junho de 1957.

Curso de 4 anos. Licenciatura em Filosofia em 20 de dezembro de 1955. Nova Friburgo, Estado do Rio.

Participações — Simpósio sobre a Integração Latino-Americana, Georgetown University — Washington D.C. junho de 1966.

"Catholic Interamerican Program" (CISOL). Última Semana de janeiro de 1968. Saint Louis, Estados Unidos da América do Norte.

Sociedade Cientificadas — Membro da PI SIGMA ALPHA. "The National Political Science Honor Society" dos Estados Unidos da América do Norte.

Membro Titular do Instituto Brasileiro de Filosofia.

Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos.

Na Universidade de Brasília, lecionou ou leciona:

Introdução à Ciência Política — 1959, 1970, 1971.

Relações Interamericanas, 1969.

Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos (1.º semestre de 1971 para o Curso de Comunicações).

Política I — Relações Interamericanas para o Profissional de Ciências Sociais (2.º semestre de 1971).

Teoria Política II (2.º semestre 1972).

Outras atividades acadêmicas — Chefia do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Coordenador e Professor de Seminário sobre a Integração Latino-Americana na UnB — em 1971.

Coordenador do Curso de Estudo de Problemas Brasileiros para alunos de Pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília — 2.º semestre e 1971.

Estagiário da Escola Superior de Guerra — Rio de Janeiro, 1975.

Autor de Numerosas Publicações.

AMARAL, Adriano Benayon do

(CPCD — Economia, 1976, 1977)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UB/RJ.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata IRBR, 1959.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBR, 1960.

Curso da Academia de Direito Internacional de Haia, 1962.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, IRBR, 1975.

Doutor em Ciências Econômicas e Sociais, Universidade de Hamburgo 1976.

Cônsul de Terceira Classe, 23 de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, antiguidade, 30 de outubro de 1971.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Promoção Comercial, 1968/71.

Chefe, interino, da Divisão de Feiras e Exposições Comerciais, 1969 e 1970.

Subchefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1976.

Assunção, Chefe do SEPRO, 1963/64.

Hamburgo, Chefe do SECOM, 1972/73.

Bonn, Chefe dos Setores Econômico e de Promoção Comercial, 1973/74.

Comissão Mista Permanente Paraguai-Brasil, 1963 (assessor).

Reunião dos Chefes de Missão do Leste Europeu, 1965 (assessor).

Genebra, 1968 (assessor).

Pavilhão do Brasil, Feira "Rand Easter Show", Johannesburg, 1970 (diretor).

Seminário sobre Promoção de Exportação, Berlim, 1972 (assessor).

Encontro de Exportadores Brasileiros com Importadores Alemães, 1973 (assessor).

Pavilhão do Brasil, Feira de Anuga, Colônia, 1973 (diretor).

Seminários sobre Investimentos no Brasil, Munique, 1974; Hogen e Frankfurt, 1975 (conferencista).

2.ª Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Bonn, 1975 (delegado).

Reunião de Coordenação dos Chefes de Serviços de Promoção Comercial do Continente Americano, 1963 (assessor).

Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1974 (assessor).

2.º Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários, realizado no Brasil, 1974 (assessor).

AMORIM, Celso Luiz Nunes

(C.P.C.D. Expressão e Redação Profissional, 1976, 1977)

Diploma de Pós-graduação em relações Internacionais. Academia Diplomática de Viena, 1967.

Doutorado em Ciência Política, "London School of Economics and Political Sciences", 1971.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBR, 1964.

Terceiro Secretário, 05 de fevereiro de 1965.

Segundo Secretário, antiguidade, 1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 1973.

Conselheiro, merecimento, 1977.

Divisão da Europa Ocidental, 1965.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Planejamento Político, 1967.

A Disposição do Assessor Especial do Ministro de Estado, 1975.

Assessor do Ministro de Estado, 1976.

Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1977.
 Londres, Cônsul-Adjunto, 1968/69.
 Londres, Segundo Secretário, 1969/71.
 Washington, Segundo Secretário, Missão junto à OEA, 1972/73.
 Washington, Primeiro Secretário, Missão junto à OEA, 1973/74.
 Washington, Encarregado de Negócios, Missão junto à OEA, 1973/74.
 Conferência sobre Desenvolvimento, Universidade de Cambridge, 1969 (observador) II e IV Períodos Ordinários de Sessões da Assembléia Geral da OEA, 1972 e 1974 (delegado).
 XV CEPAL, Quito, 1973 (delegado).
 54.^a Sessão do ECOSOC, Nova York, 1973 (delegado).
 III Reunião Extraordinária da CECON, Washington, 1974 (Chefe).
 Colóquio sobre Aspectos Legais da Cooperação Interamericana, Geórgia, 1974 (participante).
 Comissão Especial para Reestauração do Sistema Interamericano, Washington. 1973 e 1974 (delegado).
 XV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, Quito, 1974 (assessor).
 Seção Preparatória do Grupo de Trabalho sobre Empresas Transnacionais ("Novo Diálogo"), Washington, 1974 (delegado).
 Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, Brasília, 1972 (assessor).
 Prêmio Rio Branco — Medalha de Vermeil, IRBR.
 Professor de Teoria Política e Relações Internacionais da UnB, Brasília, 1976.
 BASTO, Murillo de Miranda Junior.
 (C.P.C.D. Assuntos Consulares, 1977):
 Curso Superior de Letras, Universidade de Lisboa, 1952.
 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBR, 1957.
 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBR, 1958.
 Curso sobre Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico, CEPAL, 1968.
 Curso Superior de Guerra, ESG, 1975.
 Curso de Administração de Empresas Estatais, ENAP-ASIP, Caracas, 1976.
 Cônsul de Terceira Classe, 20 de janeiro de 1957.

Segundo Secretário, merecimento, 21 de outubro de 1961.
 Primeiro Secretário, antiguidade, 25 de junho de 1969.
 Conselheiro, merecimento, 1.^o de agosto de 1973.
 Chefe, substituto, da Divisão da Europa Ocidental, 1969.
 Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1976.
 Assunção, Chefe do SEPRO, 1961.
 Zurique, Encarregado do Consulado-Geral, 1970, 1971 e 1972.
 Genebra, Encarregado do Consulado, 1972.
 Assunção, Encarregado do Consulado-Geral, 1973 e 1974.
 Seção Brasileira à I Reunião Plenária da Comissão Mista Permanente Brasil-Paraguai, Assunção, 1959 (membro).
 Seção Brasileira da Comissão Mista Permanente Brasil-Paraguai, Assunção, 1959/62 (membro).
 Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Uruguai, Montevidéu, 1963 e 1964 (membro).
 Delegação Brasileira encarregada de negociar Acordo de Telemédica com a França, 1968 (membro).
 Junta Deliberativa do Trigo da SUNAB para a negociação de Acordo do Trigo com a França, 1968 (representante do Itamaraty).
 Grupo de Trabalho para estudo da Organização do Serviço Consular Brasileiro, 1967 (membro).
 Grupo de Trabalho Brasil-França, 1968 (secretário-executivo).
 Grupo Interministerial encarregado de negociar o Acordo Geral sobre Ciência e Tecnologia com a República Federal da Alemanha, 1969 (membro).
 Comissão Econômica Luso-Brasileira, 1969 (membro).
 Comissão de Inquérito n.º 4/70, 1970 (presidente).
 BATH, Sérgio Fernando Guarischi
 (C.P.C.D. Organização e Métodos de Trabalho do MRE, 1976, 1977)
 (C.P.C.D. História das Relações Externas do Brasil, 1977)
 (C.P.C.D. Prática Diplomática II, 1975)
 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954.
 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBR, 1956.
 Diploma de Língua Inglesa, Universidade de Michigan, 1960.

"Certificate of Proficiency in English", Universidade de Cambridge, 1960.
 Cursos de Economia, Universidade de Georgetown, Washington, 1962, 1963.
 Terceiro Secretário, 1954.
 Segundo Secretário, 1961.
 Primeiro Secretário, 1966.
 Conselheiro, merecimento, 1973.
 Ministro de Segunda Classe, 1975.
 Auxiliar do Secretário-Geral, 1961.
 Auxiliar do Chefe do Departamento Econômico e Consular, 1961.
 Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para a Europa Oriental e Ásia, 1961/62.
 Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974/75.
 Diretor do Instituto Rio-Branco, 1975/76, 1977.
 Tóquio Terceiro Secretário, 1957/59.
 La Paz, Terceiro Secretário, 1959/61.
 Washington, Segundo Secretário, 1965/67.
 México, Primeiro Secretário, 1967/68.
 México, Encarregado de Negócios, 1966, 1967 e 1968.
 Roma, Primeiro Secretário, 1973/74.
 Roma, Encarregado de Negócios, 1973 e 1974.
 Diretor-Executivo-Suplente-Temporário do BID, 1963, 1964 e 1965.
 Diretor-Executivo-Adjunto-Temporário do FMI, 1964.
 Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, Ministério do Planejamento, 1968/71.
 Coordenador do Departamento de Economia, IRBR, 1970.
 Professor de Instituições Diplomáticas, UnB, Brasília, 1976, 1977.

BONDUKI, Issa Antonio

(CPCD — Língua Árabe 1976).

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade Libanesa de Beirute em 1959.

Atividades: 1948 a 1954 — Professor de Língua Árabe, História e Geografia, em Homs, Síria.

1955, — Diretor do Colégio de Tripoli, no Líbano.

1956 — (até novembro) Elaboração de programas da Rádio Difusora Oriente Médio (Escritório Central em Beirute e Emissora em Chipre).

1957 — Diretor do Colégio de Dhour — El Choueir, Líbano.

1958 a 1959 — (até agosto) Redator de Assuntos Econômicos do Jornal Sada — Lubnan (Eco do Líbano).

Atualmente — Tradutor da Embaixada da Arábia Saudita.

Professor da Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe Brasileira — ICAB.

GUIMARÃES, Renato Prado

(C.P.C.D. — Promoção de Exportações)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-UFSP, 1961.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1963.

Terceiro Secretário, 20 de janeiro de 1964.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 9 de novembro de 1976.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos na Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1964/66.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966.

Assistente do Chefe da Divisão de Programas para Promoção Comercial, 1973.

Encarregado da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1973/76.

Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1976.

Bruxelas, Terceiro Secretário, 1966/67.

Bruxelas, Segundo Secretário, 1967/69.

Bogotá, Segundo Secretário, 1969/73.

Bogotá, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1970/73.

XVII, XVIII e XIX Sessões do Comitê de Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1966/67 (observador).

LV e LVI Sessões do Comitê Técnico Permanente do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1967 (observador).

XL, XLI, XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX Sessões do Comitê de Valores do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1966, 1968 e 1969 (observador).

XIX, XXX, LIX, LX, LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV e LXVI Sessões do Comitê Técnico Permanente do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1967, 1968 e 1969 (observador).

X Reunião Extraordinária da CECLA, Bogotá, 1971 (delegado).

IV Reunião do Grupo de Estudos sobre Banana, FAO, 1971 (representante).

XIII Reunião da CECLA, 1972 (delegado).

Reunião de Peritos em Promoção de Exportação CECON-CIPE, 1972 (delegado).

Feira Internacional de Bogotá, 1972 (diretor do pavilhão brasileiro)

Primeira Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (assessor).

V Conferência Latino-Americana de Eletrificação Rural, 1973 (observador).

Conselho Diretor do Centro Interamericano de Comercialização (representante do governo brasileiro).

Coordenador do II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1973.

Professor de Promoção de Exportações, Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr, 1975.

Coordenador do Programa de Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, 1975.

Diretor dos III e IV Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1975 e 1976.

Coordenador do Seminário sobre Exportação de Serviços, MRE-FINEP, 1976.

JAMET, Robert Dominique

(C.P.C.D. — Francês 1977)

Licence de Lettres Classiques pela Universidade de Aix-en-Provence, 1954.

Diplôme d'Etudes Supérieures pela Universidade de Aix-en-Provence 1955.

Concurso do Certificat d'Aptitude Pédagogique à l'Enseignement Secondaire, Paris, 1956.

Aluno do Centre Pédagogique Régional de Paris, 1956-57.

Concurso da Aggrégation de Grammaire, Paris, 1957.

Curso de Língua, literatura, civilização francesa.

Atividades profissionais:

Magistério Secundário:

Lycée d'Aumale — Constantine (Argélia), 1957-61

Lycée Mistral — Avignon, 1961-67.

Instituto de Línguas Romanas — Universidade de Göteborg (Suécia), 1967-73.

Departamento de Letras e Lingüística — Fundação Universidade de Brasília, desde agosto de 1973.

LINS, Augusto Estellita

(C.P.C.D. Expressão e Redação Profissional 1977)

Escola Naval de Villegaignon, 1948.

Bacharel de Ciências Jurídicas e Sociais, FD/PUCRJ, 1953.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata, IRBr, 1955.

Curso de Informações, ESG, 1966.

Curso de política Internacional, Instituto de Estudos Latino-Americano, Universidade Internacional de Estudos Sociais PRO-DEO, Roma, 1971.

Curso de Artes Gráficas, SENAI-DR/DF, 1975.

Curso de Organização e Métodos, BCCL Consultores, DF, 1976.

Curso de Altos Estudos, ESG, 1976.

English Literature, IBI, 1976.

Segundo Secretário, antiguidade, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior 1967/68.

Assistente do Chefe da Divisão de Segurança e Informações, 1968.

Chefe da Divisão de Divulgação Documental 1976.

Secretário substituto da Comissão de Reparções de Guerra, 1956.

Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, 1957 (secretário).

Membro da "Academia de Abogados", do Equador.

Presidente da Comissão de Verificação instituída pelo Conselho Federal de Cultura, para aprovação do Curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, 1977.

Presidente da Banca Examinadora de Português do Instituto Rio Branco, no concurso para o CPCD (Curso de Preparação à Carreira de Diplomata) e de ingresso direto à carreira, 1977.

Autor de numerosas obras publicadas.

REZEK, José Francisco

(C.P.C.D. — Direito — 1976)

Formação Universitária: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1962/1966).

Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público; Faculdade de Direito da U.F.M.G. (1966/1967).

Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América em julho/agosto de 1965. Diploma da Harvard University em curso de extensão: "Vida e Instituições Americanas;" "Problemas de Desenvolvimento Econômico."

Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação (1967/1968; 1970).

Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e de Relações Internacionais e da Academia de Direito Internacional de Haia, havendo obtido diploma comprobatório da produção individual (agosto/setembro de 1968).

Doutor da Universidade de Paris em Direito Internacional Público, mediante defesa da tese "La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-américain" em 2 de outubro de 1970, perante júri integrado pelos Professores Georges Berilia e Roger Schwartzemberg, e presidido pelo Professor Georges Vedel, Deão da Faculdade de Direito da Universidade de Paris e patrono da tese.

Magistério Superior — Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concurso Público em que obteve o primeiro lugar na área de Direito Internacional (fevereiro de 1970).

Professor de Direito Internacional Público no 5.º ano do curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais no 2.º ano do curso de Doutorado (1970, 1.º semestre). Membro da Congregação.

Professor Adjunto na Universidade de Brasília, vinculado à área do Direito Internacional Público (ingresso: 1971).

Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, de 1974 a 1976. Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Membro da Congregação do Curso de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília (1974/1976).

Outras atividades — Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais. Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração (1967/1970).

Secretário Jurídico do Ministro Olavo Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal (1970/1972).

Membro de Comissões Examinadoras em concursos públicos promovidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (Auxiliar de Ensino, 1971), pelo Senado Federal (Assessor Legislativo, 1973), pelo Conselho de Justiça Federal (Juiz Federal, 1975) e pelo Tribunal de Contas da União (Auditor, 1975).

Membro da Comissão Examinadora em Concurso Público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo (1977/1978). Membro da Comissão Julgadora de tese de doutoramento em Direito Internacional Público, na Universidade Federal de Minas Gerais (1975).

Coordenador do Grupo de Trabalho instituído por Portaria Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema da guarda e do destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho (outubro de 1974).

Pesquisador-conferencista na Universidade de Paris, a convite do Governo francês (outubro/novembro de 1973). Conferencista na Universidade Federal de Santa Catarina (outubro de 1975).

Procurador da República de 1.ª categoria, mediante concurso público em que obteve o segundo lugar na classificação nacional (1972).

Duas vezes promovido por merecimento (1973/1974).

Assessor do Procurador Geral da República desde novembro de 1972.

Membro da Comissão designada pelo Procurador Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União (1974).

Delegado do Brasil à Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974, 1975/1976).

Autor de numerosas obras.

SARDENBERG, Ronaldo Mota

(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1977)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB, RJ, 1963.

Terceiro Secretário, concurso, 20 de janeiro de 1964.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 05 de novembro de 1975.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1974.

Assessor de Gabinete do Secretário-Geral, 1974/76.

Washington, Segundo Secretário, 1967/70.

Nova York, Segundo Secretário, Missão junto à ONU, 1970/73.

Nova York, Primeiro Secretário, Missão junto à ONU, 1973.

Programa de Treinamento da ONU, Nova York, 1964 (membro).

XXXIX Sessão do Comitê de Produtos de Base, FAO, Roma, 1965 (membro).

XIII Sessão da Conferência Geral da FAO, Roma, 1965 (membro).

Sessão Extraordinária do Grupo sobre Preços e Quotas da Conferência da ONU sobre Cacau, Genebra, 1966 (membro).

Conferência da ONU sobre Cacau, Nova York, 1966 (membro).

Comitiva do Ministro das Minas e Energia, em visita ao Japão e à Índia, 1966 (membro).

XLI Sessão do Comitê de Produtos de Base, FAO, Roma, 1967 (membro).

VIII Assembléia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Lagos, 1967 (membro).

Reunião Extraordinária da Aliança dos Produtores de Cacau e Reunião do Comitê Consultivo sobre Cacau, UNCTAD, Genebra, 1967 (membro).

XIV Sessão do Comitê Especial da ONU sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1970 (membro).

XXV Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1970 (membro).

Comitê Especial da ONU sobre Operações de Paz, Nova York, 1971 (membro).

I Sessão do ECOSOC, Nova York, 1971 (membro).

Comitê Especial sobre Racionalização dos Procedimentos e Organização da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1971 (delegado e relator).

VIII Sessão do Subcomitê Científico e Técnico do Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1971 (delegado-alterno).

XXVI Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1971 (membro).

Comitê da ONU sobre os Usos Pacíficos do Fundo do Mar e do Leito do Oceano além dos Limites da Jurisdição Nacional, Nova York, 1972 (delegado-alterno).

Comitê sobre a Situação Financeira da ONU, Nova York, 1972 (delegado-alterno).

Subcomitê Científico e Técnico e Grupo de Trabalho sobre Sensoriamento Remoto da Terra por Satélite do Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1972 (membro).

XV Sessão do Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1972 (delegado-alterno).

Comitê Especial sobre Operações de Paz, Nova York, 1972 (delegado-alterno).

XXVII Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1972 (membro).

Grupo de Trabalho sobre Racionalização do ECOSOC, Nova York, 1973 (membro).

Grupo de Trabalho sobre Sensoriamento Remoto da Terra por satélite, Nova York, 1973 (delegado).

Comitê da ONU sobre os Usos Pacíficos do Fundo do Mar e do Leito do Oceano, além dos Limites da Jurisdição Nacional, Nova York, 1973 (delegado-alterno).

Sessões do Conselho de Segurança da ONU, Panamá, 1973 (membro).

Subcomitê Jurídico, X Sessão do Subcomitê Científico e Técnico e IV Sessão do Grupo de Trabalho sobre Transmissões Diretas por Satélites do Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1973 (membro).

Comitê Especial sobre Operações de Paz e Grupo de Trabalho do mesmo Comitê, Nova York, 1973 (membro).

Consultas entre os Integrantes do Comitê da ONU sobre a Conferência Mundial de Desarmamento, Nova York, 1973 (membro).

XVI Sessão do Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1973 (delegado-alterno).

XXVIII Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1973 (membro).

Grupo de Trabalho sobre Sensoriamento Remoto da Terra por Satélite e da Força Tarefa sobre Disseminação de Dados, Comitê Especial sobre os Usos pacíficos do Espaço Exterior, Nova York, 1974 (membro).

Missão Precursora a Pequim, 1974.

XXXI Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1976 (membro).

Grupo de Trabalho de Exame dos Projetos de Assistência Técnica ao Nordeste, Recife, 1965 (membro).

Comissão de Estudos da Política do Cacau, 1965 (representante-suplente do MRE).

SCARABÔTOLO, Hélio Antônio

(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1977)

Bacharel em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Campinas, 1945.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBR, 1948.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-Niterói, 1948.

Curso de Direito Internacional, Academia de Direito Internacional, Haia, 1950.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBR.

Curso Superior de Guerra, ESG, 1973.

Cônsul de Terceira Classe, 09 de janeiro de 1948.

Cônsul de Segunda Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1953.

Primeiro Secretário, antiguidade, 15 de julho de 1961.

Conselheiro, título, 16 de março de 1963.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de janeiro de 1967.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 1.º de novembro de 1975.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1956/59.

Chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco, 1962/63.

Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1963/67.

Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, 1963.

Chefe do Cerimonial, 1975/76.

Buenos Aires, Encarregado de Negócios, 1961.

Paris, Cônsul-Geral, 1968/72.

Reunião do Grupo de Trabalho do CIME, Washington, 1968 (participante).

I Reunião da Comissão Mista do Acordo Cultural Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1964 (membro).

Conferência sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento da América Latina, Santiago, 1964 (delegado-suplente).

XIII Sessão da Conferência Geral da ONU para a UNESCO, Paris, 1964 (delegado-suplente).

IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural, OEA, Washington, 1966 (delegado).

Comissão Mista Franco-Brasileira para a Implementação dos Acordos de Cooperação Técnica, Científica e Cultural, Paris, 1967 (membro).

XXIX Sessão da ONU, Nova York, 1974.

Comitiva Presidencial, em visita à República Oriental do Uruguai, 1975 (membro)

A disposição do Príncipe Mikasa, do Japão, em visita ao Brasil, 1958.

Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas, 1964/67 (membro).

Comissão Educacional dos EUA no Brasil, 1964/66 (membro).

Conselho Assessor da Escola Interamericana de Administração Pública.

Fundação Getúlio Vargas, 1954 (representante do MRE).

II Conferência Interamericana Extraordinária, Rio de Janeiro, 1965 (delegado-suplente).

Conselho Deliberativo da CAPES, 1966 (membro).

Comissão Mista Luso-Brasileira para a elaboração do Acordo de Cooperação Intelectual, Rio de Janeiro, 1967 (membro).

Comissão para a Reorganização dos Serviços Culturais do MRE, 1967 (membro).

Professor de Prática Diplomática, CPCD/IRBR, 1964/66.

Professor de Prática Diplomática no Curso de Prática Diplomática e Consular, 1975.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça, 1967.

Ministro de Estado, Interino, da Justiça, 1967/68.

Presidente da Comissão da Reforma Administrativa do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1967.

SQUARISI, Dad Abi Chahine
(C.P.C.D. Língua Portuguesa, 1977)

Bacharelato e Licenciatura em Letras pela Universidade de Brasília, 1971.

Mestrado em Teoria Literária (a concluir em dezembro de 1978) PUC-RS

Aprovada no concurso de provas para ingresso na carreira de professor de português da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Primeira classificada no concurso de provas para seleção de professores do programa de Renovação de Ensino — PREMEN.

Aperfeiçoamento

Literatura Brasileira em Processo — Instituto Nacional do Livro, 1968.

Curso Intensivo de Treinamento de Professores de Português, Universidade de Brasília, 1969.

Curso de Inglês — Instituto de Idiomas Yázigi, 1968.

Curso de Expressão Brasileira Oral e Escrita — Secretaria de Educação do Distrito Federal, 1970.

Curso de Instrução Programada — Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1970.

Simpósio de Literatura Brasileira — Instituto Nacional do Livro, 1971.

Curso de Treinamento em Ensino Audiovisual para Professores de Português dos Centros de Estudos Brasileiros no exterior — UnB, 1972.

VI Simpósio Brasileiro de Linguística — Centro de Estudos Unificados de Brasília, 1972.

Seminário Intensivo de Preparação de Treinadores — Ministério da Educação e Cultura, 1973.

Seminário de Administração Financeira — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), 1973.

Curso de Inglês — Aliança Uruguai-Estados Unidos, Montevideu, 1974/76.

Literatura Hispano-Americana — Faculdade de Humanidades, Montevideu, 1975.

Atividade Profissional

Seminário sobre José de Alencar — Fundação Cultural do Distrito Federal 1977.

Professora de Língua Portuguesa da Associação das Escolas Unidas do Distrito Federal — Universidade do Distrito Federal — atividade atual.

Professora de Literatura Brasileira do Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB — atividade atual.

Crítica Literária do Jornal do Brasil — atividade atual.

Coordenadora da Revista "Educação" — Ministério da Educação e Cultura, 1972.

Revisora do Ministério da Educação e Cultura, 1972.

Diretora de Divisão de Divulgação do Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura. 1973/74.

Membro da Equipe Responsável pelas Revistas CULTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO, DOCUMENTA E REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA — Ministério da Educação e Cultura, 1973/74.

Professora de Comunicação e Expressão dos Cursos Adicionais — Ministério da Educação e Cultura e Fundação Educacional do Distrito Federal, 1973.

Professora de Português no Curso de Aperfeiçoamento para professores do Ensino Supletivo de Brasília, 1974.

Professora de Literatura Brasileira para os Censores do Departamento de Polícia Federal, 1974.

Professora de Língua Portuguesa do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1974/76, e também de Literatura Brasileira.

Coordenadora da Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1974/76.

Professora de Português no Curso de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira para os professores de 1.º e 2.º graus da Fundação Educacional do Distrito Federal, 1976/77.

Autora de numerosas obras e artigos publicados.

TIMM, Paulo Cezar

(C.P.C.D. — Economia 1977)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — 1968.

Curso de Ciências Sociais — Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre 1966 — 1967 (incompleto).

Pós-graduação: XXIII Curso CEPAL/ILPES — Porto Alegre — 1968.

Mestrado na Escola Latina — Universidade do Chile — Santiago 1970 — 1972.

Seminário sobre Problemas do Desenvolvimento Econômico — Universidade Harvard, USA — 1969.

Experiência Profissional

Técnico da Construtora Planisul S.A. — Porto Alegre — 1968.

Técnico do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, Ministério da Agricultura — Porto Alegre, 1969.

Técnico do IPEA/SEPLAN, Brasília — 1973-1976.

Cargo Atual: Assessor da Superintendência do IPLAN/IPEA.

Comissões: Coordenador do Grupo Interministerial de Coordenação do Programa da Região Geoeconômica de Brasília.

Experiência Didática

Professor Colaborador do Departamento de Economia da Universidade de Brasília 1974-1976.

Professor Convidado pelo Curso de Mestrado em Planejamento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília 1975/1976.

Professor dos Cursos de Planejamento Governamental Social, Regional e Habitacional para técnicos do Governo do Distrito Federal, sob a supervisão do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo. Brasília 1975/1976.

Professor dos Cursos de Treinamento para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola — Curitiba 1975/1976 e Belém 1976.

Professor do Curso de Planejamento Governamental para os Estados da Região Leste, sob a supervisão do CENDEC, Vitória, 1976.

Professor da Cadeira de Política e Planejamento Econômico — II Curso de Planejamento de Recursos Humanos, CETREDE — Fortaleza 1976.

Autor de numerosos trabalhos publicados.

VILLELA, Anna Maria

(C.P.C.D. — Direito — 1977)

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG.

Doctorat d'Etat en Droit Privé, pela Faculté de Droit et des Sciences Économiques de l'Université de Paris, França, 1970.

Diplôme d'études supérieures (Droit Privé) 1963.

Diplôme d'études supérieures (Sciences Criminelles), 1969.

Diplôme préliminaire au doctorat de l'Université (Droit Civil) 1962.

Brevet de terminologia jurídica francesa-alemã, 1962.

Vários diplomas pela Faculté Internationale pour l'enseignement du Droit Comparé de Strasbourg.

Vários cursos na "Académie de Droit International de La Haye" e estágios e trabalhos de pesquisa no "Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales" e no "Institut d'Etudes Européennes de l'Université Libre de Bruxelles".

Bolsas de estudo do governo francês, de outubro de 1961 a 1964; da Fundação Calouste Gulbenkian, 1964; da CAPES, bolsa de viagem Brasil-Europa, 1961 e 1970; da Academia Internacional de Direito Comparado 1962, 1963, 1965, 1972, 1973; do International Law Fund 1972; da O.E.A. 1972; da O.N.U. (UNITAR), 1974; da Fundação Rockefeller, 1977.

Congressos Internacionais:

Relatora nacional ao VIII Congresso Internacional de Direito Comparado, Pescara, 1970.

Relatora nacional ao X aniversário da Faculté internationale pour l'enseignement du droit comparé, Strasbourg 1971.

Representante nacional, Strasbourg, 1972 quando da escolha de temas para o IX Congresso Internacional de Direito Comparado de Teerã.

Participante à 54.^a Reunião da International Law Association, Haia 1970.

Participante ao Congresso de Criminologia de Bruxelas, 1972.

Outros cursos:

Primeiro ciclo de estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Brasília, 1971.

Cursos e diplomas do Goethe Institut de Belo Horizonte, de 1956 a 1960 (língua alemã).

Cursos e diplomas da Associação de Cultura Italiana de Belo Horizonte, de 1956 a 1960.

Treinamento para instrutor em módulos realizado na ESAF, julho de 1978.

Funções que exerce atualmente:

Professora da Universidade de Brasília, de graduação e pós-graduação.

Subchefe do departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Vice-Diretora da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília.

Membro do Conselho Universitário.

Membro da Congregação de Carreira dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados.

Vice-presidente da Associação dos alunos e ex-alunos da Faculté Internationale pour l'enseignement du Droit Comparé, sediada em Strasbourg.

Consultora da CAPES e do CFE.

Funções que já exerceu:

Subchefe do Departamento de Direito da UnB.

Chefe em exercício do Departamento de Direito da UnB.

Coordenadora do mestrado em Direito e Estado.

Associações Científicas:

Membro headquarter da International Law Association, Londres.

Membro da American Society of International Law, Washington.

Autora de numerosos trabalhos publicados.

Atualmente ainda:

— Professora de Metodologia de pesquisa no V Curso de Administração Tributária da ESAF.

— Professora de Direito do Comércio Internacional no IV ciclo de Treinamento de especialistas em Promoção Comercial, do CENDEC.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(CPCD — Direito Internacional Público — 1965 a 1972, 1974 a 1976).

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968).

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(CPCD — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952/1953, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(CAD — CP — Promoção Comercial — 1968/1969).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício

(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964).

(CPCD — História das Américas — 1965/1966).

ALEXANDRE, Peter

(CPCD — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Secretário Márcio Fortes de

(CPCD — Português — 1966 a 1974).

(CPCD — Orientação Profissional — 1967 a 1970).

(Estágio de Formação Correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(CPCD — Economia Política — 1953/1954, 1961).

(CE — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa

(CPCD — Português — 1962).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(CAD — CP — Comunicações — 1968).

(CAD — CP — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972).

ALVIM, Clara de Andrade

(CPCD — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de

(CE — Prática de Arquivo — 1947/1948).

ARANTES, Tarcísio Barbosa

(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de

(CPCD — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de

(CPCD — História do Brasil — 1946).

AUGER, Jacques

(CPCD — Francês — 1969 a 1972).

AUSTEN, Mary Veronica

(CE — Inglês — 1964).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de

(CAD — Estudos Brasileiros — 1957/1958).

BACKEUSER, Everardo

(CEX — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner

(CPCD — Economia II — 1966).

BAHADIAN, Adhemar Gabriel

(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1974 a 1976).

(CPCD — Português e Comunicação Profissional — 1974 — 2.º semestre, 1975).

BALTHASAR, João da Silva

(CE — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha

(CPCD — Direito Internacional Privado — 1967/1968).

BARAT, Josef

(CPCD — Economia I — 1966).

BARROS, Júlio d'Assunção

(CE — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira

(CPCD — Teorias de Política Internacional — 1969).

(CPCD — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira

(CPCD — Direito Internacional Público — 1959)

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(CPCD — Economia — 1968/1969, 1971 a 1975).

BAUSS, Rudolph William

(CPCD — Inglês — 1973).

BECKER, Bertha Koiffmann

(CPCD — Geografia — 1966 a 1975).

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968).

BECKER, Gretchen

(CE — Alemão — 1971 a 1974)

BECKER, Martha Ellen

(CE — Alemão — 1952/1953).

BENSON, Daniel Harold

(CPCD — Francês — 1973 a 1975).

BENTES, João Ferreira

(CPCD — Economia — 1970).

BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta

(CPCD — Português — 1961 a 1963).

BIER, Secretário Amaury

(CPCD — Economia II — 1966).

(CPCD — Política Internacional — 1966).

BIRCHALL, Stephen

(CE — Inglês — 1966).

BORJA, Célio de Oliveira

(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).

BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves

(CPCD — Direito Internacional Público — 1949/1950, 1959).

BRITO, Aldemar Hora Dantas de

(CPCD — Política Internacional — 1954).

BRITO, Dante de

(CPCD — Inglês — 1951).

BROWN, Gilbert Clark

(CPCD — Inglês — 1971/1972).

BRYTYGIER, Guy

(CPCD — Francês — 1962).

BUESCU, Mircea

(CPCD — Economia II — 1967/1968).

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968).

(CPCD — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).

BURGOS, Frederico Luiz de

(CE — Estenografia — 1948, 1951/1952).

BURNIER, Maria Cândida Penido

(CPCD — Francês — 1971).

(CE — Francês — 1964 a 1967).

CABAL, Embaixador Hélio de Burgos

(CPCD — Direito Internacional Público — 1964).

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso

(CPCD — Português — 1958 a 1960).

CAMPOS, Pedro de Souza

(CPCD — Geografia — 1962).

CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira

(CAD — Sociologia Política — 1950).

CARBONAR, Secretário Orlando Soares

(CPCD — Política Internacional — 1967/1968).

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).

CARNAÚBA, Ministro Frederico Carlos

(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1973).

CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias

(CPCD — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952/1953).

(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951/1952).

CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva

(CPCD — Economia I — 1967).

CARVALHO, Carlos Delgado de

(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1955/1956).

(CPCD — História Diplomática Mundial — 1956).

CASTRO, Antônio Barros de

(CPCD — Economia I — 1964, 1966).

(CPCD — Economia II — 1965).

CASTRO, Ministro Raymundo Nonnato Loyola de

(CAD — Prática Consular — 1970 a 1972).

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima

(CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

CHACEL, Julian Magalhães

(CPCD — Política Econômica — 1960).

CHAMOUN, Ebert Vianna

(CPCD — Direito Civil — 1959 a 1969).

COLE, Desmond

(CPCD — Inglês — 1958 a 1960).

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo

(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).

CONNEL, Grahlan

(CPCD — Inglês — 1962).

CONRADO, Secretário Raul

(CAD — Espanhol — 1946).

CORRÊA, Roberto Alvim

(CPCD — Francês — 1947/1948, 1950).

CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio

(CPCD — Orientação Profissional — 1951/1952 — Política Internacional — 1959).

(CAD — Prática Diplomática — 1951).

CORREIA, Marlene de Castro

(CPCD — Português — 1963 a 1965).

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo

(CAD — CP — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).

CORTESÃO, Jaime

(CAD — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).

(CEX — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).

COSTA, Edilberto

(CPCD — Economia Política — Política Econômica — 1957).

(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

COSTA, Secretário João Frank da

(CPCD — Política Internacional — 1961/1962).

COUCHOUD, Jean Paul

(CPCD — Francês — 1963).

COX, Melvyn Dennis

(CPCD — Inglês — 1962).

CURY, Américo

(CPCD — Economia Política — 1948 a 1950).

DAROS, Eduardo José

(CPCD — Economia I — 1965).

DOURADO, Mecnas

(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1954).

(CPCD — História Diplomática Mundial — 1954/1955).

DRUMOND, José Eduardo Pizarro

(CPCD — Direito Civil — 1958).

DUARTE, Aluísio Capdeville

(CPCD — Geografia — 1961).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz

(CAD — CP — Comunicações — 1969).

DURAN, Túlio Hostilio Frederico Arvelo

(CPCD — Economia — 1970).

ELIA, Hamilton

(CPCD — Português — 1951, 1958/1959).

EMMERICH, Charlotte

(CE — Alemão — 1966).

FALCON, Francisco José Calazans

(CPCD — História Diplomática Mundial — 1959).

FARIA, Ministro Milton

(CAD — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

FARO JÚNIOR, Embaixador Lulz Pereira Ferreira de

(CPCD — Direito Internacional Público — 1960).

FERNANDES, Côsul-Geral Mário de Deus

(CAD — Prática Consular — 1948, 1951).

FERRAZ, Sérgio

(CPCD — Direito Civil — 1955).

FINN, Patrick James David Gardner

(CPCD — Inglês — 1962).

FIORAVANTE, Moacyr Antônio

(CPCD — Economia — 1968, 1971 a 1974).

FLYN, John Gerard

(CPCD — Inglês — 1963).

FONSECA, Roberto Piragibe

(CPCD — Direito Internacional Público — 1952).

FORRER, Robert L. C.

(CPCD — Inglês — 1959/1960).

FOX, William Thorton Rickert

(CPCD — Política Internacional — 1966).

FOZ, Alberto dos Santos

(CPCD — Economia Política — 1951).

FRANCO, Alexandre

(CE — Alemão — 1964).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa

(CPCD — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando

(CPCD — Direito Internacional Público — 1951).

FREY, Alexander

(CPCD — Inglês — 1962).

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja

(CEX — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

GALVÃO, Ivan

(CAD — Italiano — 1946).

GALVÃO, Jesus Bello

(CPCD — Português — 1952 a 1957, 1960).

GIBBON, Virgílio Horácio Samuel

(CPCD — Economia — 1975).

GOMES, Ministro Jaime de Barros

(CPCD — História Social e Política do Brasil — 1952/1953).

GOMES, Henrique de Carvalho

(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

(CPCD — Economia II — 1967).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes

(CPCD — Português — 1963).

GRIECO, Secretário Donatelo

(CPCD — Português — 1951).

GRIFFIN, William James

(CPCD — Inglês — 1947).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva

(CPCD — Direito Internacional Público — 1962).

(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963).

(CPCD — Relações Internacionais — 1969).

(CPCD — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

GUILLOU, Yvonne

(CPCD — Francês — 1958/1959).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares

(CPCD — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).

(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).

GUIMARÃES, José Nunes

(CPCD — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman

(CPCD — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(CAD — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLANDA, Guy de
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967/1968).
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(CPCD — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).

JACQUIER, Louise
(CPCD — Francês — 1946 a 1960).

JENNINGS, Ralph Edward
(CPCD — Inglês — 1970).

KARIDAKIS, Savas
(CE — Francês — 1963/1964).

KELLER, Elza Coelho de Souza
(CPCD — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel
(CPCD — Inglês — 1969).

KNOX, John
(CPCD — Inglês — 1946 a 1957).
(CE — Inglês — 1952/1953).
(CEX — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel
(CPCD — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama
(CPCD — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de
(CPCD — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957/1958).
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970).

LAGE, Alfredo Martins
(CE — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antônio Corrêa do
(CPCD — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo
(CPCD — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hédio José da Costa
(CPCD — Economia I — 1967).

LANTELME, Paulo
(CPCD — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge
(CAD — Prática Diplomática — 1956/1957).

LEAL, Hamilton
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LÉCUYER, Jacques
(CPCD — Francês — 1961/1962).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(CPCD — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira
(CPCD — Português — 1956).

LEME, Og Francisco
(CPCD — Economia I — 1967).

LEMOS, Augusto Jefferson de Oliveira
(CPCD — Economia I — 1967).

LIED, Helmut
(CE — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso
(CPCD — Economia Política — 1947).
(CAD — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(CPCD — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de
(CAD — CP — Promoção Comercial — 1971/1972).

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevam de
(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971 a 1975).

LINHARES, Bruno Mattos
(CPCD — Economia I — 1965).
(CPCD — Economia II — 1965).
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio
(CAD — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis
(CPCD — Inglês — 1967).

LOPES, Helga de Godoy
(CE — Alemão — 1972/73).

LOPES, Secretário José Ferreira
(CAD — CP — Promoção Comercial — 1970).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(CPCD — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir
(CAD — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(CPCD — Política Econômica — 1958).
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco
(CPCD — Direito Internacional Público — 1953).
(CAD — Estudos Brasileiros — 1956).

MANTOVANELLI NETO, Obertal
(CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970).

MARINHO, Armando de Oliveira
(CPCD — Direito Constitucional e Instituições Políticas — 1974/1975).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
(CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque
(CPCD — Direito Internacional Público — 1974 a 1976).

MELLO, José de Campos
(CPCD — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(CAD — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(CPCD — História do Brasil — 1946).

MELO, Oswaldo José de Campos
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1975/1976).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(CPCD — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre
(CPCD — Francês — 1967).

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de
(CAD — CP — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).

MIRANDA, José Luiz Silveira
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clóvis do Rêgo
(CPCD — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(CPCD — Economia I — 1963).

(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros
(CEX — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MOREIRA, Secretário Marcílio Marques
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

(CPCD — Economia II — 1966).

(CPCD — Política Internacional — 1966 a 1968).

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968).

(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1975).

MORTARA, Marcella
(CAD — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(CAD — Prática Diplomática — 1955).

MOTTA, Petrônio
(CPCD — Português — 1946).

MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(CPCD — Português — 1962/1963).

MULHOLLAND, John
(CPCD — Inglês — 1952, 1954 a 1957, 1974 a 1976).

MURPHY, Alan James
(CPCD — Inglês — 1970).

NABUCO, Gustavo Schmidt
(CE — Leitura Dinâmica — 1968).

NASCENTES, Antenor
(CPCD — Português — 1946).

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do
(CPCD — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961).
(CPCD — Política Internacional — 1970 a 1975 — 1.^o semestre).

NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(CEX — Prática Consular — 1945).

NOGUEIRA, Júlio
(CE — Português — 1947/1948).

NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(CAD — CP — Comunicações — 1970).

NOVELLI, Flávio Bauer
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1964/1965).

NUNES, Amaro Ventura

(CE — Português — 1967).

ONIGA, Teodoro

(CE — Análise Estatística — 1969/1970).

(CE — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969/70).

OUCHKOFF, Oleg

(CE — Russo — 1964 a 1966).

PACHÁ, Sérgio de Carvalho

(CE — Português — 1964).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco

(CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

PARAÍSO, Hamilton Prisco

(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

PAULA, Tacariju Tomé de

(CPCD — Geografia — 1962).

PAYNE, Kenneth James

(CPCD — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1975).

PEARSON, Christopher

(CPCD — Inglês — 1961/1962).

PEDROSA, Mário

(CPCD — Política Internacional — 1955).

PEREIRA, Antonio Celso Alves

(CPCD — Política Internacional — 1975).

PEREZ, David José

(CAD — Espanhol — 1948, 1950).

PIMENTEL, Maria de Lourdes

(CE — Criptografia — 1947).

PINHEIRO, Conselheiro João Baptista

(CPCD — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).

(CEX — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).

PINHO, José Wanderley de Araújo

(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1957).

PINTO, Luiz Fernando da Silva

(CPCD — Economia I — 1967).

PIQUET, Rosélia Périssé da Silva

(CPCD — Economia — 1975/1976).

POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo

(CAD — Prática Consular — 1954 a 1957).

PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira

(CPCD — Direito Internacional Público — 1953).

(CAD — Prática Diplomática — 1954).

PÓVOAS, Sílvia Ribeiro

(CE — Datilografia — 1948).

PRADO, Eugênia Damasceno Vieira

(CPCD — História Diplomática Mundial — 1958).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de

(CPCD — Português — 1964).

RAILLARD, Georges Léopold

(CPCD — Francês — 1960).

RENAULT, Adrien

(CPCD — Francês — 1963 a 1969).

REZENDE, Omar Vieira de

(CE — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).

RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes

(CPCD — Direito Internacional Privado — 1958).

RIBEIRO, Secretário Jorge Carlos

(CAD — CP — Comunicações — 1971/1972).

RIBEIRO, Pedro Freire

(CPCD — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).

RIOS, Hilton Carlos da Silva

(CPCD — Direito Internacional Privado — 1969 a 1976).

RIOS, José Arthur

(CAD — Estudos Brasileiros — 1951).

RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo

(CPCD — Direito Internacional Público — 1961).

(CPCD — Política Internacional — 1961).

(CPCD — Orientação Profissional — 1953).

(CAD — Prática Diplomática — 1960).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo

(CPCD — Economia I — 1967).

RODRIGUES, José Honório

(CPCD — História do Brasil — 1946 a 1949. 1956).

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero

(CPCD — Direito Internacional Público — 1954/1955, 1963/1964).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo

(CPCD — Política Internacional — 1967).

SA, Hernane Tavares de

(CAD — Estudos Brasileiros — 1951).

SA, Jayme Magrassi de

(CPCD — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).

SAMPAIO, Flávio Penteado

(CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1975/1976).

SANTOS, Ezio Távora dos

(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964/1965).

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(CPCD — Direito Comercial — 1963 a 1975).

SANTOS JÚNIOR, Carlos

(CPCD — Economia II — 1963).

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos

(CE — Alemão — 1972/1973).

SELON, André

(CPCD — Francês — 1961 a 1976).

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg

(CPCD — Economia Política — 1961).

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e

(CAD — CP — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).

SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da

(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1971).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da

(CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).

SILVA, Hélio Schlitter

(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).

SILVA, Jacyr Heronville da
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969).

SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(CAD — História Diplomática do Brasil — 1948).

SILVA, José Luiz Werneck da
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1965/1966).

SILVA, Paulo César Machado da
(CPCD — Inglês — 1948/1949).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(CAD — CP — Prática Consular — 1968/1969).

SILVA, Roberto Barbosa da
(CPCD — Português — 1953).

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(CPCD — Prática Consular — 1963 a 1966).

SIMONSEN, Mário Henrique
(CPCD — Economia Política — 1961).
(CPCD — Política Econômica — 1962).
(CPCD — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

SOARES, Secretário João Clemente Baena
(CPCD — Português — 1964/1965).

SOARES, Pedro Paulo Martins
(CPCD — Economia I — 1967).

SOUSA, Senador José Ferreira de
(CPCD — Direito Civil e Comercial — 1951).

SOUZA, Alberto Mello e

(CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970).
(CE — Análise Estatística — 1969/1970).

STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(CPCD — Geografia — 1946 a 1958).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973).

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1959).

TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).

THIELEN, Maila Karen
(CE — Alemão — 1966).

TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(CPCD — Política Internacional — 1960).

TURTUR, Hermann
(CE — Alemão — 1963/1964).

VALENTINO SOBRINHO, Secretário Raphael
(CPCD — Direito Internacional Público — 1968).
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968).
(CPCD — Direito Constitucional — 1969 a 1973).
(CPCD — Relações Internacionais — 1969).
(CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1974).
(CPCD — Política Internacional — 1974).

VALLADÃO, Haroldo Teixeira
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1959 a 1976).

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968).

(CPCD — Coordenador de Direito — 1967 a 1970).

VÁRZEA, Afonso

(CE — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).

VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de

(CAD — Prática Consular — 1952).

VASCONCELLOS, Marina de Barros e

(CPCD — Francês — 1951 a 1954).

(CE — Francês — 1948).

VENANCIO FILHO, Alberto

(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1975).

VIANA, Hélio

(CAD — História Diplomática — 1950).

VIEIRA, José Maria Gouveia

(CPCD — Economia I — 1963).

(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).

WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme

(CAD — CP — Prática Diplomática I — 1968/1969).

WEISS, Arthur Bernardes

(CPCD — Geografia — 1963 a 1965).

WHITFIELD, Margaret Ann

(CPCD — Inglês — 1970).

WOOD, F. G.

(CPCD — Inglês — 1961 a 1963).